

CADERNOS IPPUR/UFRJ

Ano VII, nº 2, Set. 1993

Martine Droulers
Tecnopólios no Brasil e na França

Carlos Vainer
Regionalismo e projeto nacional

Leonardo Mesentier
Esvaziamento econômico do Rio de Janeiro

Fernanda Ester Sánchez García
Curitiba: comunicação, cultura e planejamento

Adauto Cardoso e Luciana Corrêa
Pobreza urbana no Rio de Janeiro

Smitu Kothari
Movimento de "barragens" na Índia

Carlos Alberto da Silva
Zona de processamento de exportações

COMUNICAÇÕES

RESUMOS DE TESES

Cadernos IPPUR/UFRJ
Ano VII, N° 2, Set. 1993

**Indexado na Library of Congress (E.U.A.)
e no Índice de Ciências Sociais do IUPERJ.**

Cadernos IPPUR/UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de
Janeiro – ano 1, n. 1 (jan./abr., 1986) –
Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986 –

Irregular

Continuação de: Cadernos PUR/UFRJ
ISSN 0103-1988

1. Planejamento urbano – Periódicos. 2.
Planejamento regional – Periódicos. I. UFRJ/IPPR.

CADERNOS IPPUR-UFRJ – Ano VII, nº 2, Set. 1993

Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONSELHO EDITORIAL

Hermes Magalhães Tavares (Editor), Ana Clara Torres Ribeiro, Fania Fridman, Rosélia Piquet.

CONSELHO CIENTÍFICO

Aldo Paviani (UNB), Berta Becker (UFRJ), Celso Lamparelli (USP), Inaiá Carvalho (UFBA), Leonardo Guimarães (FIJN), Lícia do Prado Valladares (IUPERJ), Maria Brandão (UFBA), Maurício Abreu (UFRJ), Milton Santos (USP), Neide Patarra (UNICAMP), Roberto Smith (UFCE), Tânia Bacellar Araújo (UFPE), Wrana Maria Panizzi (UFRS).

A revista Cadernos IPPUR-UFRJ aceita colaborações de autores do país ou do exterior. Os trabalhos ou matérias encaminhados ao Editor serão sempre analisados pelo Conselho Editorial ou por membros do Conselho Científico. Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

PRODUÇÃO GRÁFICA

Neotécnica Editora Ltda.

ENDEREÇO

Prédio da Reitoria, sala 543 – Cidade Universitária, Ilha do Fundão, CEP: 21941-590, Rio de Janeiro - RJ. – Fone: 590-1191.

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Cristiane Dumas (Revisão) e Vânia Garcia (Abstracts).

Programa de Apoio a Publicações Científicas

SCT/PR



CNPq



FINEP

APRESENTAÇÃO

Com este número, damos continuidade à publicação dos Cadernos IPPUR/UFRJ, revista aberta aos professores e pesquisadores da área de planejamento urbano e regional.

O tratamento da questão dos parques e pólos tecnológicos (genericamente, *tecnopólos*) é aqui retomado, com o artigo de Martine Droulers, que faz um paralelo entre as experiências da França e do Brasil nesse terreno.

Carlos Vainer estuda os velhos e os novos regionalismos, tendo como pano de fundo os processos que estão na base da organização territorial brasileira. Mostra que os novos regionalismos de corte popular, para se viabilizarem, vão requerer a construção de um projeto nacional.

O artigo de Leonardo M. de Mesentier ocupa-se do “esvaziamento econômico” de São Paulo e do Rio de Janeiro, detendo-se particularmente nesse último. Apesar da ênfase que se tem dado ao declínio da economia fluminense, o autor ressalta a existência de potencialidades para uma retomada do seu desenvolvimento.

O texto de Fernanda E.S. Garcia, procura desenvolver algumas reflexões a respeito do processo de construção social da imagem da cidade de Curitiba, entre as décadas de 70 e 90. As sucessivas “sínteses sociais” que se constroem nesse período são pormenorizadas nesse estudo.

Apesar da crise econômica que já atravessa mais de uma década, vários estudos assinalam que houve algumas melhorias nas condições de vida nas metrópoles brasileiras, quanto à infra-estrutura e aos serviços urbanos. Esse é o tema abordado por Aduino Cardoso e Luciana C. do Lago.

O Prof. indiano Smitu Kothari trata do conflito entre as populações camponesas e o Estado em suas ações para a construção de hidrelétricas. Particularmente, é enfocado o movimento popular no Vale do Narmada, na Índia, face à construção da grande barragem de Sardar Sarovar.

O texto de Carlos Alberto Silva discute as zonas de processamento de exportações (ZPEs), como um instrumento de intervenção do Estado no espaço territorial. Ao mesmo tempo, busca relacionar esse dispositivo com a globalização e com as regiões dos espaços nacionais.

SUMÁRIO

Apresentação	5
---------------------------	---

ARTIGOS

Tecnopólos no Brasil e na França: mitos e realidade Martine Droulers	9
--	---

Regionalismo e Projeto Nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos Carlos B. Vainer	21
---	----

O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo Leonardo M. de Mesentier	35
--	----

Curitiba revisitada. Comunicação, cultura e planejamento: alguns elos para a compreensão da imagem construída Fernanda Ester Sánchez García	51
---	----

Pobreza urbana e condições habitacionais na periferia metropolitana do Rio de Janeiro Adauto Cardoso e Luciana Corrêa do Lago	67
---	----

Barragens do Rio Narmada: um apelo à consciência Smitu Kothari	79
--	----

Zona de processamento de exportações e gestão do território Carlos Alberto F. da Silva	89
--	----

COMUNICAÇÕES

Carta de Itamonte sobre a estruturação interna das cidades brasileiras	103
---	-----

RESUMOS E TESES	105
------------------------------	-----

ARTIGOS

Tecnopólos no Brasil e na França: mitos e realidade

Martine Droulers*

Há vinte anos surgiu na literatura do planejamento o termo tecnopólo, imagem mítica de modernidade e ilustração de uma reconcentração geográfica das atividades industriais em zonas específicas, que formam verdadeiros pólos tecnológicos e criam uma nova geografia de pólos e de fluxos de informação, assim como novas formas de comunicação social e política. Esses pólos têm um papel essencial na difusão de tecnologias inovadoras. Para nossa análise, vamos basear-nos em exemplos franceses e brasileiros mais consolidados, porque atualmente a França está reavaliando o conceito de *tecnopólo* como motor do desenvolvimento econômico, e o Brasil, procurando avaliar vários modelos de desenvolvimento tecnológico e local.

A palavra *tecnopólo* surgiu na França, no final dos anos 60 para designar os centros de desenvolvimento especializado onde se planejava a concentração de atividades de alta tecnologia: centros de pesquisa, laboratórios, universidades e empresas estreitamente interligados, visando à transferência de tecnologia e ao surgimento de inovações tecnológicas. O instrumento localizado era o *parque tecnológico*, “resposta ao desafio de reunir Universidade e Indústria em um esforço conjunto para o desenvolvimento local” (*Parques tecnológicos*. Guedes Pereira, 1987:109).

Na atual fase de reestruturação da economia capitalista, inspirada no neoliberalismo, o mercado e as empresas que dele participam respondem como elementos centrais do desempenho econômico global. Já a denominação de *distritos tecnológicos* apareceu referindo-se à concepção “marshalliana”, que exprime uma dinâmica sócio-territorial que tende a se transformar em uma relação osmótica entre comunidades locais e empresas. Os distritos concentram grande parte da excelência científica e mercadológica das inovações tecnológicas.

Todas essas realizações de dimensão e conteúdo diferentes caracterizam-se por iniciativas locais, revestindo formas institucionais e configurações políticas variadas. Entretanto, várias questões surgem a esse respeito. A conversão das “ilhas” de excelência em pólos, o desempenho do Estado, o papel dos

* Professora do Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine da Université de Paris I.

atores que participam do desenvolvimento da alta tecnologia e os tipos de associações são algumas das indagações mais relevantes.

O Brasil, segundo Medeiros (1991), registra dez pólos tecnológicos plenamente institucionalizados (Campinas, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Santa Rita do Sapucaí, Campina Grande, São Carlos, São José dos Campos, dois no Rio de Janeiro: Bio-Rio e Riotec), três em implantação (Porto Alegre, Petrópolis, Vitória) e dois em reavaliação (Joinville e Santa Maria). A Associação Nacional das Entidades Promotoras de Tecnologia, ANPROTEC, é responsável pela sua coordenação e promoção.

Na França, aos poucos, o uso desse termo estendeu-se e passou a ser utilizado para dar a muitas cidades uma imagem rejuvenescida e dinâmica. O país conheceu nos anos 80 uma certa inflação de tecnopólos, o que foi denominado “febre dos tecnopólos” (Certaines, 1988). A associação “France Technopoles” agrupa atualmente 38 cidades sócias. Vinte delas, consideradas mais consolidadas, foram avaliadas pela DATAR, Delegação da Ação Regional e Organização do Território (Bruhat, 1990): sete principais (Sophia Antipolis, Grenoble-Meylan, Nancy-Brabois, Rennes, Lyon, Toulouse, Montpellier) e treze de menor amplitude, sem contar a maior concentração territorial de alta tecnologia, a Cidade Científica Sul de Paris (Benko, 1990, 137-149).

Uma nova dinâmica urbana

A concepção de cidade-tecnopólo teve como pressuposto a emergência de uma nova cidadania baseada na competência científica e no intercâmbio entre universidades e empresas. Para facilitar trocas, espaços urbanos foram especialmente planejados, desde a implantação dos sítios à constituição de redes, além da definição dos papéis dos elementos integradores da nova dinâmica oriunda do desenvolvimento científico-tecnológico.

● *Sítio tecnopolitano planejado*

Geralmente, a criação de um parque de atividades de alta tecnologia tem como origem a pressão de grupos organizados capazes de comprometer os poderes locais na escolha de um sítio e na manutenção de reservas fundiárias. Um dos meios de promoção dos sítios consiste em alugar prédios polivalentes – como o fez a Locazirst em Meylan-Grenoble – ou em criar incubadeiras para micro-empresas e prever equipamentos coletivos, como restaurantes interempresas.

As iniciativas podem ser municipais, como nos casos de Campinas, onde a CIATEC – Companhia do desenvolvimento do pólo de Alta Tecnologia de Campinas – conseguiu terrenos da RFFSA e planejou um pólo de 300 ha ao norte da cidade; de Recife, onde a associação “Tecnopólo” obteve lotes no distrito industrial do Curado; de Curitiba, onde a CITPAR – Centro de Integração de Tecnologia do Paraná – criou um pólo com 22 associados; de São Carlos, onde o CEAT – Centro Empresarial de Alta Tecnologia – teve uma área de 100 ha equipada pela prefeitura; de Florianópolis, onde a Fundação CERTI – Centro Regional de Tecnologia em Informática – administra uma incubadeira e um parque tecnológico.

Na França, o parque tecnológico chamado METZ 2000 ocupa um sítio de 400 ha ao sudeste do centro da cidade de Metz. O sítio foi planejado em 1988, de maneira homogênea, coerente e paisagística. Ao redor de um golfo e de um lago surgiram edifícios modernos:

– O CESCO, Centro de Estudos dos Sistemas de Comunicação, é um prédio moderno, símbolo da especialidade do parque, uma pirâmide inversa onde funciona o que France Télécom chama de ZTA, Zona de Telecomunicação Avançada, vitrine das telecomunicações do futuro e campo de experimentação.

– Um liceu-piloto de comunicação com mais de 500 alunos.

– A Georgia Tech Lorraine, o campus europeu do Georgia Institute of Technology (Metz é gêmeada com a cidade de Atlanta).

– Diversos prédios da Universidade de Metz para um total de 2.500 alunos (SUPELEC – École Supérieure d'Electricité, ESTP – École Spéciale des Travaux Publics, ENIM – École Nationale des Ingénieurs de Metz).

O planejamento físico é da responsabilidade da empreiteira da SEBL, Société d'Équipement du Bassin Lorrain, em parceria com a municipalidade, enquanto a comercialização é realizada pela sociedade Europarc (grupo Auguste Thouard) especializada na promoção dos parques tecnológicos. METZ 2000 está com lotes disponíveis e em crescimento rápido: 90 empresas e 1600 empregos, em outubro de 1989, e 130 empresas e 2500 empregos dois anos mais tarde.

Ao contrário, na cidade vizinha de Nancy, a área de Brabois, 600 ha, foi planejada em 1977 pela SOLOREM, Société Lorraine d'Économie Mixte, para “concentrar a matéria cinza” e está hoje quase totalmente ocupada com 150 empresas e 3500 empregos concentrados em dois parques de atividades, além de duas universidades, totalizando 15 mil estudantes e 70 laboratórios de pesquisa. Dois grandes centros de pesquisa foram deslocados da região parisiense para Nancy-Brabois, dado que, com a crise da siderurgia, um plano de ajuda à Lorraine foi implantado em 1984, prevendo o financiamento Estado/Região para atividades conjuntas de pesquisa e ensino superior.

Em outros casos de planejamento de sítios tecnopolitanos, observa-se uma estreita associação entre o setor público e o privado para as grandes operações imobiliárias nos centros das cidades, como em Lyon (sítios de Gerland e Ecully). Ao mesmo tempo surgiram variadas formas institucionais para favorecer a cooperação e articular melhor o uso dos equipamentos entre municípios vizinhos, sobretudo na França, onde o tamanho dos municípios é tão reduzido que é necessária uma cooperação para um planejamento comum de uso de solo. Essa aliança pode ser do tipo “consórcios intermunicipais” (*syndicats intercommunaux*), como no caso da periferia de Toulouse em Labège-Innopole, onde o Sicoval começou com a cooperação de seis municípios para a comercialização de lotes numa área de 200 ha. Dez anos depois, Labège-Innopole tem 350 empresas e 6000 empregos e constitui o parque tecnológico do sudeste de Toulouse.

Existem ainda outros tipos de associações intermunicipais, como os sindicatos mistos (ex: Nantes-Atlantique), as sociedades de economia mista (ex:

Grenoble) os distritos urbanos (Montpellier, Nancy e Rennes). No Brasil, a forma institucional mais comum dos pólos tecnológicos é a de fundação privada, sociedade civil ou empresa.

● *Estrutura de redes*

As redes são elementos indispensáveis para dar mais força às ações de sinergia e podem ser apreendidos em diversas escalas.

– a nível local, a cidade de Grenoble lançou, no início dos anos 90, uma nova denominação “Grenoble Tetrapole”, para valorizar seus pólos de excelência: Europole, Meylan, Centr’Alp.

– a nível regional, a região Rhone-Alpes criou entre Lyon, Grenoble, Saint-Etienne, Valence, Cluses e Roanne uma rede de tecnopólos... A região Provence-Côte d’Azur apóia-se na estruturação da “estrada das altas tecnologias” que uniria as cidades onde se concentram pesquisa e tecnologia, de Gênova até Barcelona.

– Na Comunidade Européia existe uma linha de financiamento da Direção Geral das Políticas Regionais da CEE, permitindo a mais de 80 pólos obter a marca “Centro Europeu de Empresa e Inovação” (CEEI) e participar do EBN “European Business and Innovation Centre Network”, do qual 2000 micro-empresas inovadoras com uma média de 5 empregos por empresa já se beneficiaram.

– Existem ainda as redes nacional (France Technopoles) e internacional (Club internacional das technopoles). Associações como a Anprotec (Brasil) e a “France Technopoles” têm a função de facilitar os intercâmbios, a promoção nacional e internacional dessas cidades e de garantir autenticidade da “marca” tecnopólo, além de contribuir para a viabilidade das experiências locais. Atualmente, qualquer empreendimento que envolva novas tecnologias quer ser reconhecido como tecnopólo, garantia registrada de modernidade.

No Brasil, o funcionamento de redes opera melhor na escala estadual: o Paraná demonstrou uma vontade de dotar o Estado de uma sólida base tecnológica reunindo os esforços das cidades de Curitiba, Londrina e Maringá. O Estado de São Paulo teve cedo essa preocupação, instituindo, em 1984, o CEDIN – Centro de Desenvolvimento das Indústrias Nascentes –, com notável êxito em São Carlos, e o REPI – Rede Paulista de Incubadoras –, que envolve sete iniciativas (Medeiros, 1992).

● *Descentralização de empreendimentos*

A implantação de grandes empresas públicas e privadas, de laboratórios centrais de pesquisa e de escolas superiores de engenharia, longe dos grandes centros metropolitanos, funciona como motor de inovação e difusão tecnológicas. Por exemplo, no Brasil, a peça-chave da formação em ciência e tecnologia foi o CTA – Centro Técnico da Aeronáutica – criado em São José dos Campos, em 1950, e seu primeiro instituto, o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica – para formação de engenheiros altamente qualificados.

Em Campinas, a UNICAMP foi fundada, em 1966, como universidade voltada sobretudo para as ciências exatas. Com a chegada dos centros de pes-

quisa da Telebrás – CPqD –, em 1977, e da SEI, Secretaria Especial da Informática, o CTI, em 1980, a cidade adquiriu uma massa crítica para o desenvolvimento tecnopolitano.

No Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz foi o elemento-chave para a implantação do Bio-Rio, incubadeira localizada no Campus da UFRJ.

Na França, em Grenoble, as instalações do CENG – Centro de Estudos Nucleares de Grenoble –, em 1955, e do CNET – Centro Nacional de Estudos de Telecomunicações (micro-eletrônica), em 1978, foram decisivas para a consolidação do processo de tecnopolização. No caso de Sophia Antipolis, o fator decisivo foi a realocização de grandes empresas como Dow Chemical, Thomson, Digital Equipment e a central de reservas de passagens da Air France.

De uma maneira geral, hoje a descentralização dos órgãos de pesquisa pública é um elemento de primeira importância para reequilibrar o território, como no caso do INIST – Informação científica e técnica do CNRS –, descentralizada em Nancy-Brabois, e do CNES – Centro Nacional de Estudos Espaciais – em Toulouse, 800 km ao sudoeste de Paris. Entretanto, as operações de descentralização, na França, são sempre penosas e demoradas. Foram necessários dez anos para a Escola Superior da Aeronáutica e o CNES deslocarem-se de Paris para Toulouse.

● *Os novos atores urbanos*

Uma certa elite científica e empresarial engaja-se no desenvolvimento local e tenta acelerar o movimento de modernização. Na França, surgiu uma classe intermediária bastante modernizada que se consolidou na fronteira entre o militantismo associativo e o neo-corporativismo voltado para as forças econômicas locais (Gaudin, 1989:12).

Cientistas que conseguiram congregiar renomadas equipes de pesquisa, como foi o caso do físico Rogério Cerqueira Leite, na Unicamp, tiveram uma influência decisiva na difusão dos processos de inovação tecnológica. Assim, o grupo de cientistas de Campinas concebeu uma Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, a CODETEC, e um centro de Indústria de Alta Tecnologia, CIATEC, para incentivar o desenvolvimento tecno-industrial da cidade.

No caso de Florianópolis, o papel do professor Carlos Alberto Schneider e de sua equipe de mecânica de precisão e automação industrial foi fundamental para a iniciativa do pólo tecnológico do CERTI. Os universitários do Instituto de Energia Elétrica tiveram também um papel importante em Campina Grande.

No caso de São José dos Campos, os oficiais da Aeronáutica (como Fernando Mendonça) e os engenheiros do ITA criaram grupos de pesquisa e pequenas empresas fornecedoras, consolidando assim a vocação aeroespacial de São José dos Campos.

No caso de Sophia Antipolis, na França, o papel de Jacques Laffitte foi fundamental. Sendo diretor da Escola das Minas de Paris, bem articulado a redes de pesquisa pública e grandes empresas, ele conseguiu a descentralização de grandes empreendimentos para a Côte d'Azur, onde concebeu e implantou a Cidade da Ciência e da Sabedoria nos meados dos anos 60. Depois, ele se elegeu senador dos Alpes Marítimos.

Os criadores de empresas ou empreendedores são atores fundamentais para o desenvolvimento dos tecnopólos, como os estudados no Estado de São Paulo (Santos, 1987) ou figuras pioneiras como Latécoère, construtor de aviões em Toulouse (1890-1943) ou ainda Merlin Gerin, em Grenoble. A cultura de empresas e o gerenciamento constituem também um fator de boa atratividade regional. Por exemplo, na “terceira Itália” (sobretudo a província de Emilia Romagna), a tradição da especialização flexível, fundada na multiplicidade de empreendimentos privados e incentivada pelos poderes locais, resultou em iniciativas empresariais de êxito internacional.

A análise da experiência brasileira feita em 1987 destaca que “os casos com maiores possibilidades de sucesso são aqueles que surgiram como resultado da mobilização das lideranças locais” (Parques tecnológicos, Guedes Pereira, 1987, p. 153). Um dos exemplos foi o prefeito de Santa Rita de Sapucaí, José Carlos Pereira, que a denominou “Vale da Eletrônica” e promoveu uma feira anual de alta tecnologia. Percurso semelhante fez também Campina Grande, com a criação do Paqtc-Pb e a instalação da FETEC – Feira de Tecnologia. A atuação coordenada dos três atores permite o surgimento dos “aglomerados de empresas de alta tecnologia” (Santos, 1988). Uma das condições necessárias é a colaboração com os peritos encarregados de conceber as estratégias adaptadas a cada situação.

De uma maneira geral, aparecem novas figuras como o “prefeito cientista” e o “prefeito *manager*”. Na França, um bom exemplo foi o prefeito de Grenoble, Hubert Dubedout, físico e oficial da Marinha, posto à disposição do CENG; ele se engajou na vida local e criou o GAM (Grupo de Ação Municipal) e se elegeu prefeito de Grenoble, de 1965 a 1983. Sua base eleitoral era a classe média científica e técnica em crescimento rápido nesse período. Da mesma maneira, na periferia de Toulouse, alguns cientistas e engenheiros foram eleitos prefeitos e conceberam a área tecnopolitana de Labège Innopole.

O papel do fundador de METZ 2000 é um outro exemplo. O político da região, Jean-Marie Rausch, prefeito da cidade de Metz, presidente da região de Lorraine e Ministro do Comércio Exterior durante o governo de Edith Cresson (1991), tomou a decisão de criar o primeiro tecnopólo de comunicação da Europa e conseguiu recursos e apoio institucional para concretizar o projeto. Além da especialidade “comunicação”, esse tecnopólo está inserido numa cooperação fronteiriça com as regiões vizinhas de Sarre e de Luxembourg, o que origina a sigla Sar-Lor-Lux, uma região de 5 milhões de habitantes, com uma “métropole quadripolar” em torno de quatro cidades (Luxembourg, Sarrebrück, Metz e Nancy), e de uma rede de tecnopólos, entre as quais funcionaria mais a complementaridade do que a concorrência.

A promoção de novos tipos de aliança, de ajuste entre os parceiros, favoreceu o aparecimento de associações locais em torno de um promotor ou animador. A estratégia dos atores locais consiste em atrair uma estrutura ou personagem de importância: um urbanista de renome, uma empresa de prestígio (IBM, Hewlett Packard), uma escola de reconhecida qualidade etc. Na verdade, cria-se um novo tipo de aliança entre os políticos locais, os empresários, os cientistas e os técnicos, o que pode resultar em uma nova estrutura de poder local.

O papel da personalidade que carrega o projeto é primordial para a dinâmica tecnopolitana, assim como o seu tipo de inserção na sociedade local. Dessa maneira, a imagem tecnopolitana varia segundo as equipes municipais que lhe atribuem maior ou menor prioridade.

Política de inovação e categorias de tecnopólos

Fenômeno de diversas dimensões, os tecnopólos podem ser avaliados, tanto pela problemática urbana quanto pela problemática do desenvolvimento tecnológico, nacional ou local.

• Políticas nacionais e progresso técnico

O estágio do desenvolvimento tecnológico de cada país resulta do projeto nacional específico e das grandes linhas que orientam a política científica e tecnológica. Os investimentos dirigem-se para as áreas definidas como prioritárias: comunicação, energia, transporte etc. Cada país procura dominar vias tecnológicas que servem para formar um nível de conhecimento básico, o que pode ser denominado “fronteira interna” de desenvolvimento tecnológico. Quanto à fronteira externa do desenvolvimento tecnológico, ela corresponde ao grau do saber atingido em cada setor das atividades de alta tecnologia. Neste processo, o projeto nacional desenvolve-se a partir dos grandes centros de pesquisa que repassam os processos tecnológicos sob seu domínio às empresas nacionais, formando empresas de base tecnológica (CPqD em Campinas). Assim, o desenvolvimento tecnológico parte de alguns centros de excelência para ser difundido através do território segundo diferentes modalidades.

O desenvolvimento tecnológico define-se sobretudo por duas características: velocidade e flexibilidade. Em relação à primeira, pode-se constatar que os ciclos dos produtos técnicos são cada vez menores e que as informações transitam progressivamente de maneira mais rápida. Conseqüentemente, os sistemas de comunicação modificam-se e novos ajustes devem produzir-se entre os grupos econômico-sociais.

Flexibilidade significa a possibilidade de seguir a evolução da demanda cada vez mais heterogênea, o que exige uma multiplicidade de padrões em pequenas quantidades. Esta característica gerou, no Japão, um sistema de produção apto à diversificação (toyotismo). Assim, as novas tecnologias permitem às empresas melhor desempenho e maior flexibilidade.

Essas duas características implicam também uma maior liberdade de localização das atividades, não havendo dependência em relação à proximidade de matérias-primas ou de um parque industrial. O fator fundamental de localização, neste caso, é dado pelo potencial local do binômio ciência & tecnologia.

A logística e as atividades de distribuição são os setores econômicos mais promissores para o futuro e mais difundidos nos parques tecnológicos, especialmente nos setores agroalimentar e da construção civil. Estes dois últimos ramos representam em geral, no mundo, 2/3 do PIB dos países e, no Brasil, as atividades associadas estritamente à distribuição respondem por cerca de 20% do PIB, ou seja, 70 bilhões de US\$, dos quais 42% dirigem-se aos transpor-

tes, 26% ao financiamento de estocagem, 21% ao armazenamento e 11% à administração e manutenção. As atividades chamadas de logísticas exigem a utilização de instrumentos de gestão estratégica moderna, com avaliação permanente dos processos de inovação tecnológica. São também estes setores econômicos que criam empregos, pois a alta tecnologia propriamente dita não é grande geradora de empregos. Os pólos tecnológicos seriam o *locus* da operacionalidade destes processos.

● *Tecnopólos da primeira geração*

Existem, no Brasil, centros de excelência técnica e de capacitação que surgem a partir de grande massa de recursos programados e que constituem algumas “vitrinas” do progresso tecnológico, como foi o caso do IPT de São Paulo, da COPPE no Rio de Janeiro, do ITA de São José dos Campos nos anos 60 e da UNICAMP nos anos 70. Estes centros respondiam a uma demanda estabelecida como prioritária pelo poder central e envolvem sempre a figura de um cientista conceituado e com boas relações políticas, pois boas relações com o poder são necessárias à estabilidade do projeto (ex. Zeferino Vaz, reitor da UNICAMP entre 1966 e 1978). Constata-se a difícil manutenção da excelência dos centros de pesquisa na vanguarda da tecnologia por mais de 20 anos. Existem igualmente centros de pesquisa e difusão de inovações tecnológicas – CPqD, IPD do CTA, INPE – que representam os setores de ponta do progresso técnico para o Brasil. No entanto, como seu ciclo de dinamismo é de curta duração, eles precisam reformular e reconfigurar seus objetivos e prioridades, privilegiando, assim, a flexibilidade. É o caso de Sophia Antipolis, de Grenoble-Meylan e de Nancy-Brabois, na França.

● *Tecnopólos da segunda geração*

A difusão e multiplicação de centros menores e a interiorização do processo correspondem ao segundo período desta política e são especialmente ligados às forças locais. As deslocalizações da USP, da UNESP e o desenvolvimento de São Carlos são alguns exemplos. Nesse último caso, a expansão ocorreu a partir de duas universidades públicas, duas escolas técnicas, duas incubadoras de empresas e do escritório regional da Sebrae; a tais atores, somam-se os esforços locais coordenados pela Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos. Outro exemplo de irradiação de um centro de capacitação é o de Santa Rita de Sapucaí (MG). No Nordeste, Campina Grande apresenta-se também como um centro importante de informática na área de desenvolvimento de *softwares* e possui uma política coordenada pela Fundação Parque de Alta Tecnologia, responsável pela sua imagem de *marketing* e por sua promoção. Estas fundações representam investimentos de menor envergadura em relação àqueles mobilizados pelos centros nacionais de pesquisa e de formação, mas o problema de encontrar fontes de financiamento é sempre o mesmo.

● *Tecnopólos da terceira geração*

Nos EUA, até meados dos anos 80 os modelos sempre citados do dinamismo regional pelas novas tecnologias eram o Vale do Silício e a Rodovia

128 (Boston). A partir do início dos anos 90, observa-se que outros núcleos começam a ganhar relevo. Nestes, distantes dos centros tradicionais, gera-se grande quantidade de empregos em empresas de Alta Tecnologia, que chegam a totalizar aproximadamente 600 mil em quatro núcleos: Austin, Central Florida, Minneapolis e Salt Lake City, denominados *hot spots* no seio da economia americana (Business week, 1992). Esses “pontos quentes” refletem o estágio das respectivas fronteiras tecnológicas.

Fenômenos correlatos ocorrem no interior dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde o apoio à difusão das inovações tecnológicas concerne os setores econômicos tradicionais (têxtil, cerâmica, couro...) e formam, segundo J. A. Medeiros, os “pólos de modernização tecnológica” (Americana, Itu, Franca, Ijuí...).

A chave do sucesso dessas novas áreas, que outrora foram denominadas “regiões que ganham” (Benko e Lipietz), parece concentrar-se na aliança local entre empresários, políticos e educadores, no dinamismo mercadológico, assim como na sua articulação em redes. Seriam os pólos de modernização tecnológica os futuros *hot spots* do Brasil?

A ausência de uma política determinada pelo poder central poderia provocar a agravamento da situação das áreas sem dinamismo, que continuarão, assim, a perder importância diante destas “ilhas” de desenvolvimento. Existem, segundo os países, vários tipos de desempenho do setor público. Nos EUA, não há grandes políticas nacionais, ao contrário do Japão, onde o sistema “Tecnopolis” emana diretamente do poder central.

● *Os limites do desenvolvimento tecnológico local*

O desenvolvimento local é o resultado de uma sinergia entre os atores políticos, científicos e econômicos, que se unem em torno de uma mesma dinâmica, com o objetivo de atingirem o crescimento econômico (cf. o Instituto UNIEMP – Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa, que acaba de ser criado em São Paulo).

Assim, sinergia, forças locais e união de parceiros são as fórmulas encontradas para superar o quadro de crise. A crise, entretanto, é também do Estado que, não definindo uma política clara, renuncia ao poder de intervir e deixa que o poder de decisão recaia quase que completamente sobre as regiões ou cidades. A consequência imediata é que o poder local deve, por iniciativa própria, procurar articular-se às redes nacionais para garantir o início da dinâmica, pois o local está irremediavelmente inserido no global, e os limites de autonomia regulam a definição das microestratégias. De fato, assiste-se a uma redefinição do papel do setor privado, que ocupa os espaços vazios deixados pelo poder público através de novas alianças entre empresários e escolas.

Os mitos da tecnopolização

● *Utopia de uma nova urbanidade.* Essas cidades de ciência e tecnologia são supostamente concebidas sem conflitos sociais agudos, nas quais existiria uma interação harmoniosa entre cidade e natureza. Sophia Antipolis foi projetada como cidade da ciência e da sabedoria com perfeita ordenação ter-

ritorial e, em todos os exemplos, a qualidade de vida foi sempre apresentada como característica maior das *tecnopolis*. Entretanto, na realidade, essa nova urbanidade fica reservada a uma minoria de privilegiados. De fato, é sempre mais fácil montar um projeto urbano do que criar uma autêntica dinâmica social (Gaudin, 1989:47).

- *Mito do instrumento-milagre do desenvolvimento local.* Criar uma *tecnopole* faz parte das opções promissoras do desenvolvimento local para as cidades de uma certa importância. Na França, o discurso oficial dos planejadores enfatiza o desenvolvimento local como capaz de impulsionar as atividades, seguindo o raciocínio de que, se os atores têm boa vontade e criam sinergia e parceria, eles podem valorizar as potencialidades locais. Constatou-se que, após o processo de descentralização, o Estado francês elabora cada vez menos políticas globais e organiza sobretudo operações seletivas, valorizando o caráter exemplar de alguns projetos apresentados como pilotos.

- *Mito da nova função econômica proveniente da tecnopolização.* As *tecnopolis* deveriam ser a adaptação do desenvolvimento local à mundialização da economia.

Teoricamente, o desenvolvimento tecnológico deveria basear-se na proporcionalidade entre o pessoal formado (engenheiros e tecnólogos), os investimentos em pesquisa & desenvolvimento, a riqueza regional e as políticas de incentivos públicos que determinam as configurações dos pólos tecnológicos. Os recursos econômicos interagem melhor nos territórios dos aglomerados urbanos e das metrópoles (São Paulo, Paris). Além do mais, com uma economia fraca e desestruturada, as oportunidades reduzem-se. Os casos de Campina Grande, Fortaleza e Recife mereceriam uma reavaliação desse ponto de vista. Em suma, as *tecnopolis* nunca serão um produto de massa, pois as economias nacionais teriam dificuldade de sustentar muitos pólos de excelência em seu território.

- *Mito da redução das desigualdades espaciais e mito da dinâmica regional: será que as inércias regionais podem ser superadas?* Alguns estudiosos notam que o desenvolvimento das *tecnópolis* realiza-se, nem para a região nem contra ela, mas sem ela... Finalmente, as *tecnópolis* aparecem como formas contemporâneas do desenvolvimento desigual que continua a diferenciar o espaço (Garnier, in Brunet, 1988:195).

Além de recente, o processo de tecnopolização é muito diferenciado no espaço, segundo a nossa demonstração. Em todas as regiões, procura-se um novo pacto entre a “técnica” e a “polis” a fim de criar uma “tecnópolis” organizada, tanto pelos aperfeiçoamentos de gestão urbana quanto pela vontade de progredir enraizados.

Alguns pesquisadores (Cf T. Bruhat) enfatizam a integração desenvolvimento urbano/operação tecnopólo no plano simbólico da construção de uma identidade ao redor de temas inovadores e de uma estratégia para vender a cidade aos investidores. Montpellier-technopole vende a melhor imagem; o social, o cultural e o tecnológico estão integrados numa poderosa política de

comunicação entretanto o tecido industrial é fraco, e a pesquisa no setor privado, ausente.

Apesar das ambigüidades e das contradições, é tempo de as coletividades territoriais controlarem as mudanças tecnológicas, propondo uma visão localmente integrada na qual o novo e o antigo possam dialogar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, C.A. (1990). La nueva dirección de la industria en São Paulo: reversion de la polarización en Brasil? p. 367-94. In: *Revolución tecnológica y reestructuración productiva: impactos y desafíos territoriales*. GEL, Buenos Aires.
- BECKER, B. et al. (1988). *Tecnología e gestão do território*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- BRUNET, R. (1991). *Géographie des technopôles*. Masson.
- BENKO, G. et Lipietz A., coord. (1992) *Les régions qui gagnent, districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris, PUF.
- BERNARDY et BOISGONTIER (1988). *Grains de technopole*. PUG, Grenoble.
- BRUNET, R. (coord. 1988). "Montpellier europole". GIP/RECLUS.
- BRUHAT, T. (1990). *Vingt technopoles, un premier bilan*. DATAR, La Documentation Française.
- CERTAINES, J. de (1989). *La fièvre des technopoles*. Syros.
- DIAS, L.C. (1991). *Les réseaux de télécommunication et l'organisation territoriale au Brésil*. Thèse de doctorat, Paris IV.
- BUSINESS, W. (1992). Hot spots, America's new growth regions are blossoming despite the slump. October 19, 1992, 54-60.
- DROULERS, M. (coord. 1990, a). *Le Brésil à l'aube du troisième millénaire*. Paris, IHEAL, 155 p.
- DROULERS, M. (1990, b). Les pôles technologiques brésiliens dans l'orbite des métropoles. *Les Annales de la Recherche Urbaine*. n° 46 (technopoles et métropoles), mars-avril 1990, 39-48.
- EVANS, P. (1990). Declínio e hegemonia da industrialização afirmativa: o conflito Brasil e Estados Unidos na indústria de computadores. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 33, n° 2. 311-51.
- FEREIRA NUNES, B. (1990). Estado, ciência e tecnologia no Brasil: uma análise retrospectiva. *Sociedade e Estado*. V(2) jul/dez 263-289.
- GAUDIN, J.P. (1989). *Technopolis, crises urbaines et innovations municipales*, PUF, Paris.
- HARVEY, D. (1989). *The Conditions of Postmodernity*. Basil Blackwell, Oxford.
- IHEAL, 1992. *Innovations technologiques et mutations industrielles en Amérique latine*. Annales colloque.
- MAILFERT, A. (1991). *Recherche et territoire*. DATAR, La Documentation Française.
- MEDEIROS, J.A. (1991). *Perfil dos polos tecnológicos brasileiros*. IBICT, CNI/Dampi, Brasília.
- MEDEIROS, J.A., (coord. 1992). *Polos, Parques e incubadoras: a busca da modernização e competitividade*. Brasília CNPq/IBICT/SENAI.
- NT, Coppe/UFRJ. (1987). *Parques tecnológicos*. *Anais do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro.
- RAFFESTIN, C. (1981). *Pour une géographie du pouvoir*. Litec, Paris.
- SANTOS, S.A. (coord. 1987). *Criação de empresas de alta tecnologia*. Pioneira, São Paulo.
- STORPER, M. et SCOTT, A. (1989). The geographical foundations and social regulation of flexible productions complexes. In: *Wolch and Dear eds The power of geography*. Boston, Unwin Hyman.
- TAVARES, H.M. (1992). Produção flexível e planejamento territorial. *Revista de Administração Pública*. vol 26, jul/set.

RESUMO

Este texto trata da emergência do fenômeno dos *tecnopólos*, no caso específico da França, estabelecendo uma comparação com um processo semelhante – embora ainda incipiente – no Brasil. São discutidas várias questões, tais como: implicações dos tecnopólos com as estruturas urbanas contemporâneas, os sistemas de *redes* e os mitos da *tecnopolização*.

ABSTRACT

This article discusses the phenomenon of the appearance of technological zones in France and compares it to a similar – although incipient – process in Brazil. It also deals with the following questions: the implications of technological zones for contemporary urban structures, networks and the myths of the formation of technological zones.

Regionalismo e Projeto Nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos

Carlos B. Vainer*

*Apresentação***

Se abstrairmos o aspecto anedótico explorado pelos meios de comunicação, as recentes manifestações anti-nordestinas em São Paulo e a emergência de um sentimento separatista no Sul do país confirmam a atualidade de um dos temas colocados em pauta por recente seminário promovido pela ANPUR:¹ o da *solidariedade e coesão nacionais* frente às tendências de globalização e fragmentação do território. A sua elegante formulação acadêmica remete-nos à indagação acerca da viabilidade e necessidade de um projeto nacional de maneira quase imediata.

Para um país que já foi *arquipélago*, que viu emergir nos anos 50 a *questão regional nordestina*, que se integrou nacionalmente sob a égide da ditadura militar, o tema “nacional” parece, com efeito, reatualizar-se. Frente às pressões internas e externas que pretendem afirmar o primado da mundialização e da integração internacional em qualquer estratégia de retomada do desenvolvimento, qual o sentido e significado do(s) regionalismo(s) emergente(s)?

A aparição anacrônica de um passado que teima em não desaparecer? A confirmação de que a pós-modernidade já se instalou entre nós e a de que, na esteira da crise dos paradigmas que angustiam os cientistas sociais, as velhas identidades abrangentes cedem diante dos novos movimentos que se constroem a partir das particularidades segmentares?

Paradoxo de uma reafirmação simbólica e política do lugar e da região num mundo em que as fronteiras parecem desmanchar-se?

Certamente o regional e o regionalismo já foram temas largamente explorados pelos debates acadêmico e político. Não foram poucos os que, nos anos 70 e 80, decretaram a sua morte.² Pretendemos, neste trabalho, revisitarmos o tema e defender a idéia de que a sua vigência somente pode ser percebida se forem redefinidos os termos gerais a partir dos quais tem sido tradicionalmente tratado.

* Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ.

** Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Simpósio “O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas”, do Workshop “O novo Brasil urbano: qual integração às tendências mundiais”, promovido pela ANPUR, na Reunião anual da SBPC, em Recife, 12-16/07/1993.

Para tanto, consagramos uma sessão à sucinta recuperação dos principais elementos para os quais convergiu o debate acadêmico sobre a velha questão regional, buscando destacar em que termos foram enfocados os temas regional e o do regionalismo; e examinar até que ponto permanecem vigentes as principais conclusões dessa discussão. Em seguida enveredamos por um terreno menos seguro, tendo como eixo duas questões centrais: em que medida o debate pretérito sobre esses temas permite entender o que designaremos de “novo regionalismo” na ausência de um quadro conceitual preciso; e qual a novidade desse novo regionalismo.

Com esse objetivo, examinamos rapidamente dois casos de práticas políticas referidas em identidades territoriais. Na conclusão, alinhamos algumas reflexões acerca da diversidade, dos sentidos e as virtualidades desse novo regionalismo.

A questão regional no Brasil e o velho regionalismo

Múltiplos foram os enfoques e os quadros teórico-conceituais através dos quais se enfrentou a questão regional brasileira que sempre foi o Nordeste. Eis algumas das respostas presentes na literatura: desigualdades ou os desequilíbrios entre os diferentes espaços de um mesmo território nacional; as relações de colonialismo ou imperialismo internos; os percalços ou obstáculos à difusão espacial da modernidade; a manifestação ou a projeção espacial da divisão social do trabalho (divisão espacial do trabalho sob o capital); o momento particular do processo de homogeneização do espaço sob a égide do capital e a conseqüente dissolução dos espaços regionais tradicionais; e a dimensão espacial da articulação de diferentes modos de produção.

Sejam quais forem os enfoques privilegiados encontrados na obra decisiva de Francisco de Oliveira (1981), as transformações pelas quais passou a economia nordestina, assim como a de outras regiões desde a criação da SUDENE ocuparam o centro do debate nos anos 70 e 80. Em particular, vieram à tona a mudança da base produtiva nordestina e as novas formas da sua articulação à economia nacional.

Guimarães, por exemplo, mostrou como, nas décadas de 60 e, sobretudo, de 70, a entrada de capitais extra-regionais, para inibir ou destruir as atividades regionais mais ineficientes, suscitou o surgimento das novas atividades (Guimarães, 1986, p. 339). A superação dos *limites de expansão da economia antes restritos ao potencial de acumulação de frações de capitais da própria região, inclusive na fase expansiva do chamado milagre econômico*, acabou por atrelar a economia regional à estrutura industrial concentrada no Sudeste, como fornecedora de bens intermediários (*idem, ibidem*, p. 341).

Assim como Oliveira e Guimarães, Araújo vai insistir no caráter dependente e complementar da industrialização nordestina, contrapondo esse processo ao projeto – que teria estado na origem da SUDENE – de implantação, no Nordeste, de uma dinâmica autônoma de expansão econômica e, particularmente, industrial (Araújo, 1984).

Se omitimos, nessa rapidíssima revisão, as inúmeras e nem sempre irrelevantes divergências e *nuances*, é quase unânime o reconhecimento de que, desde o final dos anos 70, o país está *muito mais próximo da constituição de*

um sistema produtivo único e integrado do que de um sistema formado por espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente (Guimarães, 1986, p. 343)³.

Outro grande ponto de convergência na literatura refere-se ao papel desempenhado pelo Estado na decomposição da velha economia regional. Para Oliveira, desde a sua origem, a SUDENE esteve vocacionada para orquestrar a captura do Estado no Nordeste pelo capitalismo monopolista do Centro-Sul (1981, p. 116). Vários autores destacaram o papel da política de subsídios na abertura do espaço regional aos capitais do Sudeste, que protagonizaram a conversão da indústria nordestina e a sua articulação nacional.

O verdadeiro ataque do poder central aos espaços regionais, principalmente nos anos 70, foi anunciado claramente em alguns documentos oficiais (cf. Vainer, 1990). Assim, por exemplo, o PND assumia claramente uma opção em que se *repele a limitação regional, a curto e médio prazos, do processo econômico brasileiro* na qual postulava que *“a estratégia de desenvolvimento regional consistirá especialmente na política de integração em sentido amplo* (Presidência da República, 1971, p. 25 e 27).

As políticas micro e mesorregionais, os famosos pólos e os programas de desenvolvimento integrado instauraram no aparelho do Estado uma nova geografia que, simultaneamente, refletia e sustentava os novos recortes que substituíam as antigas regiões. Para ilustrar a dimensão e a amplitude desse movimento, nada melhor que uma listagem, embora exaustiva, de programas governamentais daquela década: Programa de Integração Nacional, Programa Especial para o Vale do São Francisco, Programa do Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Programa de Áreas Irrigadas do Nordeste, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, Programa de Recuperação Socioeconômica do Oeste do Paraná, Programa Especial de Controle de Erosão do Solo do Noroeste do Paraná, Programa Especial do Norte Fluminense, Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul, Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil e Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais, entre outros⁴.

De um lado, essa fragmentação analítica do território das antigas regiões e, de outro, a política territorial nacional global que lhe conferia unidade configuraram um verdadeiro ataque em pinça às regiões tradicionais; por um flanco (*por baixo*), a região é reduzida a um conjunto de micro-localizações onde se implantam pólos e programas especiais; por outro (*por cima*) a região é expandida até se confundir com todas as outras regiões e se dissolver num espaço nacional totalmente integrado e funcionalizado (cf. Vainer, 1990).

A homogeneização do espaço nacional sob a égide do capital e do estado autoritário pareceu, à boa parte dos estudiosos, colocar a pá de cal definitiva no regionalismo tradicional. Foi como se o processo político-econômico em

curso viesse a corroborar o diagnóstico segundo o qual o regionalismo nunca teria passado de um mecanismo ideológico.

... que funcionou como válvula justificadora da debilidade dos grupos dominantes locais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de dominação e domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais. (Perrucci, 1984, p. 26)

Algumas análises mais matizadas recusaram-se a ver no regionalismo a simples construção, *ex nihilo*, de algum estado maior das oligarquias regionais para enganar os trabalhadores e chamaram a atenção para o papel que ele desempenhou como padrão particular da relação e da negociação entre as frações regionais das classes dominantes e o bloco hegemônico nacional (cf., por exemplo, Silveira, 1987). Mas mesmo essas abordagens sempre reconheceram e enfatizaram a eficácia ideológica e política do discurso regionalista na reprodução da dominação em escala regional.

Por outro lado, vários foram os autores que chamaram a atenção para o fato de que a criação da SUDENE, ao entronizar a questão regional como do próprio Estado central, respondia às pressões vindas de setores radicalizados das massas populares, particularmente as Ligas Camponesas – que ameaçavam, não apenas as elites regionais mas também o pacto de poder no seu conjunto (cf. entre outros: Oliveira, 1981; Medeiros, 1982; Camargo, 1981 e Cohn 1976).

A análise do caráter conservador do regionalismo nordestino encontra eco naquela que se tem feito do tradicionalismo gaúcho. Também aqui o regionalismo, caracterizado pela revalorização de uma série de símbolos da estância latifundiária, aparece como resposta à crise da velha classe dominante regional e funciona como mecanismo ideológico que projeta a identidade de todas as classes regionais numa estância mítica onde todos seriam (teriam sido) iguais – patrões e empregados, unidos na sua identidade com a terra/território de todos (cf., por exemplo, Golin, 1983 e Costa, 1986). Assim, o tradicionalismo gaúcho, ao assumir os valores da *harmonia social*, *o bem coletivo*, *a cooperação com o Estado*, *o respeito às leis* e *o espírito cívico* aparece como *uma ideologia destinada a manter a massa rural e as camadas populares que migravam para as cidades em estado de submissão* (Oliven, *apud* Costa, 1986, p. 82).

Certamente o regionalismo nordestino e o gauchismo não podem ser entendidos sem as análises específicas dos processos particulares – econômicos, políticos e culturais – que os engendraram enquanto fenômenos diferenciados. O que nos interessa destacar, porém, para os objetivos deste trabalho, é a comum avaliação de que o regionalismo, no Brasil, em suas diferentes manifestações, tem sido conservador, a expressão de um projeto de velhas classes dominantes regionais em crise face ao processo da acelerada unificação do espaço econômico e conseqüente perda (ou enfraquecimento) dos mecanismos de negociação econômica e política com o bloco hegemônico nacional. Associado a essas características o regionalismo, no Brasil, estaria associado também a uma série de outros traços; ele evocaria um certo agrarismo e, por isso

mesmo, seria predominantemente passadista em seu imaginário. Uma vez defensivo, ele teria emergido em espaços periféricos submetidos a um processo de dissolução e integração econômicas.

Esse diagnóstico raras vezes tem sido contestado. No máximo, alguns autores têm destacado que o processo de homogeneização do espaço é contraditório e continua a produzir diferenciações regionais – o que parece incontestável. Por outro lado, em algumas circunstâncias particulares, têm surgido tentativas de elaborar e acionar pautas regionais que expressem uma articulação de interesses fundada nas classes dominadas, mas seu sucesso tem sido mais do que duvidoso. Tanto a tentativa de se produzir uma pauta regional nordestina popular⁵ quanto a de se fazer a crítica da mitologia estancieira desde dentro do movimento tradicionalista, apesar das suas boas intenções, parecem carecer de bases sociais capazes de lhes conferir vitalidades e expressão.

A unificação do espaço nacional, o surgimento de uma série de organizações sindicais e populares de âmbito nacional, a constituição de novos espaços identitários que transcendem ou recortam as velhas regiões sugerem que, de fato, o velho regionalismo dificilmente constituir-se-á em campo de formulação e instrumento de projetos políticos consistentes. O que não impede que continue sendo cultivado como projeto cultural, como expressão de uma *cultura ressentida* (Martins, 1984), mas do que nunca transformado em mero instrumento de manipulação ideológica.

Novas territorialidades e novas identidades territoriais

A dissolução das velhas economias regionais e, conseqüentemente, das circunscrições territoriais que referenciaram os velhos regionalismos é necessariamente, a construção de novas territorialidades e a imposição de novos recortes. Os pólos, os grandes projetos, por exemplo, engendram, eles mesmos, as suas regiões: aí estão a região de Carajás, a região de Itaipu ou Sobradinho, etc (cf. Vainer, 1990; Vainer e Araújo, 1992).

O processo de modernização agrícola que transformou completamente vastos territórios, a industrialização e a urbanização interiorizadas que produziram importantes centros no interior de São Paulo e em alguns estados são alguns múltiplos processos que, tributários em diferentes escalas da ação estatal, funcionou como contrapartida da herança da decomposição da regionalização.

Em que medida essa *destruição criativa* (cf. Harvey, 1992, p. 234) e os novos territórios que configura têm sido apropriados por movimentos e dinâmicas políticas e culturais cuja identidade esteja referenciada, de maneira predominante (ou expressiva), a uma base territorial determinada? Em caso afirmativo, que tipo de regionalismo tem emergido desse novo espaço nacional simultaneamente unificado e decomposto/fragmentado?

Antes de apresentar nossa resposta, cabe assinalar que tomamos algumas distâncias das definições tradicionais de regionalismo, que sistematicamente têm restringido o conceito a situações características de oposição ao Estado central – por exemplo, Markusen, para quem *regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado* 1981, p. 83)⁶. Para nós, o que importa é a

relevância do recorte (referência) territorial na constituição da identidade que um ou mais grupos sociais reconhecem-se, mas igualmente na elaboração de estratégias políticas (frente ao Estado, frente a outros grupos sociais, etc).

Reconhecendo nossa incapacidade de dar uma resposta abrangente e sistemática à pergunta formulada, tomamos para exame dois casos polares de dinâmicas sociais e políticas com claras marcações/referências territoriais/regionais.

As cidades proibidas e a segregação ativa

O nosso primeiro caso é constituído pela generalização das ações surgidas em uma infinidade de municipalidades – de cidades médias e, às vezes, pequenas – que têm formulado e aplicado políticas ativas de fechamento do território urbano a migrantes. Com o apoio expressivo da população residente, as prefeituras têm instaurado verdadeiras barreiras à entrada de migrantes em busca de emprego, moradia, meios de vida enfim. Em alguns casos, isso acontece de maneira truculenta, seja impedindo nos terminais rodoviários o desembarque de indivíduos cuja aparência denuncia a condição de classe e a situação de carência, seja bloqueando vias de acesso às cidades. Em outros casos, entram em ação as assistentes sociais, fornecendo *passes* (passagens) para que os migrantes sigam viagem ou retornem ao seu local de origem.

O prefeito de Novo Hamburgo reúne-se com o de São Leopoldo para discutir a implantação do Programa Fecha Fronteiras no Vale do Sinos e informa a existência de cinco veículos da prefeitura que circulam nos locais de acesso para controlar a chegada de indesejáveis:

Quando essas equipes encontram um caminhão de outro município carregado com objetos de mudança, procuram saber onde a família vai se instalar. Se as pessoas não têm moradia definida (...) são orientadas a retornar ao local de origem (Correio do Povo, 18/02/1993).

A revista *Veja-Rio Grande do Sul* informa que são cinco as cidades gaúchas que decidiram vetar a entrada de pobres (*A porta bate na cara da miséria. Veja-Rio Grande do Sul*, 17/02/1993). O prefeito de Gramado, que explica à reportagem não querer importar miséria nem violência (*idem, ibidem*), encarregou nove *fiscais comunitários* (*sic*) de circularem em bairros populares e indagarem aos migrantes se eles têm casa e emprego garantidos: em caso negativo, a prefeitura providencia a sua viagem para fora do município (Comunidade se unem contra migrantes, *Zero Hora*, 01/03/1993). As cidades focalizadas pela Revista – Teutônia, Gramado, Bento Gonçalves, Nova Hamburgo e Frederico Hestphalen – apresentam rendas *per capita* muito acima da média nacional e do estado.

Ricas cidades do Triângulo Mineiro – particularmente Uberaba e Uberlândia – exercem uma forte triagem nos pontos de desembarque. Tais cidades são acusadas por algumas municipalidades da região de Ribeirão Preto de exportarem os seus migrantes (muitas vezes as assistentes sociais usam a expressão *itinerante*).

No Encontro Regional sobre Migrações, promovido pela prefeitura de Ribeirão Preto em junho de 1993, que reuniu representantes de cerca de trinta municípios da *Califórnia Paulista*, ficou evidente que, de uma maneira ou de outra, a prática está generalizada em toda a região. Foram também expressivas as manifestações contrárias ao comportamento de prefeituras de outras regiões do estado de São Paulo, particularmente Campinas e Jundiaí, que fornecem passagens ou utilizam um vagão cedido pela FEPASA para redistribuir os seus *indesejáveis* pela região.

Até mesmo em cidades menos afluentes esse comportamento vem sendo observado. Em Além Paraíba, por exemplo, os *andarilhos* (conforme designação local) que circulam pela Rio-Bahia muitas vezes encontram obstáculo para atravessar a ponte sobre o rio Paraíba do Sul que dá acesso à cidade⁷.

O que mais chama a atenção nesses exemplos, que já são muitos, é o apoio generalizado da população local a essas atitudes. Identificando no migrante o futuro desocupado, mendigo e assaltante, essas populações *defendem* os seus espaços urbanos – o seu meio ambiente⁸. Depoimentos de assistentes sociais preocupadas com a situação informam que são numerosos os chamados telefônicos às prefeituras (ou às Secretarias de Bem-Estar ou Promoção Social), inclusive de bairros populares, exigindo providências para a remoção e a expulsão dos migrantes/andarilhos/itinerantes que se instalam nas praças e nas ruas e invadem terrenos baldios.

Na região de Ribeirão Preto, onde as plantações de cana e de laranja utilizam em larga escala migrantes sazonais (vindos do próprio Estado de São Paulo, mas também de Minas Gerais, do Piauí, etc), estes são alojados nas usinas e nas fazendas: mas a sua instalação nas cidades é fortemente controlada (e até mesmo impedida). Normalmente, o clima torna-se mais tenso no fim das safras, quando alguns tentam permanecer e outros encontram-se sem recursos para empreender a viagem de volta.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, muito embora uma pesquisa mais abrangente a respeito ainda esteja em estudo. Seja como for, a amostra é suficientemente expressiva para afirmar que estamos diante de políticas territoriais ativas, predominantemente em escala municipal ou micro-regional, voltadas para a segregação sócio-espacial. Via de regra ancoradas numa forte percepção das populações cidadinas de que o seu território municipal constitui um espaço privilegiado a ser preservado, o isolacionismo dessas políticas não pode ser entendido sem a sua contraface: a estreita articulação dessas cidades ou regiões a redes/circuitos econômico-nacionais e, muitas vezes, internacionais.

Na sua configuração típica, esses municípios e essas regiões parecem fundar as suas estratégias territoriais isolacionistas justamente no fato de estarem estreitamente vinculadas a circuitos nacionais e internacionais.

Isolacionismo e segregação, de um lado, estreitas articulações nacional e internacional, de outro. O paradoxo não é senão aparente, pois, como já observou Harvey, *quanto mais unificado o espaço, tanto mais importantes se tornam as qualidades das fragmentações para a identidade e a ação sociais:*

O livre fluxo do capital na superfície terrestre, por exemplo, põe uma forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para os quais o capital pode ser atraído. O encolhimento do espaço que faz diversas

comunidades do globo competirem entre si implica estratégias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna um lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. Essa espécie de reação confia muito mais na identificação do lugar, na construção e indicação de suas qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo. fragmentado (Harvey, 1992, p. 247).

Essas estratégias de diferenciação espacial pela preservação dos territórios urbanos da *poluição sócio-ambiental* coaduna-se perfeitamente com uma das principais resultantes do processo de homogeneização econômica-cultural do espaço nacional (e internacional). Elas expressam o projeto de segmentos de grupos dominantes que encontraram formas de integração particulares durante a crise e a recessão. A preservação dessas condições apresenta-se nos projetos territoriais das políticas de segregação ativa, como elemento da *produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais* que, em meio às crescentes abstrações do espaço, *se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações* (Harvey, 1992, p. 266).

O que poderia ser descrito como uma forma de auto-gestão do território por uma comunidade urbana não é senão a expressão/atualização localizada da tendência global que faz com que *quanto menos importante as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital* (*idem, ibidem*, p. 267).

O resultado, por um lado, tem sido a fragmentação no *interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado* (*idem, ibidem*, p. 267), e por outro lado, a elaboração de um novo tipo de identidade e de estratégia regionais que, no esforço competitivo, buscam forjar uma imagem distintiva e atraente para o capital e para as *pessoas do tipo certo* (Harvey, 1992, p. 267).

Poder-se-ia discutir amplamente a pertinência ou não da aplicação do termo regionalismo aos discursos, às percepções e à prática que essa espécie de paroquialismo mundializado introduz na nossa realidade. Seja como for, estamos diante de processos de geração de novas identidades territoriais, que se associam a estratégias de grupos sociais e configuram espaços simbólicos referidos a práticas econômicas e a formas de articulação territorial em diferentes escalas.

Aceitando, para fins do exercício proposto, designar de regionalismo esses movimentos, não seria difícil marcar as suas diferenças e as suas similaridades com o velho regionalismo. De um lado, as *similaridades* aparecem no fato de que ainda e sempre encontramos estratégias e discursos com claras referências e rebatimentos territoriais expressando o projeto de segmentos de grupos dominantes locais/regionais. Encontramos ainda o esforço desses grupos de torná-las um eixo de coesão da sociedade local/regional com os *interesses comuns* – no caso, geralmente, *a preservação de nossa boa qualidade de vida*.

Por outro lado, as diferenças são enormes: ao invés de expressarem os interesses e os *ressentimentos* das classes dominantes de regiões periféricas

atrasadas e dependentes, essas estratégias manifestam a agressividade e a auto-confiança de setores que conseguiram, no interior e apesar da prolongada crise pela qual patina a economia nacional, encontrar o seu lugar na nova economia nacional e internacionalmente unificada. Ao invés de remeter ao agrarismo tradicional, elas constroem circunscrições urbanas, mesmo quando a sua base econômica é a pecuária ou a agro-indústria. Ao invés de contraporem os seus interesses e as suas pautas regionais ao Estado central, elas adotam um liberalismo realista e pragmático: total liberdade para o capital e total controle sobre o fluxo da força de trabalho.

Movimentos populares com forte identidade territorial

Nosso segundo caso é constituído de alguns movimentos populares que se têm construído a partir de uma forte identidade territorial: o movimento dos seringueiros do Acre e o dos atingidos por barragens.

O movimento dos seringueiros acreanos, bastante conhecido pela divulgação que alcançou graças à projeção e ao desaparecimento da sua principal liderança – Chico Mendes –, surge como resistência de um grupo específico que viu ameaçada a sua forma de apropriação da terra e dos recursos florestais dos quais a sua reprodução dependia em grande parte. É a tentativa de preservar um determinado território das múltiplas formas de intervenção extraregional, principalmente em projetos agropecuários e rodoviários que anunciam pura e simplesmente o desaparecimento de algum tipo de atividade econômica ou de alguma categoria particular de trabalhadores.

O movimento dos atingidos por barragens, presente em diferentes bacias hidrográficas onde se construíram ou se projetaram grandes barragens hidrelétricas, surge como a luta de pequenos e, às vezes, de médios produtores agrícolas, proprietários ou não conforme o caso, ameaçados de expulsão pela *limpeza de terrenos* onde se formam grandes lagos artificiais. A bacia do rio Uruguai e do Iguazu, o Vale do Jequitinhonha e do Ribeira, o médio São Francisco e as margens do reservatório de Tucuruí são algumas das áreas atingidas, que envolvem, às vezes, populações urbanas confrontadas ao deslocamento compulsório.

A defesa da terra e dos recursos ambientais (floresta, seringais, água) imprimiu uma forte marca e uma identidade territorial aos movimentos dos seringueiros assim como aos dos atingidos por barragens. Os seringueiros marcam claramente essa relação com a territorialidade ao formularem a sua proposta de união dos povos da floresta e ao conferirem à sua luta uma clara entonação ambientalista. Entre os movimentos de atingidos por barragens, a marca territorial aparece até mesmo na designação dos movimentos: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguazu (CRABI), etc. O CRAB, por exemplo, é todo movimento que se estrutura segundo uma lógica territorial que hierarquiza escalas que vão desde a comissão regional até a comissão de linha (linha colonial) ou comunidade, passando por, comissões municipais (às vezes distritais) e por 5 comissões sub-regionais, conforme os diferentes trechos do rio no qual estão inventariados mais de 20 projetos hidrelétricos.

Essa estreita vinculação de ambos os movimentos com o território tem-se expressado também, à medida que amadurece a luta da resistência na formulação de projetos alternativos de desenvolvimento para as suas regiões. No caso do movimento dos seringueiros a proposta das reservas extrativistas manifesta claramente o compromisso original e continuado com a região. Entre os movimentos de atingidos por barragens, pela sua diversidade e pelo variado grau de organização e experiência, a busca de propostas regionais alternativas é bastante desigual; isto não obstante, é notável a sua crescente sensibilidade para o problema, quando mais não fosse para capacitar o movimento e apresentar propostas afirmativas que se contraponham aos projetos hidrelétricos propagandeados pelas empresas do setor elétrico como a via mais rápida para o progresso da região.

Não é difícil perceber que ambos os tipos de movimento emergem como reação ao processo de apropriação territorial deflagrado desde o centro com o ativo apoio do Estado:

determinadas periferias são diretamente investidas pelo movimento de conquista, que tem por objetivo a apropriação e exploração de recursos estratégicos através da mobilização direta do território (Vainer e Araújo, 1990, p. 71).

As populações, as suas atividades econômicas, os seus modos de vida e as suas formas de manifestação cultural são vistos e apresentados como resquícios de um passado que impede a marcha do progresso – obstáculos que devem ser removidos.

Cabe aqui destacar o surgimento de novas táticas de luta que vêm reiterar o significado estratégico do território: no caso dos seringueiros, o conhecido *empate*, através do qual os seringueiros bloqueiam fisicamente o avanço de frentes de desmatamento, no caso dos atingidos por barragens (sobretudo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), as ações de massa em que são arrancados e destruídos os marcos colocados por ocasião dos levantamentos topográficos e que balizam o espaço dos possíveis reservatórios⁹.

Em síntese, poder-se-ia afirmar que os movimentos de resistência dos seringueiros e os dos atingidos por barragens têm buscado, embora de modo diferenciado, elaborar coletivamente as novas perspectivas acerca das potencialidades e das alternativas possíveis de um desenvolvimento regional/local cuja lógica não seja imposta. Neste contexto, os esforços de valorização da cultura e das formas de vida tradicionais têm sido muito importantes em oposição a um progresso cuja viabilização depende da sua desterritorialização de maneira não-figurada.

Sugeriríamos que estamos, como no primeiro caso examinado, diante de um novo regionalismo. A criação de uma forte identidade territorial, a busca de um discurso que permita falar em nome do conjunto da região e coesione diferentes grupos sociais em defesa dos *interesses da região* e o caráter essencialmente defensivo (pelo menos inicialmente) são algumas características que parecem aproximar essa dinâmica do velho regionalismo. A sua novidade, porém, advém do fato de que esses novos movimentos surgem e se consolidam a partir de uma inequívoca base popular.

Essa novidade talvez explique a principal diferença entre esse *regionalismo popular e o paroquialismo mundializado* de tipo pós-moderno anteriormente examinado. Este projeta uma territorialidade fechada, segregada e segregadora, incapaz de gerar projetos, regionais ou nacionais e integradores, priorizando articulações em um espaço homogeneizado, fragmentado e abstrato.

Já os movimentos de seringueiros e os de atingidos por barragens, não obstante sua forte referência territorial/regional, abrem-se para o espaço nacional em busca de alianças e de propostas globais. Não é à toa que os seringueiros chamam a sua entidade de Conselho Nacional dos Seringueiros. Nem é irrelevante que tenha sido criado o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, reunindo os índios e os caboclos do Xingu, os descendentes dos primeiros colonos poloneses e alemães do Alto Uruguai, os camponeses sindicalizados do Médio São Francisco e os pequenos proprietários ribeirinhos do Jequitinhonha¹⁰.

Observações finais

As ciências sociais defrontam-se com o desafio de desvendar os múltiplos rebatimentos dos padrões emergentes de produção e de circulação do capital sobre a vida social. O consenso generalizado de que esses novos padrões são acompanhados não apenas de uma profunda reestruturação territorial mas também de uma atribuição de novos significados aos espaços sociais coloca, entre outras, a tarefa de identificar os movimentos e os conflitos regionais expressam essas transformações.

No caso brasileiro, uma rica literatura tem acompanhado as mudanças na organização territorial: os novos padrões de urbanização e a redefinição dos espaços regionais. Até agora, no entanto, o debate acerca dos sentidos e das virtualidades do(s) regionalismo(s) tem ficado ancorado nos seus termos desde os anos 60.

Buscamos mostrar que, se não há razões para se rever o diagnóstico do velho regionalismo, o mesmo não parece suficiente para dar conta de novos discursos e movimentos que focalizam o território como elemento predominante, ou pelo menos relevante, da constituição de identidades sociais e de projetos políticos.

Certamente ainda tateamos na identificação do que poderiam ser os novos regionalismos; inclusive caberia discutir até que ponto o recurso a essa noção é adequado. Mas acreditamos ter reunido elementos suficientes para mostrar que eles não respondem necessariamente, como os velhos, a um único padrão. Os casos aqui analisados mostram, ao contrário, que não apenas o seu caráter de classe é bastante diverso como, também, que o seu posicionamento virtual frente à constituição de um projeto nacional é quase que antagônico.

Enquanto o paroquialismo mundializado aponta para um projeto internacionalizado com poucas interações em escala nacional, o novo regionalismo de base popular parece não poder realizar o seu projeto e as suas pautas reivindicatórias senão no âmbito de um projeto nacional que subverta profundamente a lógica territorial – passada e emergente – do capital e do Estado em seus diferentes níveis e escalas.

De qualquer maneira, parece precipitado propor qualquer conclusão além de um convite à discussão. Os termos propostos por Harvey parecem estimulantes:

Nas práticas espaciais e temporais de toda sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre o seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (Harvey, 1992, p. 201).

Eis uma agenda e tanto que certamente inclui a análise dos novos regionalismos e do seu papel na construção de um projeto nacional. Como ponto de partida, há duas idéias básicas: a) um novo projeto dificilmente poderá se pretender efetivamente nacional se não superar criticamente a lógica e a dinâmica territoriais impostas pelo projeto nacional-desenvolvimentista; b) um novo projeto deverá abrir-se efetivamente às dinâmicas e às expressões locais/regionais emergentes e dar-lhes uma resposta coerente às exigências populares das regiões periféricas tradicionais e emergentes.

NOTAS

1 Seminário "Território: globalização e fragmentação", promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação pelo Planejamento Urbano e Regional e pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 28-30/04/1993.

2 Inclusive este autor (Vainer, 1988).

3 Os debates, desde então, pouco agregaram de substancial a este diagnóstico, muito embora a persistente recessão possa ter encoberto tendências subjacentes que ainda estariam por manifestar-se.

4 Caberia agregar a essa listagem uma série de grandes projetos setoriais petroquímicos, minero-metalúrgicos e hidrelétricos, que foram, mais que quaisquer outros, fundamentais vetores de reestruturação do território e de geração de novos espaços regionais (cf. Vainer, 1990).

5 No caso nordestino, a última manifestação expressiva nesse sentido foi o esforço, no nascimento da chamada Nova República, de construir essa pauta a partir de um movimento que se chamou "Muda Nordeste" (1985).

6 Costa, explicitamente preocupado em enfatizar os processos culturais que sustentam o regionalismo – o regionalismo gaúcho em particular, também propõe que o regionalismo seria um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural frente aos interesses da classe dominante a nível do Estado-nação (Costa, 1988, p. 26).

7 Dois estudantes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ – que realizaram, em 1990, pesquisa junto aos *andarilhos* da Rio-Bahia nos municípios de Sapucaia-RJ e Além Paraíba-MG, quando se preparavam para tomar o ônibus de volta ao Rio de Janeiro, foram abordados na estação rodoviária por policiais e conduzidos para interrogatório na Delegacia de Além Paraíba. O interrogatório girou essencialmente em torno da natureza de sua ação junto aos *andarilhos*.

8 É dever da prefeitura proteger as áreas verdes, diz a secretária Ângela Bassotto referindo-se aos dados que apontam a falta de 500 moradias e 4 mil empregos na cidade (...). Nos últimos dez anos, a pro-

porção de área verde do município caiu de 40% para 20%, em grande parte devido a ocupações irregulares (O objetivo é impedir a invasão de área verde Zero Hora, 1/03/1993. A matéria refere-se a Bento Gonçalves, RS).

9 Essas ações são chamadas de arrançamento de marcos.

10 O I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens reuniu-se em Brasília em maio de 1991. Em dezembro de 1993 realizou-se o II Congresso. Existe uma Comissão Nacional e uma Executiva Nacional, ambas com representantes em todas as regiões do movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, T.B. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: Maranhão, S. (Org.) *A questão Nordeste, Estudos sobre formação histórica desenvolvimento e processos políticos ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 71-82.
- CAMARGO, A.A. A questão agrária: crise de poder reformas de base, 1930-1964. In: Hollanda, S.B. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981, t. III, v. 3.
- COHN, A. *Crise regional e planejamento (O processo de criação da SUDENE)* São Paulo, Perspectiva, 1976.
- COSTA, R.H. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- GOLIN, T. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre, Tchê, 1983.
- GUIMARÃES, L. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas, mimeo., 1986. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia/UNICAMP.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992.
- INSTITUT DE HAUTES ETUDES DE L'AMERIQUE LATINE. Foyers industriels nouveaux en Amérique Latine. Afrique Noire e Asie. Paris, IHEAL/Université de Paris III, 1978.
- MARTINS, R. Nordeste pensado, Nordeste pensante, cultura mais que interessante. In: Maranhão, S. (Org.) *questão Nordeste. Estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 103-115.
- MEDEIROS, L.S. *A questão agrária no Brasil, 1955-1964*. São Paulo, mimeo., 1982. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas/USP.
- MUDA NORDESTE. Recife, mimeo., 1985.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(ê)gião. Sudene, Nordeste planejamento e conflitos de classe* Rio de Janeiro 4ª edição 1981.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *I Plano Nacional de Desenvolvimento - 1972/1974*. Diário Oficial de 17/12/1971.
- PERRUCCI, G. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: Maranhão, S. (Org.) *A questão Nordeste. Estudos sobre formação histórica desenvolvimento e processos políticos ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 11-30.
- ROFMAN, A. (coord.) *Los grandes proyectos y el espacio regional. Presas hidrelétricas y el sistema decisional*. Buenos Aires, CEUR, 1987.
- SILVEIRA, R.M.G. A questão regional, gênese evolução. In: *Espaço e Debates*. Ano VII, 1 nº 1, São Paulo, Peru, 1987, p. 7-25.
- VAINER, C.B. *A questão regional e a transição brasileira* Rio de Janeiro, mimeo., 1988. Comunicação apresentada Sessão Reestruturação Territorial do Estado, da Conferência Internacional Reestruturação Urbana Tendências e Desafios, promovida pelo Research Committee on Sociology of Urban and Regional Development, International Sociological Association. Rio de Janeiro, 26-30/09/1988.
- VAINER, C.B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: Margulis, Sérgio (ed.). *Meio Ambiente: aspectos técnicos econômicos*. Rio de Janeiro/Brasília, IPEA/PNUD 1990, p. 179-211.
- VAINER, C.B. e Araújo, F.G.B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.

RESUMO

Este trabalho discute os movimentos e correntes de opinião que se encontram à base dos novos regionalismos. Tendo como pano de fundo as transformações recentes e em curso na organização territorial brasileira, sugere que, embora fundados, como os velhos regionalismos, na construção de identidades territoriais, as especificidades e diversidades dos novos regionalismos exigem novos esquemas analíticos. O trabalho conclui contrapondo os novos regionalismos de corte popular, cujo desdobramento político conduz a um projeto nacional, e os regionalismos de corte segregador, que expressam e sustentam a dinâmica fragmentária que acompanha a globalização contemporânea.

ABSTRACT

This article discusses the movements and tendencies on which are based new regionalisms. Taking into account the recent and current transformations experienced in the Brazilian territorial organization, it is suggested that, although based on the building-up of territorial identities like the old ones, new regionalisms require new schemes of analysis as far as their specificity and diversity are concerned. As a conclusion, a comparison is drawn between popular cohort regionalisms, whose political outcome leads to a national project, and segregating cohort regionalisms, which express and support a fragmentary dynamics that accompanies contemporary global integration.

O esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo¹

Leonardo M. de Mesentier *

Ao tratar da questão do “esvaziamento econômico” do Rio de Janeiro, pretende-se identificar algumas das transformações que, a partir da década de 70, vêm se dando na organização das atividades produtivas no território nacional, bem como traços indicativos da posição relativa do Rio de Janeiro e, naturalmente, de São Paulo no interior dessas mudanças.

O debate sobre o “esvaziamento econômico” do Rio apresentava como traços indicativos desse processo o desenvolvimento de Minas Gerais – que naquele momento ameaçava tomar, do Rio, a segunda posição na economia nacional devido à expansão industrial mineira – e o deslocamento, do Rio de Janeiro para São Paulo, da principal praça financeira do país.

É preciso, então, dividir a discussão em duas partes: a primeira, voltada para as atividades industriais, e a segunda, para o setor de serviços, com atenção especial para as atividades financeiras. Antes, porém, de dividir o problema, cabe colocar aqui uma questão: nos anos 70, o “esvaziamento econômico” do Rio de Janeiro apresenta-se como um fato novo ou ela já vinha ocorrendo anteriormente?

QUADRO 1

Evolução da participação do Rio de Janeiro (RJ), Guanabara (GB), São Paulo (SP) e das demais Unidades da Federação (UFs) na renda nacional

Un. Fed.	1939	1949	1954	1959	1964	1968	1968-1939
RJ	4,13	4,64	4,31	4,84	4,62	4,85	+ 0,72
GB	16,80	14,65	13,77	12,40	12,17	11,49	- 5,31
RJ + GB	20,93	19,29	18,08	17,24	16,79	16,34	- 4,59
SP	31,10	34,38	36,49	34,95	34,00	35,22	+ 4,12
UFs	47,97	46,33	45,43	47,81	49,21	48,44	+ 0,47

Fonte: F.G.V.²

Como se pode observar no Quadro 1, o Rio de Janeiro já vinha perdendo participação relativa na economia nacional, pelo menos desde 1939. O antigo Estado da Guanabara – que corresponde hoje ao município do Rio de Janeiro – apresentava, no final do período (1939/1968), um decréscimo de 5.31% na participação da formação da renda nacional.³ À perda de participação carioca

* Arquiteto do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (MEC), Rio de Janeiro.

corresponderam os ganhos de 4,12% por São Paulo e de 0,47% pelos demais estados.⁴

Convém analisar agora o que se passa entre 1970 a 1985, de grande relevância para esse estudo, quando ocorreram as mudanças que se deseja analisar.

QUADRO 2

Participação relativa de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e demais Unidades da Federação (UFs) no PIB nacional

Unidades da federação	1970	1975	1980	1985	Saldo 1985-1975
SP	39,42	40,08	37,61	34,39	- 5,03
RJ	16,66	15,30	13,74	12,19	- 4,47
MG	8,27	8,43	9,43	9,42	+ 1,15
Demais UFs	35,65	36,19	39,22	44,00	+ 8,35

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais – IBGE – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais; Centro de Estudos Fiscais.

Como se pode observar no Quadro 2, a tendência à perda de participação relativa no Rio de Janeiro permanece no período de 1970 a 1985. No entanto, mesmo admitindo que o processo acelera-se – a perda passa a ser em média de 0,29% ao ano contra 0,183% no período anterior –, não se percebe nenhuma inflexão acentuada com relação ao período de 1970 a 1985 que justifique uma ênfase maior sobre a questão do “esvaziamento do Rio”.

Um dado novo, no entanto, chama a atenção. Ao contrário do que ocorreu no período anterior, São Paulo, ao invés de aumentar sua participação na economia nacional, perde a participação relativa e em quantidades superiores ao Rio de Janeiro. Assim, ao final do período, São Paulo apresenta uma perda relativa de 5.03% e o Rio de Janeiro, 4.47%. A que se poderia atribuir essa mudança?

Conflito social e reestruturação espacial da atividade industrial

É preciso analisar primeiramente o comportamento das atividades industriais, no interior deste processo, para esclarecer a sua reestruturação espacial.

A mudança de direção sugerida pelos dados é, talvez, mais significativa do que os valores em si, particularmente porque sua causa foi, sobretudo, a redução da participação de São Paulo no setor industrial (Martine e Diniz, 1991, p. 126). O Quadro 3 ajuda a ilustrar tal afirmação.

QUADRO 3

São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e demais Estados: participação no PIB Industrial do Brasil

Unidades da Federação	1970	1975	1980	1985	Saldo 1985-1970
SP	56,45	55,00	46,96	43,92	- 12,53
RJ	15,26	12,98	11,79	11,76	- 3,50
MG	6,86	6,60	8,92	8,67	+ 1,81
Demais UFs	21,43	25,42	32,33	35,65	+ 14,22

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais – IBGE/Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais, Centro de Estudos Fiscais.

Em 1985, os estados que detêm a maior participação na economia são, em ordem decrescente, São Paulo (34.39%), Rio de Janeiro (12.19%), Minas Gerais (9.42%) e Rio Grande do Sul (7.52%). No período que vai de 1970 a 1985, os estados que menos cresceram foram São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul⁵. Pode-se dizer que está ocorrendo um processo de dispersão das atividades econômicas no território nacional. Essa inflexão, visível nos dados, poderia atribuir-se à recessão iniciada em 1981-83? Parece que não, uma vez que a inflexão da economia paulista ocorre antes, ou seja, a partir de 1975. Mas interessante ainda é observar que a tendência já vinha manifestando-se no setor industrial desde 1970, acentuando-se a partir de 1975.

Entre 1970 e 1975, a participação da indústria paulista reduziu-se em 1.45% e, no período seguinte, (1975-80) em 8.04%. Dados relativos à localização da sede das 500 maiores empresas corroboram esta tendência⁶, conforme se pode ver no Quadro 4.

QUADRO 4

Localização da sede das 50 maiores empresas privadas

UF	1976	1981	1986	1991
Rio de Janeiro	10	12	13	13
São Paulo	33	26	24	22
Demais UFs	07	12	13	15

Localização da sede das 500 maiores empresas privadas

UF	1976	1981	1986	1991
Rio de Janeiro	96	89	69	69
São Paulo	321	275	268	266
Demais UFs	83	146	163	165

Localização da sede das 50 maiores empresas estatais

UF	1976	1981	1986	1991
Rio de Janeiro	22	19	16	13
São Paulo	15	11	13	11
Demais UFs	13	20	21	25

Fonte: *Melhores e Maiores da Revista Exame*.

A quem se poderia atribuir esta redistribuição das atividades industriais no espaço nacional? Vários autores têm se dedicado a responder a essa pergunta. Tentaremos, aqui, incorporar, mesmo que parcialmente, elementos de análise de alguns desses trabalhos: Diniz e Lemos (1989); Cano (1990); Martine e Diniz (1991) e Torres (1991).

Como a inflexão nessas tendências localiza-se a partir de 1975, isto é, a partir da implementação das políticas integrantes do II PND, as mudanças na estrutura produtiva nacional induzidas pela política econômica posta em movimento no Governo Geisel apareceu como uma possível aplicação para a nova organização territorial das atividades.

Para desenvolver essa hipótese, Torres (1991) sugere o agrupamento das atividades industriais em três segmentos: as indústrias tradicionais (madeira,

mobiliário, couros e peles, têxteis, vestuário, alimentícia, bebidas, fumo, editorial, gráfica e outros); as indústrias tecnológicas (mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas, plásticos); e, finalmente, produtos intermediários (minerais não-metálicos, metalurgia, papel, papelão e química). A partir desse agrupamento, Torres apresenta a seguinte proposição:

“Entre 1970 e 1985 a indústria apresentou uma significativa transformação no seu perfil setorial. Enquanto em 1970 o segmento predominante, relativamente, era o de indústrias tradicionais e em termos dinâmicos (taxa de crescimento), o de indústrias tecnológicas, em 1985 o segmento de produtos intermediários “torna-se predominante e, assim sendo, o que cresce mais rapidamente” (Torres, 1991).

O Quadro 5 ajuda a ilustrar essa afirmação:

QUADRC 5

Brasil. Estrutura do Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo o tipo de indústria

Tipo	1970	1975	1980	1985
Intermediárias	29,99	33,46	35,04	36,76
Tecnológicas	29,13	30,12	30,28	29,86
Tradicionais	40,88	36,42	34,68	33,38
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censos Industriais, 1970-1985; *apud* Torres, 1991.

O vigor e o desempenho do segmento de bens intermediários deve-se, principalmente, ao segundo PND que, com sua estratégia de continuidade da substituição de importações, investiu significativamente no setor. De grande importador de celulose, produtos metalúrgicos, fertilizantes e minerais não-metálicos o país passa, em muitos casos, a exportador após 1980 (Castro, 1985).

Torres apresenta as seguintes conclusões:

As indústrias Intermediárias não sofrem qualquer tipo de desconcentração até 1975. São Paulo respondia por 53,70% da produção nacional do segmento em 1970 e 54,88 em 1975. No entanto, a partir daí, o grupo se desconcentra até 1985, quando a participação de São Paulo passa a 49,40%. As indústrias “tecnológicas” desconcentram-se entre 1970 e 1980, quando São Paulo perde 8% de participação, passando de 74,47% a 66,37%, quando então deixa de desconcentrar. As “tradicionais” constituem historicamente o grupo de indústrias mais desconcentrado. No entanto, o processo acentua-se entre 1970 e 1985, quando São Paulo passa de 49,60% do VTI nacional para 41,91% (Torres, 1991).

No entanto, se as políticas do II PND possibilitam o deslocamento das firmas, outros fatores devem arrolar-se para esclarecer porque se impõe a necessidade de deslocamento. Como indicam Martine e Diniz:

Pesquisa de campo em firmas industriais, que recentemente estabeleceram subsidiárias no interior do próprio estado de São Paulo e no sul de Minas Gerais, revelou motivação adicional para a desconcentração. O primeiro incentivo é clássico: terras baratas fora da área metropolitana de São Paulo. Um segundo motivo foi a percepção pelos industriais de São Paulo de que os sindicatos do estado são mais bem organizados e mais ativos, como conseqüência demandam e conseguem melhores salários. O terceiro motivo alegado foi o custo do controle de poluição que a CETESB impõe. Por fim, as deseconomias de urbanização decorrentes do excessivo crescimento urbano da Grande São Paulo levaram o próprio governo do Estado a promover medidas visando à desconcentração industrial do Estado (Martine e Diniz 1991).

Fatores como tendências locacionais relativas à base de recursos naturais e incentivos governamentais (Diniz e Lemos, 1989, p. 167), que também podem considerar-se, provavelmente contribuem mais para orientar os fluxos de deslocamento. Assim, condições de entrada nos mercados (relações entre o setor público e a iniciativa privada, inclusive custos e infra-estrutura refletidos em impostos, taxas e tarifas), de localização (preço dos terrenos, aluguel), de controle de poluição e, principalmente, os custos de mão-de-obra parecem estar na raiz da motivação das empresas.

Para ilustrar esse processo, principalmente com relação aos custos de mão-de-obra, mais vale reproduzir aqui a análise de Amadeu e Camargo. Analisando os dados que “se referem às empresas da FIESP”, eles indicam que “os empresários do setor industrial de São Paulo têm lucrado continuamente mais por unidade vendida desde 1976. E, ao mesmo tempo, os trabalhadores da indústria de São Paulo têm obtido ganhos reais de salários acima do crescimento de sua produtividade” (Amadeo e Camargo, 1991).

Tal procedimento estaria ocorrendo em função da “filosofia do repasse” entre os “empresários do setor oligopolizado e/ou exportador. Segundo essa “filosofia”, desde que seja possível repassar aos preços os aumentos de salários, as empresas não resistem às demandas dos sindicatos” (Amadeo e Camargo, 1991). Assim, o conflito entre as empresas e seus empregados é transferido, via inflação, para o restante da economia, ou seja: “se todos ganham na indústria de São Paulo, alguns devem perder em outros segmentos da economia” (Amadeo e Camargo, 1991).

Dessa forma, o conflito distributivo estaria provocando o movimento dos capitais no espaço para reduzir os custos de produção, particularmente a parcela referente aos salários. Um movimento que se respalda em uns outros tantos fatores: o país tem dimensões continentais, as “condições gerais de produção” difundiram-se, e o setor mais combativo do movimento dos trabalhadores não tem conseguido estabelecer uma política de alianças eficaz com os demais. Os novos investimentos evitariam os focos de conflito deslocando-se para novas localizações.⁷

Nesse sentido, vale sugerir que o aumento dos custos relativos ao controle de poluição também estão associados a conflitos sociais, resultando de pres-

sões cada vez maiores, de diferentes setores da sociedade, para garantir melhor qualidade de vida urbana.

Ao enfatizar esse argumento, deseja-se indicar que o foco das ações que põem em movimento este processo localizam-se mais no conflitual do que em possíveis limites de “escala técnica da concentração” em dado momento histórico.

Processo de trabalho, novas tecnologias e reestruturação espacial das dades no setor de serviços

Analisaremos, agora, o setor de serviços, especialmente as instituições financeiras. Dentre os argumentos apresentados para indicar o “esvaziamento econômico”, o fato de que o Rio perdeu a sua posição de primeira praça financeira para São Paulo tem sido o mais citado; ele deve ser examinado com mais atenção.

Se, de fato, em 1939 o Estado da Guanabara, então Distrito Federal, detinha ainda a maior participação relativa nos serviços financeiros de 36,76% do total, seguido por São Paulo com 32,78%, no pós-guerra, a situação já havia se invertido. Em 1947, São Paulo participava com 30,91% do total dessa atividade e o Rio, com 24,90%. De 1970 a 1985, São Paulo e Rio de Janeiro perdem participação relativa na parcela do PIB gerada no setor de serviços: Rio apresenta uma perda de 6,08%, e São Paulo perde 4,84%, conforme exposto no Quadro 6.

QUADRO 6

São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e demais Estados da Federação: participação no PIB do Setor de Serviços do país

Unidade da Federação	1970	1975	1980	1985	Saldo 1985-1970
SP	34,97	35,57	34,71	30,13	- 4,84
RJ	20,56	19,72	17,86	14,48	- 6,08
MG	8,25	8,79	8,40	8,58	+ 0,33
Demais UFs	36,22	35,92	39,03	46,81	+ 10,59

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais – IBGE/Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais; Centro de Estudos Fiscais.

No que diz respeito às atividades financeiras, este fenômeno assume uma configuração ainda mais notável, conforme se observa no Quadro 7.

Como se pode ver, modificações expressivas aparecem entre 1975 e 1980; a perda de participação do Rio de Janeiro é de 6,51%, enquanto a de São Paulo é de 1,87%. No quinquênio seguinte, acentua-se o processo: o Rio perde 9,27% e São Paulo, 11,05%, totalizando, na década, uma perda de 15,78% para o Rio e 12,92% para São Paulo.⁸

Além da expressiva queda na participação da renda e nas atividades financeiras, o Rio apresenta, também, redução nas atividades relativas ao comércio (- 4,98%), e nos serviços ligados à administração pública, nos quais ele era o primeiro nessa atividade, perde um percentual de 9,25% dela, sendo ultrapassado por São Paulo e ficando com a segunda posição, seguido pelo Distrito Federal em 1985.

QUADRO 7

São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e demais Estados da Federação:
participação no PIB do Setor Financeiro

Unidade da Federação	1970	1975	1980	1985	Saldo 1985-1970
SP	37,73	38,48	36,61	25,59	- 12,14
RJ	25,02	25,61	19,10	9,83	- 15,19
MG	7,00	5,35	7,30	6,66	- 0,34
Demais UFs	30,25	30,56	36,99	57,92	+ 27,67

Evolução da participação do setor no PIB nacional

1970	1975	1980	1985	1985-1970
6,54	7,19	7,80	12,79	+ 6,25

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais; Centro de Estudos Fiscais.

Aqui, de fato, apresenta-se algo novo: a perda de participação relativa do Rio de Janeiro nas atividades financeiras (- 15,78%), de administração pública (-9,25%) e no comércio (- 4,98). Para a melhor compreensão dessas questões, vale a penas inícuar que:

A descentralização a partir de São Paulo, particularmente quando resultante de decisões empresariais, não tem levado à descentralização dos controles financeiro e administrativo. Ao contrário, vem ocorrendo intensificação da centralização das decisões econômicas com a desconcentração industrial na medida em que o controle do capital financeiro está progressivamente centralizado na área metropolitana de São Paulo (Martine e Diniz, 1991).

Ao mesmo tempo em que as atividades estão descentralizando-se e difundindo-se no território, inclusive a atividade financeira, o seu comando, isto é, a sede dos maiores bancos, tende a concentrar-se em São Paulo como se pode ver no Quadro 8. Como explicar esse duplo movimento?

QUADRO 8

Localização da sede dos 50 maiores bancos

UF	1976	1981	1986	1991
Rio de Janeiro	9	7	4	5
São Paulo	18	20	20	22
Demais UFs	23	23	26	23

Fonte: *Melhores e Maiores da Revista Exame*.

O debate recente sobre a reestruturação urbana tem como um de seus principais aspectos o impacto que as novas tecnologias de comunicação e informática têm trazido ao processo de trabalho e à organização espacial da divisão do trabalho. “O que as novas tecnologias permitem é precisamente a disjunção das diferentes operações por várias zonas distantes, dado que o sis-

tema de comunicação permite restaurar as necessárias ligações entre diferentes unidades” (Castells, 1986).

A maioria dos autores (Piore, 1987; Lipietz e Leborgne, 1986 e 1990, Boddy, 1990; Hill, 1990), ao tratar a questão urbana, tem dado especial atenção à reestruturação industrial. O setor de serviços, no entanto, é o maior comprador da informática. “Por exemplo, em 1982, nos Estados Unidos, o setor adquiriu mais de 80% dos 25 milhões de dólares gastos em computadores e equipamentos de escritório” (Rodrigues, 1988).

Na presença de novas tecnologias voltadas para o processamento, guarda e transmissão de informações, o setor de serviços tem passado por uma profunda reestruturação no seu processo de trabalho, com reflexos na organização espacial das atividades. Com a decomposição dessas atividades, inclusive no interior dos serviços burocráticos, surge a tendência à cisão dos centros decisórios, de sua retaguarda responsável pela coleta, processamento e produção de informações, bem como de seus postos de produção e serviços. A autonomização técnica e organizacional das atividades de direção, da coleta de informações, de pesquisa dos processos de execução e fabricação, combinadas às novas tecnologias, formam a base para a progressiva autonomização espacial e para um reordenamento de suas atividades na rede urbana e no interior da estrutura intraurbana, até porque são atividades diversas sujeitas a diferentes preferências locais.⁹

A reestruturação espacial das empresas tende a ser maior na medida em que a presença e o fluxo de informações, no seu processo de trabalho, forem maiores. Assim, as atividades financeiras e as de administração pública serão provavelmente as mais atingidas. Rodrigues (1988), analisando a evolução do uso da informática no Brasil, indica:

... já há alguns setores no país utilizando, largamente, da informática como o bancário, que tem acompanhado de perto a evolução tecnológica do setor financeiro nos países desenvolvidos. O Brasil já possui (em 1988) aproximadamente 5.000 agências interligadas através do sistema *online*. Os dois maiores bancos comerciais brasileiros possuem ao todo 323 ATMS (Automated Teller Machines) que desempenham uma série de operações *input* de um cartão magnético como a produção de saldo, realizações de depósitos e pagamentos, estendendo o horário de funcionamento com economia de pessoal. Os bairros mais modernos já possuem agências automatizadas que dispõem de terminais e de caixas automáticas que, através da digitação do código do cliente, realizam operações de depósito e saldo (Rodrigues, 1988).

Além de alterar a relação entre o núcleo-dirigente e os postos de trabalho, o uso das novas tecnologias altera, também, a escala econômica necessária à im lantação de cada posto, como esclarece Lima (1982):

Talvez o fato observado mais importante tenha sido a radical mudança por que passa a organização do trabalho nos bancos, devido à transformação, em muitos deles, das agências em pontos exclusivos de atendimento.¹⁰ (Lima, 1982).

Assim, o advento da informática e das telecomunicações, articulados, estariam possibilitando um duplo movimento: a descentralização das agências, transformadas em postos de atendimento, e a centralização do processamento das informações nos C.P.D.S. (Centro de Processamento de Dados) e da tomada de decisões nas unidades de direção que, preferencialmente, estão localizadas em pontos diferentes, sem que isso traga prejuízo a um acompanhamento mais preciso e sincrónico das operações. Ao contrário, a tendência é de um refinamento cada vez maior do processo.

Essas mudanças, no processo de trabalho no setor de serviços, seriam mais um dos possíveis fatores que se poderia localizar na raiz das atuais tendências de ordenamento das atividades no espaço.

Relativizando prognósticos para a economia fluminense

Especificamente em relação à posição do Rio de Janeiro, parece consenso entre os estudiosos a permanência do processo de esvaziamento econômico. Sem discordar de tais análises, numa reflexão quanto ao futuro, é possível relativizá-las, à luz de certos aspectos da questão que toma forma a partir dos anos 80. O primeiro refere-se ao desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro em relação a outros Estados, como se depreende dos dados seguintes.

QUADRO 9

Índice da produção física da indústria de transformação, por regiões.
De 1981 a 1989/1980 = 100

Ano	Brasil	MG	Nordeste	RJ	SP	Sul
1981	89,62	-	-	-	-	-
1982	89,63	93,74	93,04	92,62	88,47	87,73
1983	83,91	88,81	88,79	80,96	82,77	84,52
1984	89,02	97,87	90,07	79,33	88,48	90,76
1985	96,41	105,25	100,32	82,76	96,25	96,82
1986	109,79	110,38	105,53	95,89	105,93	107,19
1987	110,58	113,52	109,68	96,05	106,20	108,33
1988	107,51	115,52	101,01	96,16	102,55	105,59
1989	110,89	116,41	100,30	100,30	104,61	109,70

Fonte: IBGE - Índices da produção Industrial, Séries revistas, 1975-85; Indicadores, vários números *apud* Martine/Diniz, 1991, p. 128.

Notas: (-) Dados não disponíveis. A média ponderada dos índices regionais não é compatível com a média brasileira.

Agora, tomando-se 1984 como ano base, o ano seguinte à recessão 81/83, esses mesmos dados mostram a configuração expressa no Quadro 10.

Como se pode observar, o Rio de Janeiro não só mantém um crescimento constante ao longo do período como também apresenta o maior crescimento entre as regiões analisadas e acima da média nacional. Vale repetir: aqui o que importa mais é a reversão da tendência. Dados apresentados por Wilson Cano também indicam uma inflexão na tendência relativa ao Rio de Janeiro, como se pode ver no Quadro 11.

Índice da produção física da indústria de transformação, por regiões.
1985 - 1989/1984 = 100

Ano	Brasil	MG	Nordeste	RJ	SP	Sul
1985	108,08	107,54	111,32	104,32	108,78	106,68
1986	123,08	112,78	117,16	120,87	119,72	118,10
1987	123,97	115,99	121,77	121,07	120,02	119,33
1988	120,53	118,52	112,15	121,21	115,90	116,34
1989	124,31	118,94	111,35	126,43	118,23	120,86

QUADRO 11

Brasil - Estados selecionados: Produção Industrial; crescimento percentual acumulado

Regiões	1980/83	1983/86	1986/89	1980/89
Nordeste	- 5,0	19,7	- 1,7	11,8
MG	- 10,3	24,3	5,2	17,3
RJ	- 12,4	18,3	4,5	8,3
SP	- 19,8	28,3	- 1,3	1,6
Sul	- 12,3	27,9	2,1	14,6
Brasil	- 16,2	27,8	0,6	7,8

Fonte: IBGE - Departamento de Indústria, 1990: *apud* - Cano, 1990, p. 11.

Essa tendência expressa-se na reversão do VTI na indústria de transformação, mas também em outro fator: o maior avanço da indústria fluminense parece localizar-se na indústria extrativa mineral. Nos anos 80, ocorre um "verdadeiro salto quantitativo" na produção de petróleo, basicamente concentrado na "Bacia de Campos". Esse fato, por si só, é suficiente para alterar hierarquia nesse setor entre as várias regiões e/ou Estados brasileiros. "O Rio de Janeiro, que possuía apenas 2,3% do VTI da extração de minerais em 1980, passou para 48,00% em 1984, constituindo um salto extraordinário para o período de apenas quatro anos" (Diniz e Lemos, 1989).

Martine e Diniz indicam outro aspecto também a ser ponderado na elaboração de possíveis prognósticos sobre o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro.

As recentes transformações tecnológicas poderão, teoricamente, alterar os novos requerimentos locacionais. De fato, como consequência da crise do capitalismo mundial na década de 70, profundas mudanças na base técnica da produção foram registradas. Espera-se que tais mudanças poderão afetar os padrões locacionais, particularmente no que concerne à emergência de novos setores, como é o caso da eletrônica, informática, novos materiais, química e mecânica de precisão. Dada a sua alta base técnica, imagina-se que seus requerimentos locacionais serão diferentes daqueles das indústrias tradicionais ou pesadas.

No caso das novas tecnologias do ponto de vista da produção, a base educacional, científica e cultural - representada pelas universidades e

instituições de pesquisa – o ambiente tecnológico, a base produtiva existente, as características culturais e o nível geral de conhecimento e a disponibilidade de pessoal tecnicamente treinado são todos fatores que influenciam a atração relativa de diferentes locais. Do ponto de vista da demanda, além do nível e da magnitude da demanda regional, os maiores determinantes incluem o estágio de desenvolvimento relativo das outras atividades ou setores (indústria, agricultura, serviços) que podem absorver os novos produtos gerados pela indústria dinâmica e, ao mesmo tempo, estimular a sua futura expansão (Martine e Diniz, 1991).

Nessa linha de raciocínio, é claro que o Estado de São Paulo ainda possui claras vantagens relativas (Martine e Diniz, 1991), mas é preciso lembrar que muitos aspectos vantajosos também existem no Rio de Janeiro, inclusive o estímulo que o turismo poderá proporcionar ao desenvolvimento dessas atividades, tendo em vista o potencial que possui na economia fluminense.

O turismo evoluiu constantemente no pós-guerra, provavelmente em função da redução dos custos de transportes – consequência do desenvolvimento tecnológico imposto pela guerra –, da conquista das férias remuneradas pelos trabalhadores e da expansão de uma ampla camada de trabalhadores capazes de pagar os custos de uma viagem.

QUADRO 12

Brasil. Balanço de pagamentos; conta turismo; média quadrienal

Quadrênio	Receita	Despesa	Saldo
1976-1979	843.594	1.134.627	- 291.033
1980-1983	1.665.368	1.201.333	464.035
1984-1987	1.492.690	1.249.309	243.381

Fonte: Anuário Estatístico EMBRATUR – 1988/1989, p. 131.

Nota: Dados estimados por pesquisa por amostragem, realizadas nos principais portos de entrada e saída de turistas.

O desenvolvimento do turismo constitui, de fato, uma alternativa quando se consideram os saldos da conta turismo, alcançados a partir da virada dos anos 70 para os 80. Como se vê no Quadro 12, o Brasil passa de valores negativos para positivos nos saldos do balanço de pagamentos nessa atividade. Por outro lado, o constante aumento de fluxos turísticos internacionais reforçam essa tendência: em 1989 a atividade turística alcançou um aumento de 8,5% e um volume correspondente a 6,8% do comércio mundial de bens e serviços. Entre 1987 e 1990, essa atividade estava entre os dez principais itens da pauta de exportação brasileira, com uma média sempre superior a 4,5% das nossas exportações entre 1987 e 1990.¹¹

O Rio de Janeiro, como se sabe, possui um enorme potencial para o desenvolvimento nessa área, seja na cidade do Rio de Janeiro seja em sua região circunvizinha: a Costa Verde, a Região dos Lagos e a Região Serrana. Como indica o Quadro 13, pesquisas recentes apontam a preferência dos turistas pela cidade do Rio de Janeiro.

QUADRO 13

Cidades preferidas por turistas no Brasil. Anos escolhidos

Cidade	1987	1988	1990
Rio de Janeiro	66,4	50,0	51,1
São Paulo	44,1	35,4	29,3
Porto Alegre	19,7	10,4	8,8
Florianópolis	16,5	13,1	9,7
Foz do Iguaçu	15,5	13,3	14,0
Salvador	11,8	8,6	7,8
Camboriú	9,3	6,6	9,4

Fonte: Jornal do Brasil, em 28/07/91: "EMBRATUR MUDA MARKETING PARA ATRAIR TURISTA".

Preferido por mais de 50% dos turistas, o Rio de Janeiro vem contando com um forte elemento de estímulo para as suas atividades justamente nessa significativa fonte de recursos externos. Com a realização da "Rio 92", multiplicou-se a projeção da cidade do Rio de Janeiro no cenário internacional. Além do que, a preparação do evento justificou investimentos dos Governos Federal, Estadual e Municipal – como, por exemplo, a Linha Vermelha –, que, ao prepararem a cidade para o vento, dinamizam seu potencial para as atividades turísticas.

É preciso considerar, no entanto, a disputa desses fluxos pelos muitos espaços metropolitanos e que, no plano local, o Rio de Janeiro debate-se com problemas como sistema de transporte, violência urbana e tantos outros, que tornam a cidade hostil aos turistas.

O desenvolvimento da economia do turismo indica que novos padrões de consumo estariam em desenvolvimento associados à uma mudança na situação relativa, quanto ao peso e à dinâmica econômicas, das diferentes atividades. Este seria mais um dos possíveis determinantes do novo ordenamento espacial, dadas as diferentes preferências locacionais das atividades econômicas.

Considerações finais, sem prognósticos

Os indicadores econômicos para o Rio de Janeiro e para São Paulo sinalizam que estão em andamento tendências de um novo ordenamento das atividades econômicas no território nacional. Esse processo expressa uma mudança, tanto no peso relativo como no pólo dinâmico das atividades econômicas, acompanhados de uma mudança das preferências locacionais para algumas atividades. Entre os muitos fatores que estariam sustentando esse processo foi possível ressaltar os seguintes:

- o desenvolvimento do conflito social;
- mudanças no processo de trabalho, particularmente, no setor de serviços; e
- novos padrões de consumo social.

Nesse contexto, tendências relativas ao esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, bem como aquelas relativas à concentração das atividades em São Paulo, ganham características também novas. O resultado final do processo em curso, no qual tendências nem sempre harmônicas fazem-se presentes,

certamente depende da forma que assumirá a reestruturação econômico-social. Como esse processo admite diferentes soluções, não cabem aqui previsões. A efetivação de uma tendência dependerá das forças sociais que vierem a predominar no direcionamento da retomada do desenvolvimento, determinando as suas características. De qualquer forma, duas conclusões são possíveis: a primeira é a de que o problema do esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, assim como o de São Paulo, é determinado principalmente pelo padrão de desenvolvimento global da economia, que, por suas características, destina a cada região uma posição relativa na organização das atividades no espaço nacional. O sucesso das políticas que objetivam a reversão do processo de esvaziamento econômico decorrerá, portanto, mais de uma intervenção dessa reestruturação na sua totalidade do que de políticas regionais compensatórias.

A segunda conclusão vincula-se à constatação de mudanças nas tendências relativas ao padrão de organização das atividades, industriais e de serviços no espaço nacional. O padrão anterior correspondia a uma concentração dessas atividades nas regiões metropolitanas, particularmente no eixo Rio-São Paulo, mas agora elas apresentam uma tendência à desconcentração. Pode-se concluir, portanto, que estamos em presença de um novo modo de urbanização que se manifesta na reorganização da rede urbana e na mudança de suas tendências de desenvolvimento.¹²

NOTAS

(1) Esse artigo, apresentado no V Encontro Nacional da ANPUR (Belo Horizonte, de 24 a 27 de agosto de 1993), é uma síntese da discussão desenvolvida em Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ, com o título de *A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um novo modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987*, que teve como orientadores os professores Martin Smolka e Carlos Vainer.

(2) Cálculo feito com base em dados da publicação: *Instituto Brasileiro de Economia/Centro de Contas Nacionais do Brasil - Vol. II - Quadros Estatísticos*, RJ Ed. F.G.V., 1972. A série que vai de 1939 a 1968 foi calculada com metodologia distinta da série que vai de 1970 a 1985. Esta primeira está mais sujeita a falhas, pois se baseou em dados construídos de forma heterogênea nas unidades da federação e não se consideram os efeitos da inflação sobre os preços relativos. No entanto, esse último aspecto não afeta de forma decisiva a leitura das tendências, a análise, inclusive porque se trata de considerar a participação relativa dos estados da federação. Como os anos de 1939, 1949 e 1959 são anos de Censo, eles devem refletir melhor as tendências em curso, por isso mesmo foram escolhidos. Faz-se necessário registrar um agradecimento à Maria Alice Veloso, do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, pela boa vontade com que nos forneceu grande parte dos dados aqui utilizados.

(3) A perda de participação relativa significava que a economia do Rio de Janeiro estaria estagnada? Entre 1939 e 1968, enquanto o PIB-Nacional cresceu aproximadamente 212%, o antigo Estado do Rio de Janeiro cresceu 266,3% e a Guanabara, 113%, isto é, a economia do atual estado do Rio de Janeiro não deixou de crescer no período. Mas o antigo estado da Guanabara apresenta um resultado abaixo da média nacional enquanto o Estado do Rio de Janeiro, um resultado acima. Como os dados disponíveis, relativos ao período 1939/1968, não estão deflacionados, para avaliar a expansão econômica do Rio de Janeiro, tomou-se o PIB-Nacional, em 1939, atribuindo-lhe o valor 100 e agregaram-se as taxas de crescimento do PIB, ano a ano. Posteriormente, com base na participação relativa no período, estimou-se a evolução do PIB para o Rio de Janeiro. Mesmo admitindo possíveis distorções, ao nível da expressão de tendências, o procedimento pareceu válido. Os dados relativos à expansão do PIB foram retirados de *Abreu* 1989, p. 398 e 403.

(4) Ao longo do período, o antigo Estado do Rio de Janeiro apresentou um saldo de + 0,72%, dado que deveria relativar, no mínimo, as considerações de que o processo de fusão gravou o quadro da economia da antiga Guanabara.

(5) O Estado de Pernambuco está entre os que crescem menos, mas sua participação relativa é pequena (2,32% em 1985 e 2,91% em 1970) e, portanto, o raciocínio não se aplica, na sua totalidade, àquele Estado.

(6) Com relação especificamente ao Rio de Janeiro, dois registros devem ser feitos. O primeiro é que entre as 50 maiores empresas, aumenta de 10 para 13 o número das que têm sede no Rio. O segundo é que, se entre 1970 e 1985 o Rio de Janeiro cresce – apresentando, porém, uma redução do valor absoluto do seu PIB no período correspondente à recessão 81/83 –, este crescimento foi maior no setor industrial (+ 3,94%) do que no setor de serviços, isto é, quase o dobro. Nesse aspecto, o Rio de Janeiro acompanha de uma forma particular a tendência nacional.

(7) É relevante lembrar que até 1964 o foco mais agudo do conflito trabalhista estava localizado na cidade do Rio de Janeiro. Wilson Cano já escreveu, ao analisar a gênese do processo de esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, que um dos elementos que contribuiu para “um agravamento desse quadro” residiu no fato de “que a indústria guanabarina era obrigada a pagar a maior taxa média de salário do país, o que obviamente lhe encareceria os custos de produção” (Cano, 1977).

(8) Registre-se que isso acontece ao mesmo tempo em que a atividade financeira cresce, apesar da crise. Poder-se-ia dizer, talvez, em função da crise, visto entre outros fatores que: 1) a componente inflacionária impõe aos agentes econômicos a necessidade de transformar seus haveres monetários nos mais diversos tipos de ativos financeiros: cadernetas de poupança, fundos de renda fixa, *open*, *over* e outros; 2) que a crise é um momento de reestruturação que leva os capitais à órbita financeira até que se apresente o melhor momento de retornar às atividades produtivas.

(9) No período concorrencial, da pequena e média empresas, “a divisão do trabalho consistia em cindir dois tipos de operações: a de fabricação do produto (trabalho manual) e a de informação e de tomada de decisão exercidas pelo empresário (trabalho intelectual). A principal característica do estágio monopolista é a autonomização do próprio trabalho intelectual” (Lojkin, 1981, p. 146). No momento atual, estão em vigor tendências a mudanças estruturais na forma burocrática empresarial. No passado, as empresas estavam integradas a funções administrativas e industriais freqüentemente muito próximas; na atualidade, é mais comum as empresas desintegradas verticalmente, com funções diferentes, situadas em lugares diferentes (Gottdiener, 1990, p. 6).

(10) Esse fato e a introdução simultânea da automação bancária têm efeitos na estrutura de emprego que apenas começam a aparecer. Para citar dois exemplos, temos a maior freqüência de digitadores na categoria bancária e a economia de mão-de-obra decorrente da centralização dos serviços de retaguarda, anteriormente feitos em agência e executados agora em unidades centrais.

(11) Plano Nacional de Turismo – PLANTUR (1992/1994), outubro de 1991, p. 5, 6 e 10.

(12) Não foi possível reproduzir aqui, no âmbito deste trabalho, a análise sobre a constituição de um novo modo de urbanização, tema central da dissertação de mestrado que lhe deu origem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. (Org.) *A ordem do progresso; cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- AMADEO, J.E. e CAMARGO, J.M. Mercado de trabalho e dança distributiva. In: *Distribuição de renda do Brasil*. Organizado por J.M. Camargo e F. Grambiorgi. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BODDY, M. Reestruturação industrial pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: *Reestruturação urbana: tendência e desafios*. Organizado por Lécia Valladares e Edmond Preteceille. São Paulo, Nobel, 1990.
- CANO, W. e PACHECO, C.A. *São Paulo no Limiar do Século. Perspectivas dos Setores Produtivos 1980-2000*. UNICAMP, xerox, agosto de 1990.
- CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 6, n. 17, 1986.
- CASTRO, A.B.S. e SOUZA, F.E.P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, junho 1989.
- GOTTDIENER, M. A teoria da crise e reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: *Reestruturação Urbana. Tendência e Desafios*. Organizado por Lécia Valladares e Edmond Preteceille. São Paulo, Nobel, 1990.

- GUN, P. A Informática e o assentamento industrial: as implicações da inovação tecnológica. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 7, n. 21, 1987.
- HILL, R.C. As divisões do trabalho no sistema manufatureiro global; tendências contrastantes da indústria automobilística mundial. In: *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Organizado por Lúcia Valladares e Edmond Preteceille. São Paulo, Nobel, 1990.
- LIMA, P.C.G.C. *Aspectos da estrutura de emprego e da rotatividade da mão-de-obra em bancos comerciais: um estudo em bancos privados nacionais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/COPPE, Tese de Mestrado em Engenharia de Produção, 1982.
- LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço & Debates*. São Paulo, v. 8, n. 25, 1988.
- LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Organizado por Lúcia Valladares e Edmond Preteceille. São Paulo, Nobel, 1990.
- MARTINE, G. e DINIZ, L.C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. *Revista de Economia Política*, São Paulo, n. 3 (43), jul./set. 1991.
- PIORE, M. Inovações tecnológicas e o impacto sobre a cidade. *Espaço & Debates*. São Paulo, v. 7, n. 21, 1987.
- RODRIGUES, S.B. A informática na organização e no trabalho. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 28, n. 3, jul./set. 1988.
- TORRES, H.G. *Distribuição espacial da atividade produtiva e meio ambiente*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 1991.

RESUMO

O artigo aborda o chamado "esvaziamento" econômico do Rio de Janeiro e de São Paulo, no contexto da reestruturação econômica, particularmente em sua dimensão territorial. Detendo-se particularmente no caso do Rio de Janeiro, o autor mostra que, apesar do declínio da economia desse Estado, ele ainda conta, na realidade, com importantes condições para a retomada do desenvolvimento.

ABSTRACT

This article deals with the so called economic decline of Rio de Janeiro and São Paulo in the context of general economic restructuring, particularly as concerns its territorial dimension. Especially in the case of Rio de Janeiro, it is shown that, despite the economic decline of this state, it still has important conditions of resuming its development.

Curitiba revisitada. Comunicação, cultura e planejamento: alguns elos para a compreensão da imagem construída *

Fernanda Ester Sánchez García **

O presente trabalho é uma reflexão acerca do processo de construção e de consolidação da imagem – tornada hegemônica – da cidade de Curitiba. Identificamos, na veiculação da nova imagem, um dos elementos centrais do projeto de modernização urbana, imprescindível à sua implementação ao longo dos últimos vinte anos.

Curitiba-cidade modelo, Curitiba-cidade planejada, Curitiba-capital brasileira da qualidade de vida, Curitiba-cidade moderna e humana, Curitiba-capital ecológica e Curitiba-capital de Primeiro Mundo são algumas das sínteses mais recorrentes que compõem a sua imagem veiculada pela mídia, com importantes desdobramentos a nível nacional e internacional nos últimos anos.

No processo de construção da nova imagem, identificamos como período chave o início da década de 70, período correspondente à primeira gestão do prefeito Jaime Lerner (1971-1974) e, posteriormente, o período que corresponde à sua segunda administração (1979-1983). Nesses anos, foram implantadas as diretrizes do Plano Diretor de 1966 e implementado um amplo projeto de modernização da cidade, contexto no qual identificamos o início da cristalização da imagem Curitiba-cidade modelo. Julgamos necessário, no entanto, incorporar à reflexão um desdobramento temporal.

A reconstrução da imagem sintética de Curitiba nos anos 90, quando o arquiteto J. Lerner assume por terceira vez a Prefeitura, pareceu-nos portadora de uma riqueza de conteúdos da qual nosso percurso analítico não poderia esquivar-se. Assim, incorporamos a reflexão acerca dos novos processos intervenientes na consolidação da imagem, que permitiram a sua penetração em esferas cada vez mais amplas, transcendendo o cenário nacional e inscrevendo-se no internacional.

Parece-nos que, na década de 90, é justamente quando ocorre a permanência de certos princípios estruturantes básicos identificados já na imagem urbana criada nos anos 70, o que explica a vitalidade e o alcance social de sua renovação, não obstante a complexidade dos planos intervenientes que a compõem e o processo de transformação que vem sofrendo.

* Artigo baseado em Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UF RJ em julho de 1993: "Curitiba: imagem e mito. A construção social de uma imagem hegemônica", sob orientação da Prof. Ana Clara Torres Ribeiro.

** Arquiteta e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UF RJ.

A principal motivação para a seleção desse tema é a nossa permanente inquietação ao verificar a reprodução acrítica discursiva da imagem dominante da cidade. Com uma certa perplexidade, verificamos que os padrões contemporâneos que organizam a linguagem hegemônica acerca da cidade ultrapassam as clivagens entre segmentos sociais e instauram o aparente consenso. A imagem em síntese da cidade condensa valores e constrói, também, uma parte extremamente significativa do senso comum. A promoção da cidade e a apoloogia às soluções urbanísticas nela adotadas conforma um consenso – mítico, do nosso ponto de vista – acerca do sucesso da experiência curitibana em planejamento.

Por outro lado, mobiliza-nos a constatação das transformações extremamente ágeis pelas quais passa a cada período a imagem-mito de Curitiba, sendo reciclada e incorporando necessariamente novos conteúdos para a preservação de sua posição hegemônica frente a outras imagens. Diante da agilidade verificada, passamos a identificar a imagem sintética de Curitiba como produto de variados investimentos e de variados campos de saber especializados: o planejamento urbano, a arquitetura, a sociologia e, de forma crescente, as ciências da comunicação.

Buscamos encontrar os elos entre as fontes heterogêneas que constituíram nossa base empírica – documentos oficiais, depoimentos de relevantes agentes do projeto de modernização urbanística e, sobretudo, mensagens dos meios de comunicação de massa – visando a identificar, sistematicamente, o conteúdo manifesto das mensagens, assim como seu conteúdo implícito. Percebemos que o sentido das mensagens situava-se também nos meandros da sua organização interna e que, portanto, tornava-se necessário revelar as suas significações.

Em busca de instrumentais de análise capazes de atingir essa organização implícita, recorremos, dentro do campo das ciências da linguagem, a autores como Barthes (1971, 1972, 1989); Pêcheux (1975) e Bourdieu (1989). Obviamente, o que nos propúnhamos era responder a uma indagação básica: Por quê essa imagem despertava interesse? Onde residia sua capacidade de “capturar” a opinião pública e conquistar ampla adesão social?

Ao buscarmos desvendar os mecanismos de inclusão social utilizados na construção da imagem de Curitiba, nos apoiamos naquilo que Barthes (1972) descreve como “verossimilhança” do discurso dominante. De fato, o discurso foi tornado verossímil, ou seja, capaz de se parecer com as representações que se tinha da realidade urbana e com as necessárias adequações entre as suas significações e o sistema de representação dos receptores, produzindo ressonância junto àqueles aos quais se dirigiu.

A nosso ver, os recursos empregados para se obter a verossimilhança produzem o efeito de realidade no discurso – verbal e visual – que se apresenta como transparente. Essa transparência, que produz a sensação de remeter diretamente à realidade, é o resultado de recursos que ocultam suas condições produtivas.

A análise das fontes utilizadas permitiu-nos construir a nossa própria perspectiva: consideramos que a produção da imagem urbana apóia-se em alguns planos intervenientes que denominamos mitos. A noção de mito desen-

volvida por Barthes (1989) pareceu-nos designar cada um dos elementos operadores da imagem da cidade e da identidade coletiva que, a nosso ver, naturalizam e deformam a realidade.

Esses mitos parecem estar presentes na organização da realidade social e cultural contemporânea que atinge a esfera da produção da imagem “Curitiba-cidade: planejada”. Para Ribeiro (1988), torna-se necessário esclarecer que a noção de mito por nós adotada remete a um discurso de elevado conteúdo simbólico, associado à noção de síntese, que, por sua vez, aproxima-se do conceito de imagem. Nesse sentido, consideramos que a imagem construída constitui-se em síntese articuladora de um conjunto de elementos intervenientes. A identificação e a recuperação desses diferentes elementos ou “sub-mitos” permitiram-nos analisar e, posteriormente, reconstruir a imagem urbana que parece configurar o grande mito da cidade-modelo.

Torna-se necessário esclarecer, entretanto, que, sob a ótica adotada, mito e realidade estão fortemente relacionados. O mito contribui para a organização das práticas sociais; ele organiza o real e dele faz parte. No entanto, o mito, que aparece enquanto realidade incontestável, é uma construção social e histórica e, como tal, organiza de maneira seletiva o real.

Acreditamos que as leituras críticas da imagem urbana devem procurar desmistificá-la e situá-la enquanto realidade contingente e histórica, de modo algum objetiva e universal, organizada mediante determinadas categorias unificantes utilizadas. Entre as ilusões intelectuais a frustrar, a primeira talvez seja a que procura antecipar, utilizando-se da imagem criada, as condições de um urbanismo “para uma sociedade moderna, contemporânea do futuro” (*Memória da Curitiba Urbana*, maio, 1990: vii), como se a simples vontade subjetiva ou mesmo uma atualização da sintaxe espacial fosse capaz de realizar essa nova sociedade. Assim, uma abordagem crítica do ideário urbanístico tem a tarefa de tentar desvendar o mito urbano, revelando algumas de suas funções essenciais.

Da perspectiva por nós adotada, a divulgada unanimidade alcançada em torno da assertiva “a cidade que deu certo”, longe de expressar uma conquista da sociedade, pode ser interpretada como uma imposição que anula ou apaga outras leituras possíveis da cidade e das transformações em curso. Julgamos que a leitura unânime possa ser indicadora de agudo empobrecimento da consciência social, na medida em que, se um conjunto complexo e diversificado de agentes e grupos sociais pensa a mesma coisa sobre determinado assunto – neste caso, a cidade –, é de se supor que, de fato, ninguém esteja pensando em nada. Indo um pouco além dessa extrema simplificação, julgamos ainda, pelas evidências encontradas em nosso percurso analítico, que as possíveis leituras não-dominantes acerca da cidade não têm ao menos encontrado canais de expressão adequados que lhes permitam uma certa visibilidade social.

O projeto de modernização urbana revisitado

Definida a hipótese da mitificação em torno da imagem hegemônica da cidade, nossa reflexão tem o propósito de realizar uma crítica ideológica ao mito que construiu sua versão de sucesso do projeto urbanístico, atribuindo-o

ao domínio da técnica, à criatividade iluminada e visionária dos urbanistas e, sobretudo, ao poder transformador do planejamento.

Ora, se identificamos que essa foi a forma que o mito assumiu enquanto articulação de significações ideológicas, tornou-se necessário para nós impor limites históricos a essa forma e “reinvestir” a sociedade nela. Recuperar os fundamentos do projeto de modernização urbana implicou a busca das determinações políticas, institucionais, econômicas e culturais que, articuladas, explicavam a realização do projeto historicamente.

Buscamos, assim, questionar aquilo que nos pareceu um dos elementos-chaves que construíam o discurso oficial: o sucesso da experiência de planejamento como produto de um conjunto de acertadas decisões técnicas, plenas de racionalidade, alimentadas por uma rara preocupação com o bem público e originadas, sobretudo, da forte liderança de apenas um indivíduo. Por outro lado, pudemos identificar, na recorrência da formulação sintética “racionalidade nas decisões técnicas”, o seu conteúdo ideológico implícito: ao qualificá-las como “racionais”, o discurso atribuiu-lhes ainda um sentido absoluto e inquestionável, reificando a figura do urbanista e indicando uma situação social sob a qual, aparentemente, a regra é o consenso.

Procurar reconstruir o processo implicou evidenciar que o planejamento urbano de Curitiba teve e tem uma dimensão política ineludível, que condicionou os aspectos técnicos: um amplo espectro de atores e instituições foi mobilizado enquanto suporte necessário à “coalisão do plano” ao longo do período histórico estudado (Minter/Luperj, 1974).

Verificamos que, para a implementação do projeto, foi necessária a sua crescente incorporação pelo aparelho institucional criado. Também a cristalização dos valores fundamentais do plano foi garantida pela estrutura institucional preservada, cuja continuidade já transcende há duas décadas.

A preservação das instituições que deram sustentação ao plano constituiu-se em relevante instrumento de fortalecimento do poder, possibilitado sobretudo pela hegemonia política da “coalisão do plano” em sucessivas gestões na Prefeitura Municipal durante o período autoritário (1971-1974; 1975-1978; 1979-1983), assim como na volta à cena legitimada por eleições diretas no período de redemocratização (1989-1992).

Por outro lado, pudemos observar que esse longo período de exercício do poder permitiu o aprendizado dos elementos móveis da imagem urbana dominante nos anos 70, aqueles elementos-chaves que, uma vez símbolos da modernização da cidade, já haviam sido fixados pelo imaginário social e por isso mesmo viriam a ser reciclados na construção da sua imagem nos anos 90.

Transcendendo o nível local, procuramos inscrever o processo estudado no contexto político-econômico nacional dos anos 70, no qual é possível identificar importantes elementos que informam acerca da construção e ornamentação do mito da cidade-modelo nos anos de autoritarismo. Curitiba foi eleita, a partir desse período, a mais genuína expressão do “milagre brasileiro” em sua versão urbana.

A prática de planejamento tecnocrático do Estado centralista e autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade, do “discurso competente” (Chauf, 1981) e da neutralidade da ação planejadora encontrava, no

projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o País (Santos, 1986). Assim sendo, observamos que o quadro político nacional foi, naquele período, extremamente favorável à instauração e à agilização da intervenção planejadora.

Ao abordar as matrizes culturais urbanísticas que influenciaram fortemente as concepções básicas do planejamento urbano de Curitiba, procuramos também reinscrever historicamente a sua experiência urbanística. A análise dos fundamentos conceituais do Plano e das soluções formais-espaciais conduziu-nos à identificação do enraizamento dessa experiência nas grandes matrizes européias do pensamento urbanístico – particularmente no modernismo enquanto projeto cultural – e na articulação das soluções urbanísticas locais com as práticas de renovação da paisagem urbana nos países centrais.

A constatação da forte influência dessas matrizes contribui para o questionamento daquilo que identificamos como um dos mais fortes elementos operadores da imagem sintética de Curitiba: a originalidade e o ineditismo das soluções técnico-urbanísticas locais que deslumbram o Brasil, associados aos recorrentes atributos de genialidade da criatividade dos urbanistas curitibanos. Verificamos, no entanto, que essas soluções urbanísticas apresentadas como genuínos produtos locais respondem a soluções implantadas e levadas até às últimas conseqüências em países europeus (Santos, 1986).

A imagem “Curitiba – cidade humana”

Outro plano interveniente na construção do discurso dominante e na imagem síntese de Curitiba é a idéia chave “cidade humana”. A linguagem síntese opera com as articulações “planejamento” e “humanização”, reiterando a identificação daquele como portador do interesse geral e não dos de grupos dominantes, contribuindo para a anulação dos conflitos. Na tentativa de tornar universais os valores implícitos nas decisões, o discurso fala em nome de uma coletividade ilusória expressa freqüentemente na padronização de *slogans*: “grande comunidade urbana”, “cenário de encontro”, “cidade cada vez mais humana” e “priorização do homem”.

Observamos ainda a importância da ideologia no planejamento e na gestão da cidade, quando, ao operarem com uma leitura homogeneizadora da sociedade, produzem a diluição das diferenças sociais, unificando os habitantes de um determinado espaço urbano em torno de decisões que contemplam interesses parciais. A manifesta intenção de “priorizar o homem” diante da ação urbanística sugere a possibilidade de existência do cidadão genérico como destinatário dessa ação, do habitante urbano indiferenciado, do homem comum. É nesse momento que a ideologia, contida no discurso, tem uma função bem determinada: fazer com que o ponto de vista do grupo dominante se expresse para o todo social como o único racional e portador de valores universais, apresentando os seus interesses como o comum a todos os membros da sociedade. Verificamos que, para ser posto como legítimo representante da “comunidade urbana”, o discurso do poder é necessariamente ideológico na medida em que se caracteriza pela diluição e pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição.

O mito da cidade humana construído nos anos 70 é um dos tantos elementos móveis que constroem e atualizam a imagem sintética de Curitiba, permitindo a sua recuperação e reapropriação na nova imagem dos anos 90. Ou seja, enquanto representação cristalizada, “Curitiba-cidade humana” é uma das sínteses que, quanto mais recorrente mais se naturaliza e, conseqüentemente, menos se questiona. O discurso dominante nos anos 90 expande suas representações através de todo um catálogo de imagens renovadas da vida urbana que, manipulando e rejuvenescendo o mito, consagra a indiferenciação ilusória do acesso social à cidade, fixando ideologicamente a humanidade que não possui estatuto profundo. Observamos que a fixação dessa representação e a agilidade na sua permanente reciclagem contribuem para o esquecimento das profundas diferenças sociais e espaciais que caracterizam a metrópole.

A mensagem sintética “cidade humana” encobre tendências dominantes da política urbana local de preservação do bem-estar e da qualidade de vida de segmentos médios da sociedade, enquanto amplas parcelas da população são excluídas dos novos circuitos de apropriação e de consumo.

A difusão de valores e modos de vida próprios das camadas médias contribui para a consolidação da representação da vida urbana construída e baseada na imagem de uma ordem harmoniosa e sem conflito. A grande veiculação das imagens-síntese da cidade intensifica a idéia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços – produtos da modernização – e implicitamente sugere a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes. Por outro lado, verificamos que a prática recorrente de aparição pública do arquiteto Jaime Lerner, nos espaços consagrados da cidade, tem um nítido objetivo didático: sua presença ratifica a fixação da imagem “cidade humana”, ele mesmo é a encarnação da humanidade, o “toque humano” da cidade planejada.

Toma-se evidente que, para amplas parcelas da população, o acesso aos benefícios da modernização é possível apenas no plano do imaginário. Com a veiculação exacerbada dos hábitos da classe média, a virtualidade do usufruto constitui um elemento de fixação da linguagem mítica aparentemente tão relevante quanto o usufruto ou consumo efetivo.

A dimensão simbólica da nova forma urbana

Ao desenvolver a reflexão dos elementos-chaves que sustentaram a imagem construída, observamos a centralidade atribuída à transformação físico-espacial da cidade na busca da modernidade urbana, que passou a ser demonstrada através das formas espaciais modernas. Nessa perspectiva, construiu-se um projeto de recuperação da totalidade urbana numa síntese ideal, capaz de se apoderar da desordem pela ordem formal. A crise urbana aparecia decorrente de um crescimento não-planejado espacialmente estimulando o apoio à denominada eficácia das soluções físicas propostas, no plano, para resolver os problemas urbanos (PMC, 1965).

Algumas intervenções urbanísticas tornaram-se símbolos da modernidade emergente: os “setores estruturais” e o “calçadão” da Rua das Flores (primeira via para pedestres no País, por exemplo). Esses elementos foram incorpora-

dos à imagem síntese da cidade na década de 70 e tiveram significativa importância simbólica no projeto urbanístico, podendo ser interpretados também como elementos da linguagem ou do novo texto urbano.

Estudando a expressividade formal dessas duas propostas urbanísticas e os significados a elas atribuídos, pudemos verificar que, como espaços redefinidos através do plano, constituíram-se em oportunidades abertas para a articulação e a montagem do novo discurso. Percebemos que a forma urbana foi eleita a base material mais evidente do mito na condição de um vir-a-ser embutida no plano. Ela viria anunciar uma nova ordem, um novo tempo; revelando, pois, a possibilidade de uma outra estrutura social, constituindo-se na materialização do progresso.

O projeto de modernização urbana propôs-se a atingir a modernidade mediante a substituição e a transformação das formas já existentes. O modelo de cidade adotado, no entanto, implicou numa idealização de formas que, em sua essência, não revelam as estruturas econômicas, sociais e políticas reais, mas uma sociedade urbana utópica, tiranizando as estruturas da cidade real e impondo a sua ordem. Essa ordem não pode, entretanto, conter, abrigar ou admitir o tecido urbano em suas contradições e complexidade simplesmente por ser uma idealização impregnada de um igualitarismo utópico.

As formas urbanas antigas não eram condizentes com a racionalidade do futuro projetado através do plano, pois elas asseguravam diferentes territorialidades, que sucumbiram às rupturas decorrentes da construção da nova forma. Os registros do imaginário articulados aos lugares urbanos já existentes foram substituídos pelas determinações do plano e da nova imagem que passaram a ditar novos hábitos, novos comportamentos e novas apropriações sociais do espaço. Pensamos que o mito da nova forma urbana, capaz de gerar um novo modo de ser urbano, elimina, em sua linguagem de certezas, a possibilidade de uma diversidade geradora da identidade social espontânea e da pregnância dos lugares urbanos socialmente construídos.

A visão de modernização urbanística como uma prática social historicamente determinada permitiu o nosso afastamento crítico do discurso dominante, que associava mecanicamente o sucesso e a adesão social conquistados pelo planejamento para a realização de profundas transformações nas estruturas físicas e materiais da cidade. Identificamos, no discurso, o uso de determinadas categorias que acenam para a modernidade através da atualização da sintaxe espacial. As formas espaciais modernas seriam, assim, capazes de realizar a sociedade moderna, e Curitiba seria então moderna porque passaria a expressar-se através delas. Verificamos que, diante da manipulação de elementos formais da imagem criada, o discurso antecipa o urbanismo como condição impreterível para a modernidade.

Afastando-nos da leitura dominante que reduz a modernização urbana à transformação da materialidade da cidade, destacamos que foi necessariamente por meio de intervenção tecnicamente orientada no imaginário social que o mito da modernidade construiu-se e se cristalizou. A positividade da identidade coletiva passou a associar-se a determinados símbolos urbanísticos e a valores da vida urbana.

Esses símbolos e valores encontravam-se, evidentemente, associados à produção e à reprodução da linguagem sintética acerca da cidade. A síntese desenvolveu-se baseada em determinadas metas que, para serem alcançadas, apropriaram-se seletivamente de técnicas, conhecimentos e segmentos espaciais. O poder de demonstração da síntese foi produzido sobretudo pela seleção simbólica de partes pinçadas da paisagem urbana – como os setores estruturais ou o calçadão da Rua das Flores – e pela sua referência expressiva à totalidade urbana. Ocorreram, dessa maneira, processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais, apresentados como legítimas leituras da vida urbana coletivamente compartilhadas. A produção dessas sínteses expressivas corresponde à estratégia mais abrangente de envolvimento da coletividade e de mobilização de determinadas energias – inclusive de camadas médias da sociedade – para a sustentação da imagem socialmente imposta.

Julgamos que o processo histórico que singularizou o espaço da cidade em sua paisagem urbana modernizada interagiu, necessariamente, com os mecanismos do poder associados aos meios de comunicação contemporâneos. A seletividade realizada por essa interação interfere na reconstituição da imagem da cidade pela memória social, bloqueando extraordinariamente a expressão simbólica dos profundos antagonismos que demarcam a sua materialidade urbano-metropolitana de Curitiba.

Articulando os mecanismos de reforço da imagem e da adesão social, a cidade surge, no discurso e na prática do planejamento, como totalidade atualizada mediante o recurso a símbolos amplamente aceitos que compõem a leitura recorrente e reiterativa do espaço coletivo. A totalidade urbana é capturada e construída à luz do projeto dominante de modernização do espaço.

Foi possível observar que a linguagem articuladora de símbolos organiza a realidade urbana e é parte dela; ela não esconde a materialidade da cidade, mas a deforma; não é uma mentira, mas uma construção social e histórica que, portanto, organiza seletivamente essa realidade. Observamos ainda que a linguagem mítica não nega os fatos; a sua função é falar deles, depurá-los, inocentá-los e naturalizá-los. Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de comunicação; eles não informam sobre a cidade, mas a refazem à sua maneira, hiperrealizando a sua transformação num espetáculo.

O processo social de construção da imagem

Verificamos a associação intensa entre a positividade do lugar, veiculada pela imagem sintética da cidade planejada, e a positividade da identidade social construída – o “orgulho de ser curitibano”. Essa associação, atributo constitutivo da linguagem mítica, tem possíveis impactos sociais negativos: permite a cristalização da base paradigmática e a resistência à mudança, possibilitando o imobilismo e o conservadorismo; anula a emergência de esforços de abstração e de leituras alternativas, indispensáveis à apreensão do espaço vivido.

A ampla reprodução social do discurso dominante e a defesa acrítica das soluções urbanísticas são os reflexos mais expressivos da hegemonia conquistada pela imagem urbana construída pelo planejamento. Em última instân-

cia, inibe a possibilidade de elaboração de diferentes projetos de mudança da vida urbana.

Ao conduzir o olhar da população sobre o lugar vivido, a linguagem mítica torna imprescindível o processo de crítica do paradigma construído. O mito urbano através da linguagem constitui-se em solicitação incessante – exigência insidiosa e inflexível que obriga a população a se reconhecer nessa aparente imagem de si própria, impondo-se como a única possível – obra cuidadosa de ações técnicas e políticas.

A busca da compreensão do processo social de construção da imagem de Curitiba permitiu-nos identificar os elementos sintetizados na linguagem mítica do espaço da cidade. Essa linguagem tende a expressar as fórmulas simplificadoras que sistematizam o senso comum e que conduzem à criação de elos imediatos entre identidades sociais e imagem urbana construída.

Ao refletirmos acerca da construção da imagem tornada hegemônica, reconhecemos ao longo do nosso trabalho aquilo que Barthes (1989) classifica como princípio do mito: a transformação da história em natureza. Aos olhos daqueles que aderem ao mito urbano, tudo se passa como se a imagem provocasse naturalmente os significados. Aquilo que identificamos como linguagem mítica é, no entanto, vivido pelos cidadãos como uma fala inocente, posto que suas intenções encontram-se naturalizadas. Alheios ao processo de produção da imagem, eles supõem estar sempre em contato com a “verdade dos fatos”. O que a cidade forneceu ao mito foi um real histórico definido, decorrente de complexos processos políticos, técnicos, econômicos e culturais; o que o mito a restituiu foi uma imagem naturalizada desse real.

Transformando a história em natureza, o mito da cidade-modelo faz uma economia: abole a complexidade dos fatos, confere-lhes simplicidade e suprime qualquer dialética, qualquer elevação que ultrapasse o visível imediato. O mito organiza uma imagem da cidade sem contradições, porque sem profundidade, uma imagem plana que se ostenta em sua evidência. Cria-se uma clareza feliz: as intervenções urbanísticas parecem significar-se por elas próprias. Assim, pensamos que o mito é uma linguagem domesticada para “cantar” essas intervenções, convencer a população e não para estimular qualquer tipo de ação.

Consideramos que um dos elementos centrais do projeto de modernização urbana de Curitiba foi a construção de uma nova imagem urbana que transformasse o imaginário da cidade, instalando, no consciente coletivo, o desejo de uma nova cidade. Ao longo de nossa reflexão, verificamos que essa imagem encontrou sustentação na propagação de uma nova paisagem urbana, plena de espaços renovados e articulada à veiculação de um novo imaginário social. Compreendemos que a construção do imaginário enquanto representação, mais que uma simples linguagem, constitui-se da conquista de uma relação de dominação. A fixação de novos valores está diretamente relacionada à ideologia dominante, tornando-se instrumento necessário para a legitimação e o reforço do poder.

A emissão de mensagens através de informações organizadas na linguagem sintética exigiu, a cada período do processo de construção do mito, o exercício da articulação e da manipulação de um conjunto de conhecimentos e

de técnicas cada vez mais amplos e, até há algum tempo, tenuemente relacionados. O processo de construção ideológica sobre a transformação urbana extrapolou a esfera especializada do urbanismo e se apoiou noutros processos de manipulação de linguagens expressivas: o *marketing* moderno, a publicidade, a psicologia social. A criatividade e a velocidade, na obtenção desses elos entre diferentes campos do saber, constituem-se num conjunto de condições indispensáveis ao alcance das massas e à promoção do consumo dos novos bens de significado simbólico.

Cada ato de linguagem reflete uma disputa – difusa e não-explícita – pelo exercício do poder, uma disputa pela imposição de um sistema classificatório, uma luta pela interpretação hegemônica do espaço da cidade e da vida coletiva. Níveis mais sofisticados de controle, isto é, de poder, são cada vez mais subsidiados pelo *marketing* moderno.

Podemos postular que a luta pela hegemonia na construção da imagem urbana, apoiada na conquista do consenso, é importante não apenas para o fortalecimento do poder mas, também, para a direção dos fluxos de consumo. Com efeito, podemos observar que Curitiba reúne hoje condições ágeis para a aceleração desses fluxos, fato que pode ser constatado pela pluralidade de grupos empresariais, corporações e firmas que promovem, em escala crescente, os seus produtos, manipulando elementos-chaves da imagem-síntese da cidade.

Nesse contexto, assistimos atualmente, em Curitiba, à instalação de um campo articulado de práticas e de interesses – econômicos e políticos – que, mediante a apropriação e a difusão da positividade da imagem construída, reordena os fluxos de investimento e de consumo, objetivando a elevação do padrão de vida das faixas de renda correspondentes ao topo do mercado. A identificação desses processos indica-nos a instalação de significativos filtros econômicos que estabelecem e reforçam novos afastamentos sociais e que restringem a acessibilidade à denominada modernidade urbana, o que nos levaria a caracterizá-la, talvez com maior propriedade enquanto modernidade excludente.

Na década de 90 – último período analisado – constatamos, na atualização reciclada da imagem, a atuação de jogos de linguagem ainda mais ágeis, resultantes de velozes e de vorazes articulações e manipulações informacionais. Elege-se novamente a criatividade, a competência, o desempenho e a eficácia das soluções técnicas adotadas como elementos organizadores da imagem da cidade “que deu certo”. Entendemos esses parâmetros como suportes indispensáveis aos níveis de organização e hierarquização da estrutura de poder, já consolidada em sua busca constante de ampliação.

A reflexão acerca da imagem reciclada nos anos 90 permitiu-nos identificar, nas atuais sínteses, um certo processo de resgate dos elementos estruturantes da imagem construída na década de 70. Observamos, nesse processo de resgate, a necessidade de um *continuum*, de uma colagem no tempo, que recuperasse os elementos móveis das imagens-sínteses anteriores que contribuíram, em outros momentos, para a conquista do consenso. Destacamos, no entanto, que o processo de construção da imagem transformou-se historicamente em sua base técnica – com a incorporação estratégica de novos processos de

comunicação – e em suas intenções – com a adoção de novos critérios de seletividade e originalidade.

As sínteses produzidas nos anos 90 “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida” e “capital brasileira de Primeiro Mundo” não implicam, entretanto, rupturas incisivas na estrutura básica que organiza o fundo de percepções socialmente compartilhadas desde a década de 70. Recuperam-se, seletivamente, as sínteses “cidade-modelo”, “cidade-humana”, “cidade-eficiente e viável”, “cidade-planejada” e reconstrói-se o mito através da agregação permanente de novas sínteses. De fato, observamos que seletividade e recorrência, aliadas à criatividade, na produção de novas sínteses, são propriedades generalizadas na operação dos meios técnicos acionados na produção contemporânea da imagem de Curitiba.

Verificamos, nos atuais processos de veiculação e síntese, a crescente presença da linguagem visual que economiza e dispensa o discurso verbal em certos casos. O predomínio da linguagem visual parece ser uma das características mais marcantes na etapa atual de produção e fixação da nova imagem-síntese. À abundância quantitativa das formas visuais (material publicitário, vídeos, *folders*, mostras fotográficas) corresponde um pequeno número de conceitos. A repetição de poucas idéias-chave normalmente traduzidas em *slogans* e frases de efeito é incorporada pelos diferentes veículos à pluralidade de formas visuais acionadas para fixar as novas sínteses no imaginário.

Nesse período, ampliam-se as escalas de influência e de poder do planejamento local inscritos em circuitos econômicos e de poder cada vez mais amplos, hoje possibilitados pelas profundas mudanças históricas nos meios técnicos de comunicação e organização dos fluxos informacionais (Santos 1988). Por outro lado, estabelece-se estrategicamente um diálogo legitimador com órgãos nacionais e internacionais de planejamento. Afirmando a interpretação hegemônica da experiência urbanística, Curitiba é também, na mídia nacional, transformada em símbolo de um Brasil possível, “a cidade modelo de um Brasil viável” (*Veja*, 31-03-93), a face moderna desejada para o país, eleita para ser mostrada ao mundo.

A relação de poder encontra-se implicitamente contida na formulação ideológica do mito de Curitiba, sobretudo nas idéias e nos valores vinculados às questões de administração da cidade e da sua forma material imediata. A decisão sobre as questões urbanas e as propostas de novas soluções espaciais tornaram-se práticas rotineiras; entretanto, elas se encontram estreitamente relacionadas ao elevado grau de centralização do aparelho de poder local.

Baseados na análise do discurso que constrói a imagem da cidade-modelo, pudemos constatar que os especialistas ou “experts” urbanistas são apontados como os protagonistas do projeto de modernização urbana de Curitiba. O conjunto de atores e de processos intervenientes no projeto modernizador é anulado da linguagem mítica que reifica a figura do técnico; é o planejamento tecnocrático que continua atuando no centro da cena. Ora, a reificação da técnica e a participação democrática, a nosso ver, são incompatíveis. O poder dos especialistas – legitimado pela imagem construída – exclui a possibilidade da emergência de movimentos sociais e de formatos organizativos que pode-

riam expressar-se, não baseados na competência mas na própria experiência de vida urbana.

Por outro lado, o resultado da massificação que presenciamos traduz-se num conformismo generalizado e na aceitação acrítica de práticas paternalistas e concentradoras de poder. Tal aceitação promovida pela interiorização de mensagens hegemônicas reduz a responsabilidade dos diversos segmentos sociais na construção de uma cidade democrática. Por sua vez, a indústria cultural e as práticas institucionalizadas de poder local encarregam-se de acentuar esse processo básico de alienação, favorecendo o controle e a dominação.

Consideramos que o discurso construído em torno da cidade-modelo constitui-se em discurso reiterador e legitimador do planejamento. Nele o espaço urbano é lido como dependente daqueles que o engendram por deterem o domínio da técnica urbanística. Em sua análise ideológica, a natureza do planejamento revela-se como prática de controle social e, portanto, de dominação.

Nesse contexto, a coesão social em torno da síntese construída torna-se um instrumento essencial de poder. No processo estudado, identificamos a interdependência crescente entre meios técnicos, esfera cultural e aparelho de poder, no qual, cada vez mais integrado, a gestão dos meios tecnológicos de comunicação e o controle social aproximam-se e se tornam essenciais à reprodução do planejamento. Com as imagens-síntese da cidade-modelo incorporadas à mídia, os fluxos de informação constituem-se no sangue do aparelho de poder capaz de dominar e racionalizar o conjunto da organização social e as suas categorias através do crescente controle dos processos contemporâneos de comunicação.

Pensamos que a apreensão desse padrão contemporâneo de modernização em Curitiba exija a aproximação analítica dos fenômenos que atualizam radicalmente a estrutura de poder e de gestão urbana local, associada à nova estrutura de atividades econômicas, aos fluxos de consumo e aos de circulação de bens e serviços.

Evidentemente, o aprofundamento que essa análise exige foge aos limites deste trabalho. O reconhecimento dessas tendências atuais – que contribuem para a renovação do mito – permite-nos, no entanto pensar que o projeto de modernização de Curitiba internaliza e antecipa as tendências dominantes de organização da sociedade contemporânea articuladas ao projeto neoliberal. Esperamos que novos estudos ampliem a reflexão acerca desse campo fértil de questões que aqui estão apenas esboçadas e que procurem indicar, sobretudo, a relevância da articulação entre a modernização capitalista do espaço e a modernidade.

De fato, pudemos constatar que Curitiba se firma nacionalmente como espaço condensado por excelência dos anseios relacionados ao modo de vida e ao usufruto da cidade das classes dominantes. Como centro de experimentação de novos processos e centro difusor de novos valores, Curitiba e o mito da cidade-modelo estão atuando nas mídias nacional e internacional.

A perspectiva evolucionista do discurso dominante “todas as cidades podem ser como Curitiba um dia” cristaliza os parâmetros culturais e materiais da “cidade que deu certo” e indica um projeto para o Brasil urbano, que sugere

re a possibilidade da sua transformação, com um passe de mágica, numa imensa Curitiba. Como já analisamos anteriormente, esse projeto mostrou-se eficiente, pois conseguiu criar expectativas uniformizadoras. O que não se percebeu é o quanto essa perspectiva evolucionista desqualifica toda a riqueza histórica das demais experiências de vida urbana e mesmo de planejamento urbano no Brasil.

A visibilidade adquirida pela experiência curitibana, no cenário nacional, e a ressonância alcançada pelas últimas intervenções conduzem-nos, inevitavelmente, a destacar outra característica da construção do mito: o acionamento da identidade por oposição. O mito Curitiba cidade-modelo atinge o seu auge num momento histórico de profunda crise no País. Observamos que a sua gravidade é apropriada pela linguagem dominante enquanto for necessária a ambiência contrastante iluminadora e fortalecedora do mito do seu projeto “Brasil viável”.

O percurso reflexivo permitiu-nos situar o nosso objeto de estudo – a imagem de Curitiba – como um fenômeno de *marketing* organizador do processo que viabiliza a consolidação da imagem e que a promove a nível local, nacional e internacional. Julgamos que a cidade foi transformada de teatro ou “cenário de encontro” – elementos da imagem dos anos 70 – em espetáculo multimídia dos anos 90, cuja audiência privilegiada não se encontra mais posta nos habitantes locais, mas no país e no mundo. Nessa cidade-espetáculo, observamos que cada nova realização urbanística constitui-se em ação e comunicação simbólicas.

Nesse panorama, as realizações urbanas são tornadas mercadorias, produtos de consumo que acompanham um ritmo frenético de “renovação de idéias”. Acima de tudo, cada intervenção é uma renovada celebração à técnica enquanto marco espetacularizado da “cidade que não pára de inovar”. A intensa produção de novidades verificada, tanto no conjunto de realizações recentes quanto nas permanentes reurbanizações dos espaços-símbolos já consagrados, transcende as necessidades políticas locais imediatas e transforma-se em efeito útil na demonstração buscada do que o planejamento pode realizar.

O planejamento urbano é quem ocupa o centro das atenções na cidade-espetáculo; ele é na verdade um atrativo dele mesmo, uma exaltação ao seu poder. Permitimo-nos aqui uma inversão da síntese “cidade a serviço do homem” para postular que, mais propriamente, o planejamento curitibano conseguiu colocar o homem a serviço da cidade planejada.

A marca de Curitiba é dada pela cidade; em sua imagem mítica, ela se faz sujeito com vida, ação e voz: “Curitiba quer”, “Curitiba sabe”, “Curitiba consegue”. Como se pode opor resistência a um sujeito tão inespecífico, amplo e absoluto como “Curitiba”? Nas comemorações dos seus trezentos anos, no ano de 1993, cada grande evento ou espaço inaugurado foi oferecido à população como “mais um presente que Curitiba dá a seus habitantes”. A população recebe-os com uma atitude contemplativa, passiva e reverenciadora, deslumbrando-se com o privilégio de viver numa cidade planejada, assistindo ao espetáculo e aplaudindo de pé, embora excluída da cena. Quando a população entra em cena, ela é apenas figurante. E todos somos figurantes nesse grande espetáculo de poucos atores principais.

A proposta desta reflexão surgiu de um profundo desconforto frente ao pelo menos aparente consenso construído pela cristalizada imagem da cidade. Se nos propomos a esse percurso crítico, é porque pensamos que a revelação dos processos que construíram o mito possa, de alguma forma, contribuir para a reconstrução da cidade, para a recuperação de outras leituras e para a formulação de convites à sua revisitação. Tomamos como ponto de partida a constatação de que a vida coletiva encontra-se, a cada instante, imersa em elementos do mito da cidade-modelo. Os cidadãos não percebem que, em algumas situações, são simples figurantes. Procurar apreender o mito é também procurar recuperar, sob o seu consumo inocente, a profunda alienação que essa inocência encobre. Desvendá-lo, então, pode pelo menos estimular a possível construção de outras sínteses.

A tentativa de afastamento do mito representa, para nós, um constante e difícil processo de desvendamento da realidade. Às vezes, andando pelas ruas ou participando de algum evento público – momentos indissociáveis do nosso processo de conhecimento – sentimos-nos como figurantes de um grande anúncio de *griffe* urbanística. E este desconforto, evidentemente, é para nós muito mobilizador.

Dalton Trevisan (1992), escritor curitibano, sugere, todavia, que é possível reencontrar Curitiba como lugar vivido. O autor revela-nos, por trás de todas as certezas construídas pela Curitiba oficial, elementos da filigrana de outras Curitibas repletas de significados. Em seus contos, é a densa vida humana da metrópole que está no centro da cena: “Curitiba, esta Curitiba, e não a outra para inglês ver. Curitiba que viaja”.

Certamente é possível “viajar” outras Curitibas. O aparente consenso, alcançado através de uma velada relação de domínio, mantém implícito o conflito. Acreditamos, de acordo com Pêcheux (1988:304), que “não há dominação sem resistência”, o que significa que é possível e também necessário ousar o questionamento. Por outro lado, se “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, é preciso suportar a responsabilidade do que venha a ser pensado, ou seja, é preciso ousar pensar por si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. *Sémiologie et urbanisme. L'architecture d'aujourd'hui*, n. 153, 1971.
BARTHES, R. *Lo verosímil*. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1972.
BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
CHAUFÉ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981.
IUPERJ-MINTER. *Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, convênio IUPERJ-MINTER, 1974.
PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.
RIBEIRO, A.C.T. *Rio-metrópole: a produção social da imagem urbana*. São Paulo, Departamento de Sociologia, USP. Tese de doutoramento, 1988.
SANTOS, C.N.F. Para cada forma de dominação a utopia que merece. In: *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, n. 3, 1985-86.
SANTOS M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. In: *Espaço e Debates*. São Paulo, NERU, n. 25, p. 58-62, 1988.
TREVISAN, D. *Em busca de Curitiba perdida*. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- Documentos:
PMC – 1965 – *Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba*. Serete e Wilhelm associados.
IPPUC – 1990 – *Memória da Curitiba Urbana*. Maio (Depoimentos, 3).

RESUMO

Este trabalho desenvolve algumas reflexões acerca do processo de construção social da imagem da cidade de Curitiba entre as décadas de 70 e 90, tornada hegemônica. Procura reconstruir as mediações sociais mais concretas do surgimento e da fixação social das sínteses "cidade-modelo", "cidade-planejada", nos anos 70, e discutir a sua posterior reciclagem e cristalização nos anos 90, mediante a construção de novas sínteses: "capital da qualidade de vida", "capital de Primeiro Mundo" e ainda "capital ecológica".

ABSTRACT

This work presents some meditation on the social building-up of the image of Curitiba as a hegemonic city from the 1970's to the 1990's. It intends to recreate the most concrete social intervention which originated and established the sytheses of "model city" and "planned city" in the 1970's and to discuss their recycling and crystallization in the 1990's through the building-up of new ones: "high social standing capital", "first world capital" and "ecological capital".

Pobreza urbana e condições habitacionais na periferia metropolitana do Rio de Janeiro*

Adauto Cardoso**

Luciana Corrêa do Lago**

1. Introdução

Recentemente, alguns autores vêm apontando que, contrariamente ao que sugeriam alguns indicadores relativos ao desempenho econômico, os anos 80 não foram uma “década perdida” no que diz respeito aos níveis de pobreza. Essas conclusões são válidas se tomados os indicadores de renda para todo o país (Camargo et al. 1992), e menos significativo quando analisadas apenas as regiões metropolitanas (Rocha, 1991).¹ A redução da pobreza, maior no campo e nas cidades pequenas, seria resultado da unificação nacional do salário mínimo e, ainda, da melhoria nas relações de trabalho no campo. Outro fator sugerido é a alteração na composição etária da população, resultante da queda da taxa de fecundidade (Camargo et al. 1992).

Considerando-se a pobreza como fenômeno multivariado, esses estudos vêm também se detendo nas alterações no mercado de trabalho e nas condições de vida, como educação, saúde, moradia e saneamento, entre outras. Todos esses itens tendem a apresentar sinais inequívocos de melhora, sendo que, com respeito ao saneamento, o abastecimento d'água foi o serviço que apresentou o melhor desempenho, passando a cobertura de 57,2% a 70,2% dos domicílios, em todo o país, entre 1981 e 1989 (Camargo et al. 1992). As condições de esgotamento sanitário também parecem apresentar melhoras substantivas no período, pelo menos nas regiões metropolitanas (Camargo et al. 1992, Barros et al. 1992).

Todos estes elementos nos levam à conclusão de que houve uma efetiva melhora nas condições de vida da população, ao longo dos últimos anos, seja ao nível da renda, seja ao nível do acesso à infra-estrutura ou aos serviços básicos. Cabe, todavia, ressaltar que todos os autores enfatizam que, em termos absolutos, o déficit social é ainda muito grande e que os indicadores de desigualdade cresceram substantivamente ao longo do período.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual do ANPOCS, Caxambu, 1992.

** Professores do IPPUR.

Nosso texto pretende, então, discutir, com maior profundidade, o que significou esta melhora em termos de serviços ligados às condições de vida imediatas da população pobre. Apresentamos aqui as conclusões de pesquisa empírica², realizada em São João de Meriti, município da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, em 1991, sobre a disponibilidade de infra-estrutura de saneamento – água, esgoto, drenagem, coleta de lixo e pavimentação e condições de moradia da população de baixa renda. As informações levantadas permitem-nos esboçar um quadro geral dos problemas ambientais e habitacionais que atingem esta população.

Os resultados obtidos permitem matizar os dados oficiais sobre as condições de vida na periferia metropolitana. Nossas conclusões evidenciam o grave quadro de carência de equipamentos e de qualidade dos serviços, além dos impactos ambientais da ocupação desregulada do solo, que se reflete, no caso de São João de Meriti, na forma de constantes riscos de enchentes. A investigação mostra, ainda, que os investimentos recentes em saneamento, desenvolvidos com recursos do Banco Mundial ao longo da década de 80, embora tenham trazido inequívoca melhora nas condições gerais de vida, foram insuficientes para resolver o problema, seja devido à descoordenação das diversas instâncias públicas envolvidas, seja pelas conseqüências da utilização das obras para fins eleitorais.

2. A periferia metropolitana: quadro geral

2.1. Características gerais e tendências recentes

Como já ressaltado, a década de 1980 é marcada, em função do agravamento da crise econômica, por mudanças significativas no padrão de crescimento das grandes cidades brasileiras. Se os indicadores globais de pobreza apresentam melhora, verificamos, por outro lado, a difusão da pobreza por todo o tecido urbano, expressa pela expansão das favelas³ e moradias provisórias em espaços públicos.

Com relação aos indicadores de pobreza, é interessante ressaltar que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta um desempenho preocupante ao longo da última década. A população abaixo da linha de pobreza cresce de 27,2% para 32,5%, enquanto, em São Paulo, este índice cai de 22,0% para 20,9%, fazendo com que, em 1989, o Rio de Janeiro comportasse o maior contingente absoluto de pobres no Brasil: cerca de 3,64 milhões. O Rio de Janeiro é, ainda, a metrópole com maior grau de desigualdade na distribuição de renda, apresentando, em 1989, um índice de Gini de 0,673, superior às metrópoles do Nordeste e muito acima do índice de São Paulo, de 0,566 (Rocha, 1991).

Outro fenômeno importante verificado na década foi a diversificação sócio-econômica das áreas periféricas que, até a década de 70, eram exclusivamente o *locus* de reprodução da população pobre. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro essa diversificação foi apontada em alguns estudos recentes⁴. Verificou-se, na última década, o esgotamento do padrão de periferização até então vigente, baseado na produção extensiva e ilegal de lotes populares

sem infra-estrutura adequada, vendidos em prestações a longo prazo. O empobrecimento da massa trabalhadora urbana pôs fim a essa forma de acesso à propriedade. Temos hoje dois processos em curso na periferia do Rio de Janeiro: o crescimento das ocupações clandestinas, agravando ainda mais as já precárias condições de vida deste segmento social e, em contraposição, o surgimento de bairros de classe média e de centros de comércio locais voltados para essa nova demanda. Outra tendência recente é, ainda, a instalação de indústrias manufatureiras com grande absorção de mão-de-obra, como no caso das confecções de roupas.

A Baixada Fluminense⁵ pode ser vista como o espaço de consolidação desses processos e onde o poder público inicia, em 1984, uma política de intervenção de grande magnitude, através do chamado Plano Global de Saneamento da Baixada. A questão que se coloca então é em que medida a modernização de determinados setores econômicos e, em especial, o plano de saneamento em execução têm levado à melhoria das condições de vida da população local. Vejamos alguns dados demonstrativos dessas condições.

2.2. As condições de saneamento na Baixa Fluminense

Os quatro municípios da Baixada Fluminense ocupam uma área correspondente a 20% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com uma população, em 1991, de 2.533.837 pessoas ou 26% do total da região metropolitana. A maior parte de sua população é de baixa renda: de acordo com o Censo de 1980, cerca de 68% das famílias recebem até 2 salários mínimos, estando dois terços dos trabalhadores empregados no setor terciário.

O saneamento da Região Metropolitana está sob a responsabilidade de diferentes órgãos públicos, ligados a instâncias de poder distintas, que atuam de forma desarticulada. Assim, vejamos:

Água e esgotamento sanitário: CEDAE (Governo Estadual);
Micro-drenagem de águas pluviais: prefeituras municipais;
Pavimentação: prefeituras municipais;
Meso e macro-drenagem: SERLA (Governo Estadual); e
Coleta e disposição do lixo: prefeituras municipais.

Com relação ao esgotamento sanitário, em 1982 apenas três municípios da Região Metropolitana – Rio de Janeiro, Niterói e Maricá – possuem sistema separador absoluto, ou seja, diferentes canalizações e destino final dos esgotos e águas pluviais (FUNDREM, 1982). Nos demais municípios havia uma carência de redes ou, quando estas existiam, eram do tipo unitário – esgoto + águas pluviais – e, na maioria das vezes, não-cadastradas.

Na Baixada Fluminense, apenas 21% das residências eram, em 1980, atendidas por rede de esgotamento sanitário e, mesmo assim, por sistema unitário, o que significa o lançamento de todo o esgoto da região nos rios e na Baía de Guanabara. Quanto a São João de Meriti, não havia, no mesmo ano, domicílios ligados à rede (IBGE, 1980).

É importante ressaltar que a inexistência de rede de esgoto, bem como a precariedade do sistema de microdrenagem, faz com que os lançamentos sejam

realizados diretamente em valas abertas ao longo das ruas que vão ter aos rios e valões mais próximos. Junta-se a isso o fato de a Baixada apresentar diversos pontos com cota abaixo da cota média das marés, resultando daí seu alagamento permanente ou temporário.

Com relação ao abastecimento de água, o Censo de 1980 mostra 52% das residências ligadas à rede pública. Em São João de Meriti essa percentagem passa de 56%, em 1982, para 88% em 1986 (FUNDREM, 1982; 1986). A inexistência de dados sistematizados sobre a regularidade do abastecimento impede uma avaliação mais precisa sobre as reais condições do serviço.

Do lixo produzido na Baixada Fluminense em 1982, 65% não eram coletados em função das deficiências dos serviços municipais de coleta. Em São João de Meriti esse índice sobe para 81% (FUNDREM, 1982).

Dois terços das ruas localizadas na Baixada não têm pavimentação, o que impossibilita a implantação da rede de drenagem. Ambos os serviços são fundamentais para a manutenção das instalações de esgoto para evitar a entrada de água de chuva nas tubulações.

2.3. As formas de acesso à moradia

Até o início da década de 1980, a população pobre dos grandes centros urbanos do país teve o loteamento periférico como principal forma de acesso à casa própria. A produção intensiva de lotes com baixos investimentos em infra-estrutura e comercialização a longo prazo, conjugada à auto-construção da moradia, garantiu a difusão da propriedade privada da terra pelas camadas sociais de baixa renda. Podemos dizer que a oferta massiva de lotes na periferia foi, juntamente com a expansão da oferta de emprego, um dos principais fatores de inserção da população pobre na economia urbano-industrial brasileira, a partir da década de 50.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entretanto, ao longo da década de 80 ocorreu um retraimento desta forma de acesso à terra, e o conseqüente aumento das ocupações ilegais, que se tornaram a principal alternativa para as camadas populares. É interessante destacar, aqui, a emergência de um novo padrão de assentamento clandestino nas áreas periféricas do Rio de Janeiro. Trata-se da produção de loteamentos de forma distinta daquela posta em prática por loteadores nas décadas anteriores. Há um acordo entre os “adquirentes” de lote e o “grileiro” de terra, no que se refere à não-titulação da propriedade e ao não-cumprimento das exigências urbanísticas. Nesse caso, as obras de urbanização ficam sob a responsabilidade dos moradores e a comercialização do lote é feita, em, no máximo, três prestações, reduzindo assim a demanda a camadas sociais com alguma capacidade de poupança.

Fica claro que a ilegalidade apresenta-se de maneira distinta nos diferentes padrões de moradia popular, afetando, conforme o caso, as condições de saneamento e da própria construção. Grande parte dos loteamentos periféricos foi produzida ilegalmente, seja pela falta da titulação da propriedade da terra – caracterizados pelas administrações públicas como clandestinos – seja pela não-concordância com as normas urbanísticas em vigor – caracterizados como irregulares. Em ambos os casos, houve necessariamente a compra de

uma propriedade – o lote – e a atuação de um agente imobiliário, o que não ocorre normalmente nos processos de ocupação. A compra do lote, fosse este ilegal ou não, significava, para o adquirente, maior segurança e estabilidade financeira, ascensão social e o direito aos serviços públicos garantidos em lei a todos os proprietários de imóvel. As ações coletivas levadas a cabo pelos adquirentes de lotes ilegais com o objetivo de regularizá-los têm como base esses direitos legais. No caso das favelas, o direito legal é substituído por um direito social pautado na necessidade de morar de qualquer indivíduo. O reconhecimento desse direito pelo poder público garantiu, na década de 80, o fim da política de remoção de favelas, levando a uma melhoria das condições de moradia nos assentamentos já consolidados. Por outro lado, assistimos nessa mesma década, à crescente pauperização da população e à conseqüente difusão das favelas e de moradias provisórias em áreas públicas.

2.4. O Plano Global de Saneamento da Baixada

Em 1985, o Governo Estadual inicia as obras do Plano Global de Saneamento da Baixada, a partir de contrato firmado com o Banco Nacional de Habitação e o Banco Mundial.

Como fruto das discussões entre os movimentos de moradores locais e a Secretaria de Obras, decide-se executar, primeiramente, um projeto piloto de saneamento em Vilar dos Teles, bairro de São João de Meriti. Com a extinção do BNH, em 1986, as obras são paralizadas, sendo retomadas no ano seguinte pelo novo Governo do Estado. No entanto, a urbanização das ruas e a microdrenagem, incluídas no plano inicial, são retiradas nesse segundo momento, sob a alegação de que esta é uma responsabilidade das prefeituras municipais. As fortes chuvas de fevereiro de 1988 provocaram enchentes em todos os municípios da baixada, gerando uma situação de calamidade pública, com milhares de desabrigados e dezenas de mortos. Esse fato evidenciou a necessidade de se articular o projeto de esgotamento sanitário a um plano de dragagem dos rios e canais da região – macro e mesodrenagem.

Em 1988, o Banco Mundial aprova os recursos para as obras de macro e mesodrenagem na Baixada, dependendo, para a liberação da verba, da contrapartida do Governo Federal em recursos financeiros. Somente em 1990 são liberados esses recursos através da Caixa Econômica Federal, num montante de 66,2 milhões de dólares, dando-se, assim, início às obras.

3. A pesquisa empírica: notas metodológicas

Os procedimentos adotados para a realização da pesquisa foram determinados e limitados pelo seu objetivo mais imediato e pelas condições de sua realização. Tratava-se de obter informações diretas sobre a qualidade de vida no município, tendo, como alvo preferencial, a parcela da população que se faz representar pela Associação de Moradores de São João de Meriti (ABM). Seus resultados serviram para respaldar, com dados empíricos, a pauta de reivindicações da ABM frente ao poder público para as discussões relativas ao plano diretor municipal.

Por outro lado, a direção da ABM tinha ainda um objetivo pedagógico: aproveitar a oportunidade da pesquisa como uma possibilidade de formação de militantes e quadros dirigentes das associações locais. Os questionários foram aplicados através de cada associação de bairro, por militantes especialmente selecionados para esta função. Neste sentido, podemos dizer que, no caso em questão, tratou-se de uma “pesquisa-ação-participativa”.

Foram convocadas cerca de 40 associações, das quais 13 chegaram a entregar os questionários respondidos. Cada associação ficou responsável pela aplicação de, no mínimo, 20 questionários, tendo – se chegado a um número total de 280 respostas, o que significa uma cobertura de 280 domicílios. Foram atingidos pela pesquisa 18 bairros, distribuídos por todos os distritos do município, com forte concentração nos setores mais carentes da população, tendo ficado excluídos da amostra as áreas centrais e/ou os bairros mais valorizados.

O desenho original do questionário continha um conjunto de perguntas sobre a composição sócio-econômica da população⁶ e outros conjuntos correspondentes aos principais temas que organizam a luta dos moradores: habitação, saneamento, saúde, educação e transporte. Infelizmente, grande parte dos dados não pôde ainda ser aproveitada devido a problemas de preenchimento dos campos. No resultado final, foram integralmente aproveitadas as perguntas relativas aos dados gerais sobre o entrevistado e o domicílio, dados sobre a propriedade da moradia, dados sobre as condições de saneamento e um levantamento dos principais problemas do bairro e do município.

4. A pesquisa de campo: resultados

Os resultados obtidos serão apresentados e analisados em três segmentos: informações sobre algumas características da população; informações sobre o domicílio e infra-estrutura; e principais problemas levantados pela população.

4.1. A população pesquisada: características

Os dados sobre a origem da população mostram uma taxa bastante elevada de residentes não-naturais do município: 85%. Esta população tem sua origem dividida igualmente entre o Estado do Rio de Janeiro e outros estados (50%), e declarou em sua grande maioria ter procurado o município em busca de moradia (69,3%).

Essas informações tendem a confirmar a visão corrente da periferia como lugar de moradia de uma população migrante e pobre. Em São João de Meriti, todavia, este processo ocorreu principalmente ao longo dos anos 60 e 70: 75,7% dos entrevistados tem um tempo de residência superior a 10 anos, e 21,1%, entre 5 e 10 anos.

4.2. Domicílios e infra-estrutura

O levantamento da situação dos domicílios mostrou uma alta taxa de utilização dos terrenos, correspondendo a elevadas densidades: a média de domicílios por endereço foi de 1,95, correspondendo a uma distribuição equilibrada entre as classes de 1, 2, 3 e 4 domicílios por endereço. Estas informações

confirmam os dados do Censo relativos à densidade demográfica⁷, e apontam para problemas importantes no equacionamento da provisão dos serviços.

Com relação às condições de ocupação das moradias, 69,3% são próprios e 15,7% alugados. Todavia, cerca de 5% dos imóveis são construídos sobre terrenos cedidos. Confirma-se a disseminação da propriedade como forma predominante na periferia pobre das metrópoles.

Cabe ressaltar, entretanto, que esta relação de propriedade nem sempre corresponde a uma situação jurídica regular. As informações levantadas mostram que, dos 65% de proprietários, 39,8% declaram ter documento de propriedade reconhecido, ou seja, escritura definitiva. 34% declararam possuir documentos tais como recibos ou comprovantes de inserção em projetos de regularização fundiárias promovida pelas associações de moradores. Estes resultados mostram que, em que pese a importância real da propriedade como forma de acesso à moradia na periferia, estas relações não estão em absoluto resolvidas, e os dados oficiais escondem um universo real de ocupações de terrenos ou de loteamentos irregulares ou clandestinos na periferia.

O acesso à infra-estrutura é bastante diferenciado. O abastecimento de água aparece com relevo como o serviço que alcança a maior cobertura, com apenas 9,3% da população não-coberta pela rede, corroborando os dados oficiais da concessionária. Todavia, apenas 23,2% dos domicílios são abastecidos três ou mais vezes por semana e 12,9% dispõem de água apenas uma vez por semana. Isto mostra que a ampliação da rede, executada na segunda metade dos anos 80, não foi acompanhada até agora por uma melhora efetiva nos sistemas de captação e armazenamento, gerando sérios problemas de regularidade no abastecimento. Estes elementos corroboram as informações de técnicos da CEDAE, que alegavam que todo o projeto de saneamento seguiu uma lógica de busca de resultados imediatos junto à população com fins eleitorais, o que levou a um privilegiamento das obras de execução das redes de distribuição de água, em detrimento de obras complementares de captação e armazenamento.

32,2% dos domicílios têm seus esgotos ligados à rede, o que representa um aumento significativo em relação aos dados do Censo de 80. Todavia, 49,6% ainda lançam dejetos *in natura* nas valas de drenagem, e apenas 18,2% são servidos de fossa, o que mostra a gravidade da situação sanitária e de saúde no município. Quadro que se agrava quando se pensa que mesmo o esgoto coletado em rede também é lançado diretamente nos rios Sarapuí e Pavuna-Meriti⁸, não tendo sido realizada até o momento nenhuma das estações de tratamento previstas no projeto original. As conseqüências ambientais desta situação ultrapassam os limites do município, já que os rios citados desagüam na Baía de Guanabara, contribuindo significativamente para a poluição de suas águas.

A coleta de lixo também não é satisfatória, já que 66,8% dos domicílios têm seu lixo coletado apenas uma vez por semana, e apenas 23,6%, três vezes ou mais. O lixo não-coletado é então lançado em terrenos baldios (26,1%), queimado (22,1%), lançado na rua (10%) ou nas valas e rios (7,8%). Os dados mostram, por si mesmos; a gravidade do quadro ambiental e de saúde na periferia metropolitana.

Algumas suposições relativas à questão da drenagem podem ser levantadas, quando se observam os dados sobre pavimentação: 86,4% dos domicílios situam-se em ruas sem pavimentação, o que significa uma expressiva demonstração de ausência das redes de micro-drenagem. Somando-se a isto o assoamento e a obstrução constante da rede de meso e macro-drenagem (valas, canais e rios), pelo lançamento de esgoto e lixo, aliados à falta de manutenção, temos como resultado uma ameaça permanente de alagamento de bairros inteiros, o que ocorreu com maior impacto nas enchentes de 1988. De fato, 56% dos entrevistados consideraram-se moradores de áreas sujeitas à inundação.

4.3. Os problemas do município na visão de seus moradores

O levantamento realizado⁹ mostra que o quadro geral até aqui apresentado é claramente identificado pela população, que aponta majoritariamente (40%) o saneamento como o principal problema local, seguido de perto pela questão da saúde (32%). Estes resultados invertem-se, todavia, quando computado o *score* obtido pelos vários temas¹⁰. A questão da saúde irá aparecer então como o principal problema do município, com índice de 688, seguido do saneamento (743) e educação (886).

A importância da saúde para os moradores de São João de Meriti tem duas origens. Em primeiro lugar, este município, assim como toda a Baixada, tem graves problemas de cobertura de serviços médicos e afins, além da precariedade do atendimento existente, que parece levar os moradores a buscar atendimento médico no município do Rio de Janeiro. Por outro lado, o grave quadro sanitário apresentado repercute diretamente nas condições de saúde, principalmente nos índices de mortalidade infantil (52/1000 entre os nascidos vivos, em 1982). Entre estes, cabe ressaltar que a morte por diarreia, em S. João de Meriti, apresentava o índice mais elevado da Região Metropolitana (UFRJ, 1987).

O *score* elevado apresentado pelo tema *transporte* não significa, evidentemente, que esta não seja uma questão relevante na vida local, podendo ser explicado por duas ordens de fatores: em primeiro lugar, pela gravidade apresentada pelos outros temas, enquanto o sistema de transportes consegue apresentar uma cobertura razoável, embora com problemas importantes relativos ao tempo, tarifa e condições de viagem; em segundo lugar, e talvez mais importante, o transporte não é um tema que tenha tradição na história das lutas e reivindicações locais.

Cabe ressaltar, por fim, que, além dos temas tratados na pesquisa, a questão da segurança teve um alto nível de menção na pergunta aberta. Isto revela uma outra face, não menos dramática, das condições de vida na periferia, onde a violência aparece como uma das mais importantes causas de mortalidade entre a população adulta.

5. Conclusões

Os resultados da pesquisa de campo revelam, de forma inequívoca, a gravidade do quadro das condições de vida na periferia metropolitana do Rio de

Janeiro, o que, na verdade, apenas corrobora e aprofunda a visão geral expressa pelos levantamentos do Censo de 1980.

O que nos importa discutir aqui, todavia, é o que a pesquisa realizada pode nos informar sobre os resultados da implantação do Programa de Saneamento da Baixada.

Como já apontado neste texto, a pesquisa mostrou claramente uma expressiva expansão das redes de água, principalmente, e esgoto, em menor extensão, embora esta ampliação não tenha sido complementada pela construção de sistemas de captação e armazenamento de água ou de tratamento de esgotos. Os dados mostram ainda que pouco se fez em relação à micro-drenagem, coleta de lixo e pavimentação – serviços de responsabilidade da Prefeitura. Cabe lembrar aqui que esta situação expressa a mudança do projeto inicial, que previa uma integração entre os serviços relativos ao saneamento, postura que foi abandonada sob o argumento da divisão de competências entre as esferas de governo.

Esta situação leva-nos a questionar a viabilidade e a eficácia do programa, tendo em vista seu (pressuposto) objetivo: a melhoria das condições de vida da população. É possível que o Censo de 1991 venha a apresentar resultados positivos, que não significam, na verdade, tudo o que aparentam.

A expansão da rede de água sem o correlato aumento da captação gera alguns problemas, além da falta d'água nas torneiras. A tubulação é projetada para trabalhar sob pressão e, ao ficar vazia durante parte do tempo, torna-se suscetível de infiltração. Considerando-se que esta tubulação passa necessariamente por terrenos alagadiços, ruas não-pavimentadas, cruzando com frequência valas infectadas pelo lançamento de lixo e esgoto, pode-se afirmar que o sistema tende a apresentar uma grande probabilidade de contaminação.

Por outro lado, a ampliação da cobertura de abastecimento d'água para uma população não servida por um sistema de microdrenagem pode ter consequências danosas sobre a rede de esgoto, penalizada pelo lançamento frequente das águas pluviais domiciliares sobre um sistema projetado como separador absoluto, ou seja, sem capacidade de suportar uma grande vazão. A consequência evidente é a sobrecarga, os vazamentos e a danificação da rede instalada (o que já vem ocorrendo, segundo técnicos da CEDAE), colocando em risco o sistema e contribuindo, ainda, para aumentar a contaminação ambiental.

A limpeza, desobstrução e dragagem de valas, canais e rios, também será menos eficaz caso não se consiga eliminar o lançamento de lixo e esgoto diretamente no sistema. Cabe aqui ressaltar que o problema não é apenas de educação do usuário, uma vez que os dados apontam claramente para uma insuficiência dos serviços.

Esses elementos mostram que o equacionamento definitivo da questão do saneamento na Baixada só será viável e eficaz com o pressuposto de uma integração entre os vários serviços e uma implantação equilibrada de todas as etapas dos sistemas. Evidentemente, isso exige uma articulação entre os vários níveis de governo (estadual, municipal e federal), o que depende, em última instância, de negociações e decisões políticas.

As conseqüências deste estado de coisas sobre o conjunto da população são bastante significativas. Os dados permitem-nos supor que, até o momento, apesar do alto volume de investimentos realizados no âmbito do Plano de Saneamento, as condições sanitárias e de saúde continuam graves, e os problemas ambientais acumulam-se, atingindo toda a Região Metropolitana, principalmente através da poluição da Baía de Guanabara.

ANEXO – RESUMO DOS DADOS

1. Origem da população:

São João de Meriti – 12,9%
Outros municípios – 85,0%

Estado do Rio de Janeiro:

São João de Meriti – 12,9%
Baixada Fluminense – 8,6%
Rio de Janeiro – 16,1%
Outros – 13,2%
Total – 50,8%

Outros Estados: 47,1%

2. Tempo de moradia:

Até 1 ano	1 a 2	2 a 5	5 a 10	mais de 10
2,1%	1,4%	8,6%	12,1%	75,7%

3. Razão da migração:

Moradia	Trabalho	Outros	Sem resposta
69,3%	8,2%	14,3%	8,2%

4. Domicílios por endereço:

Média: 1,95

5. Condições de ocupação:

Próprios	Alugados	Cedidos
69,3%	15,7%	11,1%

6. Documento de Propriedade:

E. Det.	Promessa	Recibo	Documento AM
39,8%	26,9%	10,2%	19,9%

7. Abastecimento de água:

Sem rede	1xsem	2xsem	3xsem
9,3%	12,9%	52,1%	23,2%

8. Esgoto:

Rede	Fossa	Vaia
28,9%	18,2%	49,6%

9. Áreas sujeitas à inundação:

Sim	Não
56,0%	42,1%

10. Coleta de Lixo:

1xsem	2xsem	3xsem
66,8%	8,2%	23,6%

11. Pavimentação:

Barro	Asfalto	Paralelo
86,4%	8,9%	3,2%

NOTAS

1 A população abaixo da linha da pobreza variou de 38,5%, em 1981, para 34,4%, em todo o Brasil, e de 29,1% para 27,9% nas regiões metropolitanas. Estes dados não são comparáveis, porém, já que seguem metodologias diferentes.

2 Este trabalho é o resultado da colaboração entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, a Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM) e a FASE (organização não-governamental que presta assessoria à ABM). Do Instituto, participaram da pesquisa, além dos autores, os Professores, Eduardo G. de Carvalho e Luiz Cesar Q. Ribeiro.

3 Ver Taschner (1990) e IPLANRIO (1991)

4 Ver Lago & Ribeiro (1992) e Furnaletto et al. (1987)

5 A Baixada Fluminense é composta pelos municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, é onde se concentra o maior contingente populacional da periferia metropolitana.

6 Estes dados referiam-se à composição familiar, renda, número de pessoas por domicílio, número de domicílios por endereço, origem do entrevistado, tempo de residência no município e causas da migração.

7 S. João de Meriti apresenta o índice mais elevado da Região Metropolitana, com cerca de 120 hab/ha de densidade bruta média.

8 Conforme o cronograma geral de obras da CEDAE, apresentado à ABM em 1991.

9 O questionário colocou, inicialmente, uma questão aberta sobre o principal problema do bairro e do município. Depois apresentou um quadro no qual os problemas são organizados segundo os temas gerais da pesquisa (saúde, educação, saneamento, habitação, transporte e outros), a serem hierarquizados, de 0 a 5, pelos entrevistados.

10 Este *score* foi calculado ponderando-se as frequências encontradas pelo lugar obtido na hierarquia apresentada. Assim, os valores mais baixos correspondem aos temas colocados nos primeiros lugares, computadas todas as classificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. et al. Welfare, Inequality and Social Conditions in Brazil over the last Three Decades: an Overview. Manuscrito não publicado, Rio de Janeiro, 1992.
- CAMARGO, S.F. et al. Projeto Agenda: o que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. Manuscrito não publicado, Rio de Janeiro, 1992.
- FIBGE. Censo Demográfico. FIBGE, 1980.
- FUNDREM. Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

- FUNDREM. Sistematização das informações sobre abastecimento de água na RMRJ. Rio de Janeiro, 1986.
- FURLANETTO, D. et al. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia, 49(2), 27:56, abr. jun., 1987.
- IPLANRIO. Favelas: população e domicílios. Mimeo, Rio de Janeiro, 1991.
- LAGO, L.C. & RIBEIRO, L.C.Q. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferação em questão. In: LEAL, M.C. et al. Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar. Volume I. Hucitec-Abrasco, São Paulo/Rio de Janeiro, 1992.
- ROCHA, S. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. IPEA – Boletim Conjuntural, nº 12. Rio de Janeiro, Janeiro de 1991.
- TASCHNER, S.P. Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Nº 7(1), São Paulo, jan./jun., 1990.
- UFRJ. A saúde em Meriti: algumas considerações. In: Cadernos Saúde Coletiva, nº 1, nov., 1987.

RESUMO

Vários estudos têm indicado que, apesar da crise econômica, a década de 80 foi marcada pela melhoria das condições de vida nas metrópoles brasileiras, no que se refere ao acesso à infra-estrutura e serviços urbanos básicos. O presente texto procura discutir, com maior profundidade, o que significou esta melhoria para a população pobre da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, a partir das conclusões de pesquisa de campo realizada no município de São João de Meriti, em 1991, sobre a disponibilidade de infra-estrutura de saneamento – água, esgoto, drenagem, coleta de lixo e pavimentação – para a população de baixa renda. Os dados levantados permitem matizar os resultados dos levantamentos oficiais que subsidiam os estudos sobre o tema.

ABSTRACT

Various recent studies indicate that, despite the economic crisis faced in the 1980's, that decade was marked by the improvement on the standards of living in the Brazilian metropolises in terms of access to infrastructure and basic urban services. This article aims at discussing thoroughly what this improvement meant to the poor who live in the periphery of Rio de Janeiro on the basis of the conclusions derived from a field research held in 1991 on the availability of water, sewerage, drainage, garbage collection and pavementation to the low income population in the district of São João de Meriti. The data obtained allows the variegation of results derived from official surveys which subsidize studies on this theme.

Barragens do Rio Narmada: um apelo à consciência¹

Smitu Kothari*

Tradução:

Maria Stela Marcondes de Moraes, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF)

1. Introdução

O movimento popular no Vale do Narmada – representando uma parte significativa da população atingida pelo projeto de construção da Barragem de Sardar Sarovar (PSS) no Rio Narmada, na Índia – surgiu como uma das lutas populares mais originais do período pós-independência. Politicamente, essa luta é herdeira das antigas rebeliões contra a Inglaterra – especialmente nas áreas tribais – bem como das agitações de Jharkhand à medida que articula, simultaneamente, uma reação à centralização do controle do Estado sobre as economias locais e à imposição de políticas administrativas consideradas distante dos interesses das populações locais. Por outro lado, essa luta tem uma política singular; não se trata, por exemplo, de um movimento de classe e, também, nada tem a ver com a tentativa de redesenhar as fronteiras internas da região, de modo a torná-la politicamente autônoma.

Sob este aspecto, a luta retoma, de forma mais contundente, a herança dos movimentos de Gandhiji, de Chipko e de Appiko e de todas as lutas na Índia, que continuam a desafiar, não apenas a crescente centralização autoritária do Estado, como também o caráter explorador dos processos econômicos dominantes. Tais processos vêm destruindo as economias de subsistências das populações locais, especialmente as das mais marginalizadas, e ameaçando a diversidade de seus sistemas de produção e de significados. A invocação desses sistemas não deve ser vista como saudosismo romântico de um passado glorioso, que, na verdade, nunca o foi para os marginalizados. Trata-se apenas de um apelo ao respeito e à compreensão e, se quiserem, uma homenagem às múltiplas tradições que se desenvolveram historicamente na complexa singularidade da história e da geografia do subcontinente. Além disso, ou até como consequência, o movimento redundante representa uma crescente afirmação

¹ Ver nota ao final do texto.

* Professor visitante em Cornell (USA), professor universitário em Nova Déli (Índia), dirigente da ONG Lokayan (Índia).

do controle econômico e político das populações marginais sobre suas próprias vidas.

2. *Movimento do Narmada e reações da sociedade e do Estado*

Isso nos leva a uma questão central que eu gostaria de explorar neste artigo. Sem dúvida alguma, tem havido mobilizações por todo o país envolvendo não só as populações atingidas, mas também outros grupos sociais tais como advogados, cientistas e, logicamente, os meios de comunicação (na maior parte de fora, mas incluindo, cada vez mais, os de Gujarat) e grupos de cidadãos engajados no mundo todo. Surge um número cada vez maior de manifestações de grupos e movimentos inspirados pelo constante esforço de mobilização do movimento, pela sua tenacidade e pela adoção de um complexo conjunto de táticas e estratégias. Por que, então, tem havido uma reação tão pequena por parte de outros setores das classes médias, especialmente os sindicatos e intelectuais (tanto os liberais quanto os de esquerda)?

A conjuntura tem apresentado problemas mais vitais que estariam sugando toda a energia política e emocional dos indivíduos e comunidades? Ou seriam outros os fenômenos que estariam exaurindo as possibilidades de uma reação mais ampla por parte das classes médias, com relação a situações como a do Vale do Narmada? Poderia ser, por exemplo, o crescente chovinismo religioso, o fundamentalismo, a luta comunitária, o comportamento cada vez mais “fora da lei” de atores estatais e não-estatais aliados à permanente recessão econômica (incluindo as implicações das recentes mudanças na política econômica e suas ramificações no condicionamento do FMI)?

Parece haver um paradoxo. A imprensa nacional e boa parte de suas representações regionais têm demonstrado apoio sistemático ao movimento do Narmada, tendo, em inúmeras ocasiões, denunciado o caráter ora repressivo ora indiferente das reações oficiais. Mesmo assim, isso não provocou uma ampla reação por parte dos leitores dessa imprensa. Na verdade, mesmo aqueles que normalmente reagiriam a outros tipos de atrocidades permanecem surpreendentemente calados.

Outra explicação possível é que, do seu ponto de vista, a maioria dos atingidos é formada por pessoas marginalizadas, relativamente desarticuladas ou sem qualquer importância para a política nacional ou para as classes médias. A apatia e a indiferença seriam indicadores do abismo social que separa os grupos atingidos das classes médias engajadas e das elites? Ou será que é mais fácil reagir a um fato isolado, ou atrocidade que exige uma rápida intervenção, do que sustentar um engajamento continuado? Ou, ainda, estaria o envolvimento da esquerda sendo inibido pelo fato de não se tratar de um movimento de classe?

É bastante compreensível a reação – ou falta de reação – dos vários partidos que representam todo o espectro de posições políticas. Afinal de contas, nenhum deles quer ameaçar sua base eleitoral potencial em Gujarat, onde, devido a uma série de fatores, há um inegável e massivo apoio ao projeto. *Até certo ponto*, isto também explica porque a maior parte das forças de Gujarat, que normalmente se manifestam em relação a processos não-democráticos, não estão dispostas a assumir uma posição publicamente.

No entanto, aos poucos vai sendo possível perceber que a unanimidade em torno do projeto, oficialmente arquitetada, não passa de uma mentira com rachaduras cada vez mais aparentes. Sem dúvida, os vários anos de seca foram explorados politicamente, pelas elites governantes, com o intuito de vender o PSS como a grande solução para todas as calamidades. “O PSS vai ser a vida de Gujarat”, dizem. Aliado às crescentes demandas da economia industrial e agrícola de Gujarat, isso criou um clima muito pouco propício a críticas ao projeto.

Neste contexto, o fato de que a maior parte destas calamidades tenha sido produzida pelo homem parece não ter importância. Prova disso, por exemplo, é a sistemática destruição provocada por projetos mal concebidos oficiais de reflorestamento ou, ainda, pelos projetos de tratamento das pastagens de Kutch – que só fizeram agravar significativamente os processos de desertificação e de deslocamento populacional – um resultado que agora serve de justificativa para a construção da barragem.

A grande ironia é que a maior parte das áreas vitimadas pela seca não vai receber uma gota sequer de água do PSS. Mesmo supondo que o reservatório esteja cheio, mais de 80% das áreas mais afetadas no Estado – Saurashtra e Kutch – não receberão água do Narmada. Na verdade, em muitos casos, até o pequeno investimento público no gerenciamento de terras e águas vem sendo afetado, pois todos os recursos estão sendo desviados para o projeto. Isso não teria sido suficientemente grave para provocar algum tipo de reação?

Além disso, uma análise do projeto, em termos de benefício de classe, pode facilmente revelar quem vai levar vantagem com o represamento das águas do Narmada. Os agricultores sem-terra, os camponeses marginalizados, as tribos, os “servos” terão que esperar as sobras que vão respingar sobre eles. O destino dos desalojados é por demais evidente e, ao que tudo indica, nada muito diferente pode ser esperado das atitudes ou das políticas oficiais.

E o que dizer do governo central? Seu papel não tem sido muito diferente. Representantes do movimento têm se reunido com Primeiro-Ministros e Ministérios afins, em nível de Estado e de governo central. Mas, a resposta para a reivindicação básica de se estabelecer um diálogo em torno da proposta de revisão do projeto – tendo em vista os sérios problemas sociais, econômicos e ambientais – tem sido sempre negativa. Basta lembrar, por exemplo, que há apenas dois anos, o então Primeiro Ministro, V.P. Singh, concordou em iniciar as negociações para a revisão do projeto diante de dois mil representantes do vale do Narmada, durante solenidade pública em sua residência. Alguns dias depois, ele recuou em sua decisão.

O que provavelmente explica a relativa apatia entre intelectuais e outras pessoas engajadas é o desafio que o “Narmada Bachao Andolan” (Movimento para salvar o Narmada – processo nacional com representação de grupos do vale) e seus simpatizantes representam para o modelo dominante de desenvolvimento econômico. A reificação deste modelo como o arauto da modernização está profundamente inculcada. Ele continua a moldar idéias, imagens, recursos e pessoas – e, neste sentido, um número cada vez maior delas vem sendo capturado pela armadilha da imaginação desenvolvimentista. Qualquer referência a alternativas é vista como retrocesso a um passado primitivo. Bar-

ragens, para parafrasear Nehru, são, afinal de contas, “templos da Índia moderna”. São vistas como monumentos ao progresso, elementos essenciais para alcançar a autonomia e a segurança nacional. A maior prova dessa visão é o número de vezes que o Andolan foi acusado de anti-desenvolvimento, anti-progresso, e até mesmo de anti-nacional.

Uma das principais razões dessa apatia, muito provavelmente, é que o Andolan desafia a sabedoria convencional do modelo prevalecente de crescimento econômico. Na sua essência, portanto, o movimento contesta a incorporação de comunidades, culturas, sistemas de conhecimento e os eco-sistemas, nos quais habitam e dos quais dependem, por uma visão instrumental de modernização – *em termos que raramente, ou nunca, são definidos por suas verdadeiras vítimas*. Pouca importância é conferida ao fato de que este modelo tem se revelado uma imposição violenta e agressiva – deixando pouca ou nenhuma opção de adaptação às mudanças para aqueles que estão na posição de receptores dos impactos. Presume-se que as mudanças são de interesse da maior parte da sociedade.

Sem dúvida, como já mencionado, há respostas específicas para cada tipo de violação. Frequentemente, entre elas está a demanda por um sistema político descentralizado, muito embora em nosso sistema extratificação (especialmente nas áreas rurais), isto significa delegar o poder de controle às elites dominantes, como ocorreu com o Jawahar Rozgar Yojana. No entanto, é muito mais difícil enfrentar desafios que requerem não apenas mudanças estruturais fundamentais, mas também uma redefinição da própria natureza do desenvolvimento econômico.

Obviamente, se a legitimação deste modelo, por parte do Estado – que se dá em nome da pacificação dos conflitos entre classes sociais e políticas – perpetua os interesses das forças economicamente mais poderosas, cabe perguntar o que fazem movimentos como aqueles do Vale. Críticas e denúncias são suficientes? Outras questões ainda mais fundamentais também são: esta crítica do Estado seria sinônimo de rejeição ao mesmo? Ou se trata apenas de resistir e restringir sua capacidade de intervenção? Quem vai fazer a mediação, se há reivindicações contraditórias em relação aos mesmos recursos? Na verdade, essa questão ganha maior significado à luz da crescente compreensão da relação entre esses recursos, não apenas um único ecossistema mas, entre vários ecossistemas. Estas são questões complexas e dizem respeito a temas que os movimentos apenas começam a enfrentar.

Movimentos como o do Narmada questionam, ainda, a tirania dos tecnocratas a serviço do governo – economistas, engenheiros, consultores – que presumem ser o seu modelo o único verdadeiro. Eles tentam demonstrar como esta arrogância transformou complexos sistemas naturais e sociais em simples mercadorias, em fragmentos aos quais é preciso atribuir valor monetário e reduzir a uma simples e fria equação. Tal atitude também pôs fim à sensibilidade em relação aos sistemas de gerenciamento da terra e da água, historicamente construídos. No entanto, os marginalizados do sistema dominante são capazes de identificar alternativas muito mais sustentáveis. Mesmo que este saber tenha sido destruído, o diálogo entre as tradições (moderna e tradicional, por exemplo) deveria ser um princípio válido.

O argumento compensatório é um dos mais comuns. “Vejam os enormes benefícios que resultarão do projeto”, argumentam. Obviamente, precisamos oferecer alternativas para aqueles que serão desalojados. “Que as injustiças sejam minimizadas”, afirmam.

E aqui vale a pena reiterar o que já foi repetido inúmeras vezes. Ao longo de dez anos, o Estado e o governo central tiveram tempo e recursos suficientes para definir um plano detalhado e viável, para reassentamento e indenização dos desalojados e dos indiretamente atingidos pelo projeto. Esse tempo pode ter sido ainda maior se levarmos em conta as conseqüências – para o desenvolvimento do projeto – da sentença do Tribunal (em relação aos processos judiciais sobre as águas do Narmada), que julgou a utilização das águas na região e decidiu a favor do PSS. Embora existam planos extremamente detalhados para a construção da estrutura física da barragem e sua infra-estrutura, *até hoje o plano para a solução dos impactos sociais é inexistente*. Há um acordo com o Banco Mundial, um plano com soluções para *algumas famílias neste ano*, mas nenhum projeto abrangente. Se a instalação de cada centímetro da barragem e sua infra-estrutura pode ser definida detalhadamente antes mesmo de ser retirada a primeira pá de terra, por que a definição não pode ser igualmente completa em relação ao planejamento de todo o processo?

Hoje em dia, os próprios técnicos do projeto admitem, oficiosamente, que a terra para assentar os desalojados ainda não foi encontrada. Mesmo que lotes de terra sejam comprados aos proprietários, o preço será exorbitante e as comunidades sofrerão um processo de desestruturação, à medida que forem espalhadas por uma extensa área. Além do mais, qual a justificativa para que comunidades inteiras sejam não só desestruturadas e dispersas, mas também assentadas em áreas geográfica e linguisticamente diferentes da original? E mesmo quando forem encontradas as terras, o que vai acontecer com aqueles que até aqui dependeram delas? Por exemplo, neste ano, em uma atitude polêmica, o governo central indicou algumas terras para reassentamento em uma área florestal em Maharashtra. Neste processo, famílias tribais que, durante gerações inteiras, dependeram daquelas terras (embora não tivessem a posse legal) ficaram privadas de sua fonte de subsistência.

E isso vale para todos os grandes projetos do país. Não deveria ser esse o objeto de preocupação de nossas elites intelectuais? Especialmente quando os custos sociais e ambientais são muito elevados e, em muitos casos, irreversíveis. Sequer vou mencionar as contínuas violações de direitos civis básicos por parte do Estado – o número de pessoas indevidamente envolvidas, os constantes transtornos, os esforços para impor o deslocamento de pessoas, o uso de mecanismos repressivos para desmobilizar manifestações pacíficas de protesto. Mesmo as violações mais comuns dos direitos humanos causam poucas reações. Por que?

3. *Questões e desafios do movimento*

Os desafios colocados por tais questões certamente não se limitam às barragens do rio Narmada. Eles alcançam o âmago de nossas dificuldades em redefinir, de forma substancialmente nova, a agenda da luta política e o programa de ações para enfrentá-la. Eles também atingem o mais importante, que são

nossas dificuldades no que diz respeito a nós mesmos, à nossa herança ideológica, às nossas relações com nossos pares e com as vítimas do desenvolvimento destrutivo. No entanto, estes não são temas a serem discutidos de forma apressada e não tenho a intenção de aprofundá-los aqui. Mas levantarei mais alguns pontos, tendo o caso Narmada como referência.

Representantes do movimento e dos governos central e estadual criticaram-se mutuamente afirmando, do alto de seus respectivos palanques públicos, que ambos os lados cometeram distorções e exageros. O lado oficial argumenta que o movimento super-dimensionou os aspectos negativos do projeto – especialmente os custos sociais e ambientais. Também afirmaram, repetidamente, que o movimento continua a exagerar a extensão de sua base de apoio e a capacidade de uma comunidade tribal de desenvolver uma economia florestal autônoma. Muitas vezes perguntaram-nos: como irá reagir o observador atento, se o discurso de ambos os lados for ameaçado de hipérbole e mistificação? Isso não pode aumentar ainda mais o sentimento de isolamento e rejeição?

Por trás dessas perguntas está a pressuposição de que os dois lados têm pesos iguais na equação de poder convencional ou na atual conjuntura política. Essa suposição obviamente não tem fundamento, uma vez que o poder exercido pelo governo e os recursos por ele controlados – somados à sua capacidade de manipular a mídia e suprimir informações – são significativamente maiores do que os do movimento. No entanto, mesmo os que sabem disso hesitam em expressar tais preocupações. O próprio caráter do movimento, ao longo de seu desenvolvimento, afastou adeptos e apoios? Ou a dificuldade está em conseguir indentificar-se com o tema que o movimento levanta, porque ele ameaça o eixo fundamental da vida de cada um? Nesse contexto, um tema que provocou uma certa preocupação foi a acusação de que o movimento não é democrático nos processos de tomada de decisão.

Sem dúvida, em algumas ocasiões, o Andolan foi incapaz de tomar decisões democraticamente. Simpatizantes e militantes discordaram de certas ações, o que levou a um certo grau de rejeição e distanciamento do movimento. É muito difícil comentar aquelas decisões, mas dois fatos devem ser levados em conta. Em primeiro lugar, para um movimento tão amplo quanto este, com minguados recursos financeiros e dificuldades de comunicação, algumas decisões, em um contexto de rápidas mudanças conjunturais, precisam ser tomadas sem ampla consulta às bases. Em segundo lugar, sustentar o apoio das bases em toda a vasta região do Vale requer, muitas vezes, respostas imediatas a demandas locais.

Além disso, as bases do movimento enfrentam constantes ameaças – do governo e de grupos que, com permissão oficial, estão sempre acenando com promessas de terra e dinheiro, sem contar o próprio efeito psicológico causado pela continuidade das obras da barragem. Com todas as pressões e limitações, é uma tarefa inglória manter o apoio das bases no Vale e fora dele, e ainda ter que dar respostas a todos os novos desafios que partem dos pontos mais inesperados. Invariavelmente, isso requer um processo decisório diferente. Mesmo assim, ninguém demonstrou uma preocupação mais séria a respeito.

Muitos, por exemplo, criticaram o que consideraram atitudes radicais – como a greve de fome sem prazo definido durante a Longa Caminhada, em

dezembro de 1990 (que durou 26 dias) ou a decisão de formar brigadas de mergulhadores, durante a última estação dos ventos, como forma de reagir à ameaça de submersão (dois anos antes da data prevista no cronograma oficial). Inevitavelmente, do ponto de vista de um observador independente, ou mesmo na opinião de muitos militantes, estas ações pareceram drásticas demais. Lideranças do movimento acharam, no entanto, que estas manifestações foram necessárias para expressar uma ação coletiva provocada não apenas por anos de repressão oficial e de indiferença à reivindicação básica por negociações, mas também pelo pequeno apoio conseguido fora do Vale, apesar de todos os esforços.

Há aqui um tema mais complexo – um tema que atinge o ponto nevrálgico da forma como as pessoas de classe média, adeptas do movimento mas não naturais do Vale (considerando, é claro, as enormes diferenças entre elas) constroem a “representação do outro”. Muitas vezes, militantes do movimento, ao falarem das populações tribais, idealizam as comunidades vivendo em perfeita harmonia no seu meio ambiente florestal com pouco ou nenhum contato com o mercado. Também são descritos, muitas vezes, como portadores de uma cultura singular que vai ser destruída pela barragem e seus desdobramentos.

Ninguém duvida que as comunidades vão ser empurradas para posições ainda mais marginalizadas e que elas sofrerão profundos abalos psicológicos se involuntariamente deslocadas ou espalhadas por locais estranhos cercados por alianças sociais ainda mais poderosas. Isto em si já é suficientemente sério. É desnecessário, portanto, exagerar ou distorcer as condições das comunidades tribais do Vale do Narmada. Além do mais, em muitas destas comunidades a chegada do desenvolvimento bem como o histórico processo de aculturação e assimilação enfraqueceram os laços comunitários. Muitas comunidades deixaram de ser produtoras de bens primários para tornarem-se consumidoras destes bens. Sem dúvida; uma avaliação mais honesta e realista destas condições pode servir de base para uma compreensão mais abrangente da possibilidade e da forma como poderão melhorar as suas relações, não apenas com os vários tipos de elementos “externos”, mas também com os fazendeiros e comerciantes que, no momento, caminham a seu lado no movimento do Narmada.²

A longo prazo é preciso considerar que qualquer que seja o nível de hostilidade provocado pelo Andolan, nos meios oficiais, não há dúvida de que a construção de barragens (para irrigação ou energia elétrica), como forma privilegiada de promoção do desenvolvimento, foi seriamente questionada. Um grande número de projetos está sendo revisto ou arquivado. As fontes financiadoras – tanto privadas quanto mistas – estão cada vez mais cautelosas no apoio a estes mega-projetos. Obviamente, com tudo isto, o sistema básico não muda. Como já foi mencionado, a prova são as mudanças na política financeira. Estas mudanças, somadas ao investimento necessário para a implantação de projetos como o PSS, que requerem volumosos recursos externos, compõem o quadro de aprofundamento da marginalização dos pobres e representam mais lenha na fogueira da inexorável destruição de nossa diversidade biológica e cultural. Podemos dizer que o cancelamento de alguns projetos re-

presenta um ganho? Lutas como a do Vale do Narmada são do tipo de ganhar e perder? Algum dia será possível avaliar a verdadeira dimensão dos vários tipos de impactos, alguns deles ainda impensáveis?

Críticos e outros interessados no tema fazem restrições, por ter o movimento negligenciado a difícil situação dos eventuais desempregados pelo cancelamento do projeto. Eles argumentam que se um mínimo da energia do movimento tivesse sido canalizada para o problema do reassentamento eles teriam se saído melhor. A crítica, embora procedente, está mal formulada. O Andolan, durante muitos anos, concentrou-se exclusivamente na luta pela solução abrangente da situação dos atingidos. Foi só a duras penas que começou a compreender que não havia terra suficiente para assentar todos os desalojados. Aos poucos foi percebendo, ainda, uma série de outros problemas: as péssimas condições nos locais de reassentamento, estudos ambientais incompletos, deslocamento de pessoas em número duas vezes superior aos 100.000 previstos originalmente, exagerada mistificação dos futuros benefícios a Gujarat, especialmente para as áreas afetadas pela seca, etc. Só então foi tomada a decisão de se buscar uma revisão completa do projeto, o que não impede, porém, que outros grupos se concentrem na luta pelo reassentamento.

Neste contexto histórico, não é justo esperar que o Andolan disperse seu próprio mandato coletivamente construído. O que preocupa é a insinuação de que o movimento não se importa com aqueles que vão ser atingidos; que toma "as pessoas" como ponto passivo. Esta crítica não resiste ao questionamento de qualquer observador mais atento, pois a tremenda elevação do nível de consciência política criou o potencial de resistência a futuras injustiças, sejam quais forem os eventuais resultados. Embora algum nível de cansaço possa ocorrer, como acontece com outros movimentos no país, até agora não há sinal disto no Andolan.

No entanto, no atual clima de intransigência oficial e de falta de apoio público por parte da "intelligentsia" terá o movimento que abandonar a disposição de mudança, de transformação, e assumir uma postura de compromisso com pequenas reformas? Ou será forçado a adotar uma forma de ação ainda mais radical? Se estas duas tendências existem no Andolan os desdobramentos ainda são imprevisíveis. E, até certo ponto, a tensão entre elas continua a nutrir debates apaixonados e desavenças (muitos dos quais permanecem inconclusos). Se isso não inspirou um maior envolvimento da sociedade, outros problemas no Vale do Narmada deveriam ter provocado reações.

Por exemplo, hoje já se torna evidente que os diversificados sistemas de produção e de conhecimento no Vale do Narmada serão destruídos e, provavelmente, de forma irreversível. Ao invés de fortalecer esta diversidade, facilitando um plano de reforma agrária e de tratamento da água e da terra que aproveite a capacidade e criatividade locais, os planejadores continuam a impor um plano concebido de forma centralizada. Pode um plano homogêneo ser adequado a um complexo de múltiplos ecossistemas? Já não está óbvio e já não existem provas suficientes de que isto é insustentável? Há evidentes restrições, tanto políticas quanto estruturais, assim como novas limitações.

Mudanças significativas afetaram não só o equilíbrio dos ecossistemas-sistemas, como também a natureza da organização social das vilas, tanto nas

tribais, de estrutura mais homogênea, quanto naquelas mais estratificadas. Em muitos casos, tal fato resultou em transformações irreversíveis e um retorno às tradições seria inviável. Como então romper este impasse? Se, por hipótese, fosse possível implantar transformações estruturais em favor das comunidades locais – de acordo com uma estratégia que leve em conta as diferenças econômicas e a estratificação social que ainda é a regra no Vale – seriam estas comunidades capazes de administrar, sozinhas, ecossistemas inteiros?

E a questão mais urgente dos direitos daqueles socialmente discriminados e marginalizados? Que relações devem estabelecer-se no interior das comunidades, (entre elas mesmas e entre elas e o “lado de fora”)? Que tipo de instituições devem ser criadas? Quem vai estabelecer os critérios para tudo isso?

Estas são apenas algumas das questões mais relevantes, relativas a governo e responsabilidade, ou direitos e deveres, que, mais cedo ou mais tarde, terão que ser enfrentadas não apenas pelo movimento, mas por um número crescente de pessoas engajadas. Muitos cidadãos de fora do Vale já se manifestaram e se comprometeram com este processo, o que nos leva de volta à pergunta inicial: como fazer para que este envolvimento seja ainda mais amplo e profundo?

NOTAS

1 O texto do Prof. Smitu Kothari foi publicado como editorial do Lokayan Bulletin de maio-agosto de 1991, um número especial dedicado ao problema das grandes barragens na Índia.

O tema central é a discussão da democracia, num contexto de conflito entre populações camponesas ameaçadas de deslocamento compulsório, e o Estado empreendedor de grandes projetos de aproveitamento energético dos recursos hídricos, no Vale do Rio Narmada. Também são abordadas questões relativas ao próprio movimento das populações atingidas e sua relação com o conjunto da sociedade.

Atualmente, o conflito referido centra-se em torno da barragem de Sardar Sarovar (1450 MW), com previsão de enchimento do reservatório para o segundo semestre de 1994. Esta hidrelétrica é o principal ponto de um projeto de quatro bilhões de dólares. Pelos planos, quando este estiver concluído, em 2025, totalizará 30 grandes barragens, 135 médias e cerca de 3 mil pequenas no Narmada que corta três estados no Centro e no Oeste da Índia. A previsão é que o projeto desloque um total de 200 mil pessoas de suas terras. Destes, 100 mil, incluindo comunidades tribais, serão definitivamente expulsas quando Sarovar estiver concluída e criar um lago de cerca de 200 km de comprimento ao longo do vale.

Apesar do artigo referir-se especificamente à realidade da Índia, a questão tratada transcende o particular, tanto em termos da discussão democrática quanto, em especial, à problemática semelhante existente no Brasil, onde, inclusive, as inúmeras lutas em áreas de implantação de hidrelétricas atualmente articulam-se nacionalmente no *Movimento de Atingidos por Barragens* (MAB).

Lokayan é uma ONG indiana cujo propósito maior é promover o intercâmbio entre movimentos sociais e diferentes outros tipos de organização da sociedade civil, especialmente instituições de caráter profissional. Como suporte a esse objetivo, busca também realizar pesquisas e trabalhar na área de documentação e informação.

2 Este tema continua polêmico. Há consciência de que estas contradições de classe foram momentaneamente relegadas ao segundo plano pela contradição principal: a barragem. Foram feitos alguns esforços de discussão coletiva sobre isto mas a intensidade da luta propriamente dita tem dificultado um aprofundamento da questão.

RESUMO

O artigo trata do movimento popular no Vale do Narmada, na Índia, frente à construção da barragem de Sardar Sarovar. O tema central é a discussão da democracia, numa situação de conflito entre populações camponesas ameaçadas de deslocamento compulsório e o Estado com seus grandes projetos de aproveitamento energético dos recursos hídricos naquela vale.

ABSTRACT

This article discusses the popular movement in the valley of the Narmada River in India in the face of the building of the Sardar Sarovar dam – Its main theme is the discussion of democracy in a situation in which country populations threatened by compulsory removal are in conflict with the state's major projects to utilize water resources to generate energy in that valley.

Zona de processamento de exportações e gestão do território

Carlos Alberto F. da Silva*

1. Introdução

Os anos 80 foram considerados por diversos autores como a “década perdida”. O Estado já não se encontra mais em condições de financiar e apoiar a formação do mercado interno através de diferentes medidas que visam a integração dos espaços produtivos regionais; a recessão econômica persiste; as altas taxas de inflação parecem um vírus incontrolável; os salários fazem cada vez menos parte da renda nacional; e as dívidas interna e externa não param de crescer. É nesse cenário sombrio que, em janeiro de 1992, o Governo Federal ratificou a proposta de implantação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) em áreas periféricas do país como uma das alternativas de integração competitiva² do Brasil nos mercados mundial e de desenvolvimento regional.

Neste artigo, discutiremos sobre a natureza de uma ZPE, focalizando o seu alcance enquanto instrumento de política territorial. Para isso, tomaremos como base as experiências internacional e nacional em Zonas Francas. E finalmente avaliaremos o verdadeiro significado de uma ZPE no contexto da divisão internacional do trabalho, procurando desvelar os seus vínculos com os países que as hospedam.

2. A ZPE no Contexto Histórico da Integração Competitiva

Nos anos 80, face à reestruturação da economia mundial, observa-se uma tendência espacial dos conglomerados de buscarem novos mercados de força de trabalho abundante, barata e sem mobilização sindical como, por exemplo, a formação de mais um “tigre asiático” – a Tailândia. A partir daí redefinem-se novas estratégias locais para as inversões produtivas, e os territórios industriais interligados tornam-se um fato corrente. O exemplo da divisão territorial do trabalho entre o Silicon Valley e a zona fronteiriça mexicana, com suas “maquiladoras”, ilustra bem essas novas relações entre as estruturas produtivas localizadas em escala planetária.

Por outro lado, conforme comenta Castells (1985), essa dinâmica global do capital dentro de uma economia-mundo³, estruturada pelas altas tecnologias nos processos produtivos, tem provocado uma reorganização urbana e re-

* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás.

gional nos territórios de diversos países e uma perda da autonomia das cidades e das regiões face aos conglomerados. Estes, atuando dentro de uma lógica planetária, ignoram as comunidades regionais ou locais ao implantarem complexos industriais, provocando-lhes impactos diversos.

Ocupando uma posição peculiar na economia-mundo, o Brasil sofre os impactos do movimento global do capital, na estratégia da grande corporação em relação ao território influenciando, portanto, as políticas de desenvolvimento regional do país, já que o Estado não pode ser desprezado na criação de novas localizações industriais.

Nesse processo de reestruturação da economia mundial, o Estado brasileiro passa por uma longa crise fiscal e financeira. Levando-se em conta que o Estado tornou-se o empresário e o financiador da formação do mercado interno, o problema assume maiores proporções: o esgotamento do modelo de desenvolvimento que remonta aos anos 30. O Estado fragiliza-se diante de todas as frações de classe de poder.

Segundo Becker (1991), esse problema manifesta-se em três escalas: local, quando a reivindicação é pelo direito ao lugar e à cidadania; e regional, quando o conflito é pela manutenção de domínios territoriais. Hoje temos a bancada governista do Nordeste trocando apoio com o Governo Federal por recursos para a recomposição do seu poder, fortalecendo as bases eleitorais dos governadores. Há uma competição acirrada pela alocação dos parques fundos públicos.

E finalmente, em escala nacional, a crise afetou diferencialmente o “tripé” da modernização conservadora. Estado e empresa nacionais enfraquecem-se diante da crescente autonomia da corporação transnacional, que passa a ter poder de decisão sobre a localização da empresa ao contar com os avanços nos transportes, nas comunicações e na produção. Dada a mobilidade espacial da corporação em escala planetária, ela tende a negociar diretamente com as frações de classes locais e regionais, que buscam uma articulação maior com a economia-mundo.

Nesse sentido, a crise fiscal e financeira do Estado e a emergência do sucesso dos “tigres asiáticos” têm direcionado o discurso dos setores políticos para uma maior integração do país nos fluxos mundiais de capitais. Uma das propostas surgiu em 1988 com o decreto de abertura de Zonas de Processamento de Exportações, no domínio agromercantil do Nordeste, ou seja, a abertura de territórios industriais voltados para a exportação. Como justificativa, as ZPEs foram apresentados como um instrumento de promoção do desenvolvimento regional. Tal proposta representa, no plano regional, o uso de um antigo modelo de política econômica: a extraterritorialidade. Trata-se de um instrumento de política econômica em que o Estado diferencia certas áreas do território ao oferecer câmbio livre, incentivos fiscais e jurisdição própria às empresas que para lá se dirigirem, sem, contudo, reduzir o controle sobre o restante da economia nacional. Isso corresponderia à criação de um território aduaneiro, onde poderíamos incorporar as Zonas Francas. É como se fosse criado um território livre, globalizado, dentro do país, ligando-o à circulação internacional de capitais e de mercados.

O valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da produção nesses territórios livres entra no cálculo do Produto Nacional Bruto (PNB) como rendimentos recebidos em decorrência de investimentos no exterior. A extraterritorialidade permite que qualquer país com empresas instaladas nesses territórios inclua no cálculo do seu PNB os lucros obtidos nessas áreas. Ela possibilita, ainda, que a empresa estrangeira atue nesses territórios encravados em outro país utilizando as leis de mercado que melhor lhe convier. Ao país hospedeiro, a extraterritorialidade permite, às empresas nacionais, regerem-se nesses territórios livres através de leis criadas por sua nação, e, ao Estado, estimular a produção industrial e as trocas comerciais, visando à obtenção de divisas.

Esse modelo de política econômica foi originalmente utilizado na Antiguidade, quando diversas cidades do Mediterrâneo funcionavam como portos livres, visando a estimular as trocas comerciais em pontos privilegiados do território. No século XX, a extraterritorialidade assume dimensão moderna através do conceito de Zona de Livre Comércio, que surge nos EUA em 1934. Entretanto, só a partir dos anos 70 os americanos exploram mais intensamente as ZLCs em seu território. Nessa evolução, a extraterritorialidade recebe uma concepção contemporânea com as ZPEs.

Como assinalam Braga e Pelin (1989), as ZPEs têm características distintas das ZLCs; aquelas privilegiam as atividades manufatureiras e estas em sua maioria, restringem-se às operações de entrepostos de armazenamento de bens (Tabela I).

As características básicas das ZPEs, segundo Armstrong (1985), são quatro: 1) visam à exportação de produtos e possuem pouca ligação com a economia nacional ou com as necessidades dos consumidores locais; 2) tendem a se localizar em encaves próximos aos portos; 3) impõem custos aos países hospedeiros, já que o Estado será responsável pela infra-estrutura; e 4) a mão-de-obra barata é requisito básico. Para Tsuchiya (1987:280), a ZPE "(...) is a like country within a country... the zone is an enclave in terms of the customs-territorial aspect and possibly other aspect such as total or partial exemption from laws and decrees of the country concerned".

Criadas para incentivar a exportação de bens cuja produção ou montagem utiliza a importação de equipamentos e matérias-primas com isenção de tarifas alfandegárias, as ZPEs constituem um instrumento de gestão do território do qual o Estado responsabiliza-se, criando-lhe condições para a reprodução de relações capitalistas de produção (as vantagens fiscais e a infra-estrutura) e reduzindo uma área privilegiada do país a um território transnacional. Por outro lado, cabe à grande empresa a integração competitiva dessa área aos mercados mundiais, como assinala Egler (1989).

A ZPE pioneira foi implantada em 1959 no aeroporto de Shannon, Irlanda. Nos anos 60, surgiram as plataformas de exportação em Formosa e no México (as "maquiladoras"). Tais experiências apareceram como um transbordamento espacial das economias japonesa e americana, que visavam a instalar empresas intensivas com mão-de-obra barata para as operações de montagem de produtos padronizados, num movimento que Lipietz (1988) descreve como a *teoria do circuito dos ramos*. Por conseguinte, emergem os territórios

TABELA 1
Tipos de Zonas de Livre Comércio (ZLCs)

Tipo	Características
Zonas de Livre Comércio	Áreas geograficamente limitadas, usualmente próximas a portos ou a aeroportos, de livre comércio com o resto do mundo. Os bens podem ser trazidos para a zona, estocados, inspecionados, reacondicionados e reexportados ou podem ser utilizados como insumos em atividades manufatureiras cujos produtos são exportados.
Zonas de Processamento de Exportação	Zonas criadas para incentivar a exportação de bens, para cuja produção ou montagem pode-se utilizar os insumos equipamentos livres de gravames tarifários. Vantagens fiscais, desregulamentação e subsídios no fornecimento de serviços e infra-estrutura usualmente complementam o desenho das ZPEs.
Portos Livres	Infra-estrutura relacionada às ZLCs e ZPEs, que costuma incluir "duty free shops", hotéis, cassinos e moradias. Isenção de tarifas para os bens negociados na área.
Zonas Empresariais	Zonas domésticas onde condições especiais (sobretudo tratamento tarifário e fiscal) são concedidos com o objetivo de estimular regiões estagnadas. Estas zonas são orientadas para a atração do capital doméstico.
Zonas Financeiras Livres	Regiões onde os controles sobre transações com divisas estrangeiras são relaxados. No caso dos serviços (atividades financeiras, seguros, etc.), o requisito de separação geográfica não precisa ser atendido.

Fonte: Osborne, p. 75, 1986, Citado por Braga e Pelin, 1989.

industriais interligados por uma divisão territorial do trabalho entre estruturas produtivas em escala planetária.

É, no entanto, entre os anos 70 e 80 que as ZPEs generalizam-se como um modelo de gestão territorial, permitindo uma liberalização da economia dos países hospedeiros, confinada geograficamente, sem reduzir o controle do Estado sobre o restante da economia nacional. Com esse sentido, a extraterritorialidade foi também adotada pela China com a implantação das Zonas Econômicas Especiais, que funcionam como laboratório de experiências capitalistas dentro de um país socialista.

Do ponto de vista regional, o Estado-emprega a extraterritorialidade objetivando, em tese, os seguintes alvos (Braga e Pelin, 1989):

- a) a atração de capital externo e a tecnologia;
- b) o aumento da produtividade industrial;
- c) a diminuição das desigualdades regionais;
- d) a ampliação do mercado de trabalho regional;
- e) o desenvolvimento industrial e do comércio via liberação comercial;
- f) o uso de insumos domésticos; e
- g) a geração de divisas.

A adoção das ZPEs enquanto instrumento capaz de atingir tais objetivos e orientar a economia para uma integração competitiva, através de áreas privilegiadas do território nacional, tem a mesma finalidade que os distritos industriais incentivados via pólos de desenvolvimento tiveram para o modelo de substituição de importações no Brasil dos anos 70.

A exemplo do modelo de gestão territorial via pólos de desenvolvimento, as ZPEs tendem a se tornar completamente estranhas aos locais e às regiões impactadas e não realizam o seu suposto objetivo: induzir o desenvolvimento sócio-econômico do espaço imediato. Ou seja, elas são implantadas na região e não para a região.

As ZPEs são empreendimentos portadores de uma territorialidade que se manifesta na apropriação e na organização de áreas privilegiadas em territórios globalizados sob o controle da grande corporação. Becker (1983) ressalta que “esse processo de produção de territórios é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político”. Todavia, essa territorialidade implica também uma reação do local às determinações exógenas, buscando propostas alternativas para as políticas de desenvolvimento regional que fortaleçam as pequenas localidades.

Essa superposição de escalas de interesse advém do fato de que os complexos industriais e as ZPEs constituem um modelo de desenvolvimento diferente daquele pré-existente no espaço ancorador dos empreendimentos. Por outro lado, com a instalação dos mesmos, os governos municipais ou estaduais acabam perdendo poder de barganha junto às grandes empresas privadas e/ou estatais, que controlam os complexos e as ZPEs. Ocorre, então, a captura de uma estrutura política local/regional por uma estrutura jurídica e econômica estranha às comunidades locais ou regionais. A dimensão espacial de tais modelos da gestão do território materializa-se na formação de espaços econômicos especiais, que desarticulam configurações pré-existentes.

Em resumo, a proposta de implantação de ZPEs nos domínios agromercantis do Nordeste representa uma das faces do enfraquecimento e da redefinição do papel do Estado diante da crescente autonomia das corporações transnacionais e das crises fiscal e financeira por que passa a economia brasileira no contexto da reestruturação da economia-mundo. Do ponto de vista regional, a ZPE constitui o uso de um antigo modelo de política econômica – a extraterritorialidade. Sua característica básica é a de um território onde, por simbiose, temos um distrito industrial e uma zona de livre comércio, dotada de franquia alfandegária e de câmbio livre.

As empresas que se instalam na Zona são intensivas em mão-de-obra, devido às operações de montagem de produtos padronizados. Quanto aos vínculos locais, as ZPEs não possuem potencial para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico da região hospedeira. Todavia, sob o discurso oficial de que as ZPEs promoverão o desenvolvimento regional, mascaram-se os interesses regionais de se integrarem competitivamente nos fluxos mundiais de capitais e mercados, utilizando a cessão, por parte do Estado, de parcelas do território nas negociações com as corporações transnacionais.

Por outro lado, vale ressaltar que, diante do esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro, que prevaleceu até os anos 80, o projeto geopolítico

tico nacional é substituído. Segundo Becker (1991), uma nova face da gestão do território revela-se na gestão das diferenças territoriais, onde o Estado “busca tirar proveito das diferenças espaciais, liberando a competição dos Estados, ao mesmo tempo em que tenta mantê-los sob o controle governamental, configurando a política de integração competitiva do território”.

A ZPE é uma forma adequada de gestão do território, já que atende aos interesses envolvidos no processo de reestruturação e globalização da economia mundial, cada vez mais sob o domínio das corporações. É também uma alternativa para a gestão dos conflitos de classe, que buscam a manutenção e sustentação dos interesses regionais nessa época de crise. Vale advertir que algumas frações do capital mercantil regional poderão beneficiar-se, como, por exemplo, o capital imobiliário através da especulação imobiliária urbana em torno da ZPE. Em suma, a ZPE representa uma face nova da velha modernização conservadora.

3. A ZPE como um Instrumento de Política Territorial

Qual é a importância de uma ZPE para a economia regional? Para responder a essa questão, analisaremos as possibilidades de impactos econômicos provocados pela implantação e funcionamento de uma ZPE, a fim de verificarmos os prováveis vínculos locais produzidos, tendo em vista o seu potencial de indução do desenvolvimento regional sobre a estrutura produtiva débil de uma dada região.

3.1. Mercado de Trabalho, Tecnologia e Qualificação da Mão-de-Obra

Segundo os dados da ONU (*apud* Maex, 1985), a força de trabalho utilizada nas ZPEs é semi ou não qualificada e composta basicamente por mulheres solteiras, que recebem salários menores do que os homens e têm mais habilidade manual para trabalharem nas linhas de montagem. As funções baseadas na concepção e na engenharia dos produtos situam-se nas matrizes das grandes corporações, cabendo ao país hospedeiro de uma ZPE o uso de profissionais nas áreas de gerência e de controle de qualidade.

Isso acontece porque a presença da mão-de-obra desqualificada é um fator que define as vantagens comparativas dos países interessados em atrair empresas estrangeiras para essas zonas – daí a transferência de simples habilidades de montagem –, e os salários são mais baixos em relação aos pagos nos países centrais.

A geração de empregos tem sido um dos principais alvos do discurso oficial para a instalação de ZPEs em regiões subdesenvolvidas do país, como é o caso do Nordeste brasileiro. Entretanto, a experiência internacional mostra que tal postura não passa de expectativas exageradas. Na Tabela 2, temos o nível de emprego gerado nas ZPEs de alguns países. Observa-se que a parcela de empregos *vis-à-vis* a economia como um todo é muito baixa. Por isso, não se deve esperar milagres na criação de empregos nas ZPEs brasileiras.

Tomando como exemplo o caso brasileiro, a pesquisa realizada na Zona Franca de Manaus por Mello (1983) mostra-nos que 49% do total de mão-de-obra empregada na indústria de transformação é predominantemente composta

TABELA 2
Empregos nas ZPEs em alguns países

Pafs	Ano	Emprego	% Emprego na Indústria	% Emprego total
Irlanda	1962	1.500	—	—
	1981	4.429	2,0	0,4
	1983	4.268	1,9	0,3
Taiwan	1982	62.617	—	—
	1985	76.924	3,1	1,0
Malásia	1982	70.885	11,0	1,6
Filipinas	1981	20.377	2,0	0,12
	1983	25.610	2,3	0,13
Sri Lanka	1981	17.813	2,7	0,3

Fonte: Aphad (1986: 124-241—*apud* Braga e Pellin (1989).

por mulheres na faixa etária de 18 a 30 anos. A possibilidade de uma democratização da oferta de emprego é prejudicada, pois a mesma destina-se à população economicamente ativa das faixas mais jovens. Quanto aos salários pagos, “para o total do setor manufatureiro, aproximadamente 80% da força de trabalho ocupada recebem salários na faixa de 1,3 a 4,7 salários mínimos e apenas 4,3% acima de 10,6 salários mínimos... posto que a indústria de transformação é concentradora de salários nos níveis mais baixos” (Mello, 1983).

Dadas as diferenças na tecnologia de produção, a produtividade do trabalho é baixa, comparada à das empresas matrizes. A difusão de tecnologia é prejudicada, já que as corporações utilizam-se de tecnologias secundárias. Daí o uso de processo de trabalho intensivo. Segundo Braga (1988), “o acesso às novas tecnologias é... discutível, já que a experiência mundial com ZPEs sugere que as empresas típicas em tais zonas são produtoras de tecidos e roupas, produtos eletrônicos, sapatos, produtos de couro, brinquedos e produtos de plásticos. Nos demais setores, a expectativa é de que somente viriam para o Brasil aquelas atividades intensivas em mão-de-obra e de baixo conteúdo tecnológico”.

Tendo em vista a situação de extraterritorialidade das empresas instaladas em ZPEs, a capacidade inventiva caberia às matrizes e as transferências de tecnologias seriam limitadas, uma vez que constituem poder de competitividade, mundialmente; portanto, as matrizes não abririam a “caixa-preta”. Por outro lado, sendo territorialmente isoladas da economia local, as ZPEs dificultam ainda mais a absorção de tecnologias pela economia doméstica.

A nossa experiência com Zona Franca e com transferência de tecnologia não parece ser positiva. Conforme observa Pinto (1987), esse modelo de industrialização inibe tal processo. Para ele, “(...) a Zona Franca de Manaus tem se constituído no maior obstáculo ao desenvolvimento da indústria eletrônica e microeletrônica brasileira; à medida em que funciona como plataforma de

importação de produtos que contêm... tecnologia dos países centrais que detêm esse conhecimento. E qual tem sido o resultado do funcionamento dessa plataforma de importação?... impediu o desenvolvimento de inúmeros projetos nacionais que se tornaram injustificados, bem como desestimulou a pesquisa e o investimento nacional em uma série de setores dessa produção especializada”.

Em suma, os argumentos de que as ZPEs permitiriam a absorção de tecnologias, a qualificação da força de trabalho e formariam elos com o tecido produtivo regional não são corretos. Elas não originam uma nova base industrial tecnologicamente moderna em substituição à estrutura produtiva pré-existente, pois, como já sabemos, a sua integração no setor industrial da região é limitada, reduzindo-se, basicamente, ao uso de mão-de-obra, da infraestrutura existente e de algumas matérias-primas. Por outro lado, uma política industrial verdadeira deve visar ao desenvolvimento tecnológico por todo o território, independente dos possíveis “vazamentos tecnológicos” que por ventura venha ocorrer nas ZPEs. Quanto à criação de empregos, tal instrumento de política econômica não possui potencial suficiente para resolver o problema das “correntes migratórias de miséria”, pois como afirma Braga (1988), “(...) no que tange ao desequilíbrio regional... os maiores fracassos de implementação das ZPEs ocorreram nos países que colocaram este objetivo como alvo fundamental – Índia e Filipinas”.

3.2. Os Vínculos das ZPEs com a Estrutura Produtiva Hospedeira

A principal contribuição da ZPE do ponto de vista da industrialização seria a formação de ligações com a estrutura produtiva regional, ampliando sua base industrial. Dessa forma, a transferência de tecnologias, o nível de emprego e a geração de divisas seriam o produto dos impactos gerados pelas ZPEs, como assinalam Braga e Pelin (1989).

Tomando como base o trabalho desses autores sobre a experiência internacional em ZPEs, a Tabela 3 relaciona os encadeamentos “para trás” entre essas zonas e o resto da economia, com relação aos insumos fornecidos pela estrutura produtiva doméstica.

Observando os dados da Tabela, nota-se que, nesses países, a compra de insumos pelas empresas instaladas em ZPEs tende a aumentar com o passar dos anos. Todavia, o que poderá contribuir para a formação de maiores vínculos locais no fornecimento de insumos é o nível do desenvolvimento industrial. Levando-se em conta a liberdade de importação, as empresas em ZPEs, que originalmente são subsidiárias de multinacionais, só recorrerão aos insumos locais se os preços, a qualidade e o custo de transporte forem menores do que os de países de origem dessas empresas. Por outro lado, mesmo que haja baixos índices de insumos domésticos nos produtos exportados por essas zonas, a sua simples presença numa região periférica poderá forçar a busca de uma modernização tecnológica do parque industrial do país hospedeiro, se este se interessar em participar mais ativamente do mercado internacional.

Os impactos de uma ZPE nem sempre são tão nocivos à região que a hospeda. Vejamos o caso típico da ZPE de Penang (Malásia), cujo objetivo de sua instalação foi o desenvolvimento regional. Essa ZPE foi implantada numa

TABELA 3

Encadeamento "para trás" entre as ZPEs e o resto da economia para alguns países selecionados. Percentual de insumos fornecidos pelo setor doméstico (média móvel trienal)

Anos	Países			
	Coréia do Sul	Malásia	Singapura	Taiwan
1967	-	-	-	4,0
1968	-	-	-	5,5
1969	-	-	-	8,0
1970	-	-	-	10,5
1971	-	-	38,5	12,0
1972	12,5	-	40,5	12,5
1973	17,0	-	41,0	12,5
1974	20,5	2,0	41,5	15,0
1975	25,5	3,5	42,0	17,0
1979	31,0	4,0	42,0	26,0

Fonte: Spinanger (1984:79) *apud* Braga e Pelin (1989).

região que já dispunha de infra-estrutura e de mão-de-obra abundante e estava fisicamente localizada na vizinhança de um grande centro urbano (Ablas e Comune, 1989).

Observe-se a Tabela 4. Os números apresentados mostram-nos que a geração de empregos foi significativa no total da utilização de mão-de-obra no setor manufatureiro. Com relação aos encadeamentos "para trás", ou seja, os vínculos com a estrutura produtiva regional, no que diz respeito às compras de matérias-primas e componentes, os números não são tão negativos. Eles sugerem que a ZPE de Penang soube tirar proveito de vantagens comparativas como, por exemplo, mão-de-obra. Como sabemos, a motivação básica para a atração de empresas para ZPEs repousa na possibilidade de exploração das diferenças internacionais, ou seja, das vantagens comparativas de cada país: salários, insumos, custo de transporte, etc.

TABELA 4

Efeitos diretos da ZPE de Penang

Ano	% Emprego na região	% Compras da ZPE no País	% Bens K no País	Renda Líquida Gerada (US\$ Mi)
1973	27,80	0,74	12,01	10,37
1974	-	2,16	26,20	42,11
1975	-	5,70	47,73	59,49
1976	-	2,92	19,85	39,98
1977	-	5,60	27,22	50,64
1978	44,20	3,51	18,31	69,97
1979	-	3,13	28,73	111,14

Fonte: Spinanger *apud* Ablas e Comune (1989).

A consolidação dos vínculos locais da ZPE com a estrutura produtiva regional constitui o principal problema e alvo de crítica de diversos autores. As ligações “para trás” podem ser limitadas, porém os impactos mais relevantes manifestam-se na absorção de mão-de-obra resultante das inversões que se abrem com a instalação e o funcionamento das indústrias localizadas nas zonas. Por outro lado, a razão principal dos fracos efeitos “para trás” está ligada à natureza da produção que se instala na ZPE. As corporações transnacionais que se implantam nas zonas, são, geralmente, parte de uma cadeia produtiva. Elas são normalmente montadoras de produtos manufaturados. A importação de insumos e de equipamentos são efetuadas pelas empresas-matrizes, que, por sua vez, visam a assegurar o preço e a padronização aos seus produtos, em vez de procurar maiores vínculos com a economia local. Observe-se que as ZPEs funcionam como mercado e local de produção para essas corporações.

Em suma, as ZPEs desenvolvem uma forma peculiar de divisão territorial internacional do trabalho por dois motivos. Primeiro, como já evidenciamos, elas possibilitam a inserção de áreas privilegiadas (dotadas de mão-de-obra barata, de franquia alfandegária, de infra-estrutura, etc.) na economia planetária, sem alterar a estrutura produtiva vigente na região hospedeira. Por último, elas constituem uma forma de gestão territorial compatível com a dinâmica espacial das grandes corporações, que operam em escala planetária, buscando possibilidades de reprodução ampliada do capital, nas ZPEs, que funcionam como plataformas de exportação para seus produtos.

4. O Significado da ZPE no Contexto da Divisão Internacional do Trabalho

A partir dessas considerações, percebe-se que as razões dos limitados vínculos locais provocados pelas ZPEs encontram-se no fato de que as zonas francas não constituem um sistema isolado; elas são um fenômeno mundial, que se desenvolve normalmente em países da periferia do sistema capitalista. A opção por zonas francas visando à superação dos problemas regionais, através de uma industrialização voltada para a exportação, só é possível com a participação de corporações transnacionais, ou seja, na forma de internacionalização do capital. É a partir daí que as áreas privilegiadas de regiões subdesenvolvidas inserem-se na lógica do sistema capitalista.

Correspondendo às exigências do capital internacional, as ZPEs possuem um papel peculiar no circuito do ramo produtivo (Lipietz, 1988), cabendo-lhes as operações de montagem. É dessa forma que essas zonas participam da divisão territorial do trabalho em escala mundial. Vale ressaltar que, embora possa parecer que as ZPEs sejam um produto originário das políticas industriais dos países receptores, esse instrumento de gestão territorial situa-se na dinâmica global do capital, quando busca superar as crises de acumulação entre as grandes empresas.

Essa estratégia está presente no relatório da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial) divulgado em 1971. Observe-se no texto abaixo, que a implantação de zonas francas vincula-se à solução dos problemas de reprodução ampliada do capital.

Indústrias estrangeiras com mercados mundiais, particularmente pressionadas, por um lado, pelo crescente nível do custo da mão-de-obra, e, por outro lado, pelo acirramento da concorrência nacional e internacional, estão constantemente procurando modos de cortar ou minimizar seus custos de produção e distribuição (...). Se elas avançarem suas bases de produção para uma conveniente Zona Industrial Livre, algumas das seguintes razões podem ser decisivas:

- a) corte de custos de transporte de matérias-primas;
- b) corte de custos de transporte de produtos acabados;
- c) corte de custos de mão-de-obra;
- d) disponibilidade de mão-de-obra abundante;
- e) disponibilidade de incentivos fiscais e físicos, de serviços. (*Apud* Anciges, 1988).

Observe-se, que a desintegração de parte do processo produtivo das grandes corporações e a sua realocização em ZPEs foi uma saída para a crise do padrão de acumulação. A escolha por países periféricos é facilmente explicada, pois eles oferecem investimentos em infra-estrutura e serviços, franquias alfandegárias, isenção de impostos, mão-de-obra barata, matérias-primas, etc. A criação de nossa Zona Franca de Manaus não fugiu à regra: a atuação do Estado brasileiro foi decisiva na redução dos custos e dos riscos das inversões realizadas pelas empresas. A satisfação daquelas benesses é a norma básica de integração de regiões deprimidas dentro do circuito produtivo internacional via zona franca.

Tsuchiya (1987) resume bem as duas características principais das ZPEs, nas quais o papel do Estado em países hospedeiros torna-se o elo mediador dos interesses das grandes empresas sobre o território:

“De um lado, ela é um estado industrial, onde a terra, os edifícios fabris, a energia elétrica, a água e elementos da infra-estrutura são fornecidos pelo governo hospedeiro segundo as necessidades de operação das firmas na área. Por outro lado, ela é uma zona de livre comércio no sentido tradicional da palavra. Embora não haja nada de novo nessas características, sua combinação em uma ZPE criou algo inteiramente novo – um território estrangeiro dentro do território nacional – com uma autoridade que age como governo e é responsável pelo fornecimento de mão-de-obra local barata e controle dos trabalhadores. A combinação desses três fatores faz com que o sistema da ZPE seja um atrativo para investimentos externos e um paraíso para o capital internacional”.

O significado das ZPEs para os Estados hospedeiros consiste basicamente na promoção das exportações para gerar divisa, geração de empregos e difusão de tecnologias. Esses objetivos refletem os problemas internos desses estados: o aumento do déficit no balanço de pagamentos, o desemprego e o estrangulamento tecnológico do parque industrial. Os resultados do uso dessa política econômica têm sido representados pela dependência gradativa e pela

vulnerabilidade do Estado hospedeiro, enquanto oferece às grandes corporações todos os benefícios possíveis nesses territórios industriais de exportação.

Trata-se, portanto, de um tipo de industrialização na qual a participação do capital extra-regional e/ou internacional aproveita-se da presença do Estado e dos seus incentivos, para instalar indústrias. Segundo (Araújo 1988):

- a) são indústrias intensivas em importação de componentes e peças;
- b) seus produtos são destinados aos mercados extra-regional ou mundial;
- c) são parte de um processo produtivo, geralmente montagem de manufaturados, na forma típica do fordismo;
- d) demandam mão-de-obra intensiva;
- e) por possuírem poucos vínculos com a estrutura produtiva regional, elas apresentam uma mobilidade espacial, que as permite fazerem uso das diferenças salariais, do custo de transporte, etc, em várias regiões do planeta.

Em suma, o desenvolvimento regional baseado na formação de uma estrutura industrial orientada para a exportação com essas características está intrinsecamente articulado com a dominação das ZPEs pelo capital externo e com o processo de reprodução do capital das economias centrais. Cabe acrescentar que a gestão do território via pólos visava à integração produtiva do espaço nacional a partir de um melhor aproveitamento de um conjunto de microlocalidades privilegiadas do país. A ZPE, ao contrário, apenas deslocará o eixo da divisão-inter-regional do trabalho para a dinâmica espacial da corporação transnacional, que, na divisão internacional do trabalho, atua em ramos produtivos.

5. Considerações Finais

Se a concepção de ZPE não pressupõe sua integração no tecido produtivo regional, já que os vínculos sócio-econômicos locais são insatisfatórios, significa que estamos diante de um enclave moderno. A avaliação das relações espaciais da ZPE nos mostra que, se boa parte da força de trabalho for de origem local, haverá um aumento da massa salarial que, por sua vez, recorrerá ao comércio. Poderá também haver uma pressão sobre o mercado imobiliário, um aumento da arrecadação dos impostos, a abertura de novas agências bancárias e pagamento pelos serviços portuários.

Levando-se em conta que o Decreto-Lei nº 8396/92 prevê que as ZPEs deverão realizar gastos mínimos na compra de insumos e de matérias-primas no mercado nacional, o Nordeste poderá ser beneficiado dessa parcela de mercado, aumentando, suas exportações. Haverá nacionalmente arrecadação de Imposto de Renda sobre os lucros auferidos, fornecimento de matérias-primas, insumos e geração de divisas, e o destino da produção será totalmente o mercado mundial. O fornecimento de equipamentos e outros insumos às indústrias da ZPE deverá ser feito através de importações nas matrizes dessas empresas localizadas na zona. Cabe lembrar que algumas indústrias da ZPE poderão ser nacionais desde que não tenham similares no país. Desse modo, podemos afirmar que a noção de enclave para uma ZPE mostra-se bem mais

ilustrativa quando levamos em consideração a proposta de jurisdição própria e de liberdade cambial para as empresas que se instalarem nessas áreas especiais.

Concluindo, o modelo de gestão territorial do tipo ZPE não constitui um indutor do desenvolvimento regional, já que os seus impactos positivos sobre a região hospedeira são limitados e, por outro lado, o seu uso agrava a situação de dependência dessa região e do país com a estrutura produtiva das corporações internacionais. Por conseguinte, é uma falácia considerar as ZPEs como alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico de uma área deprimida, visto que não possuem os impactos positivos suficientes para abranger espacialmente todo o seu entorno.

A simples criação de empregos e de salários, bem como uma reduzida arrecadação de impostos, não constituem elementos suficientes para se acreditar no alcance dessas zonas para a solução dos problemas regionais. Enfim, o mito de que as ZPEs servirão para a redenção regional não procede.

NOTAS

1 O termo *integração competitiva* consiste num conjunto de estratégias neoliberais que visam maior inserção do Brasil na economia mundial. A partir do final dos anos 80, tem surgido diversas linhas de ação nesse sentido, como por exemplo, a privatização de empresas estatais, abertura às importações, modernização dos portos, programa da qualidade industrial, implantação de ZPEs, etc.

2 Segundo Wallerstein (1979) *apud* Egler (1990), a concepção de *economia-mundo* é vista enquanto fundada na existência de um único mercado mundial, onde as mercadorias são produzidas para valorizar o capital nelas investido e o desenvolvimento das trocas com o exterior constitui condição inerente do capitalismo.

3 Para Lipietz, "na análise da nova divisão internacional do trabalho é preciso adotar uma problemática do ramo, as formas necessárias de articulação de ramos, a divisão do trabalho no seio do ramo (centro de pesquisa, centros de fabricação, centros de montagem), as condições de articulação dos diversos estágios de elaboração no seio do processo de trabalho e as condições pelas quais o capital financeiro pode gerar o processo de valorização na cadeia. Vê-se, assim, que uma produção aparentemente autônoma pode ser integrada em um processo de acumulação que a domina. Vê-se, também, que a nova divisão internacional do trabalho é a especialização sincrônica dos diversos tipos de trabalho que ocorrem para os processos de produção que se entrecruzam no ramo. No mesmo tempo teórico, a pesquisa e desenvolvimento situam-se nos grandes centros de Engenharia, a indústria de precisão nas regiões com bom meio industrial e o trabalho totalmente banalizado localiza-se onde a mão-de-obra é barata, tudo para um mercado cujo centro de gravidade pode deslocar-se independentemente para cada produto do ramo", (Lipietz, 1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, L.A. e COMUNE, A.E. Integração Regional e ZPEs. In: Pelin, E.R., Silber, S. e Ângelo, I.P. *ZPE, o debate*. IPE/USP, São Paulo, 1989.
- ANCIGES, A.W.F. *Avaliação da Zona Franca de Manaus*. CNPQ/CAT, Brasília, 1980.
- ARAÚJO, R. *O Evitamento do Trabalho na Zona Franca de Manaus*. Monografia de Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, 1988.
- ARMSTRONG, W. *Theatres of accumulation: studies in Asian and Latin American urbanization*. Matherum & Co., s. 1, 1985.
- BATISTA, M.A.C. Zona Franca de Manaus: uma política que penaliza governo, economia e sociedade. *Revista de Tecnologia*, V. 5, nº 4, out./dez., 1985.
- BRAGA, C.A. *Jornal Folha de S. Paulo*, 31/out/1987. In: SERRA, J: O equívoco das ZPEs. *Novos Estudos*, CEBRAP, 20/março/1988.
- BRAGA, H. e SMORIGO, J. As Zonas Francas como instrumento de desenvolvimento regional. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 23 de junho de 1992.
- BRAGA, C.A.P. e PELIN, E.R. Zonas de processamento de exportações: a experiência internacional. In: Pelin, E.R., Silber, S. e Ângelo, I.P. *ZPE, o debate*. IPE/USP, São Paulo, 1989.

- BECKER, B.K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*. Nº 32, 1991.
- BECKER, B.K. O uso político do território – questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: Becker, B.K., Costa, R.H. e Silveira, C. *Abordagens Políticas da Espacialidade*. UFRJ/Deptº de Geografia, Rio de Janeiro, 1983.
- CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço e Debates*. Nº 17, 1985.
- EGLER, C. As zonas de processamento e de exportações e gestão do território: reflexões preliminares. In: Carleial, L.M. & Nabuco, M.R. *Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. São Paulo, ANPEC; Fortaleza; CAEN; Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1989.
- EGLER, C. Diacronia em três escalas. In: Ribeiro, A.C.T. e Machado, D.B.P. *Seminário Metropolização e rede urbana: perspectiva dos anos 90*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, Set./1990.
- GUGGENHEIM, T.M. Um leve toque de modernidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1991.
- LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*, Nobel, São Paulo, 1988.
- MAEX, R. El empleo y las multinacionales en las zonas francas de producción para la exportación de Asia. Equipo regional asiática para la promoción de empleos. Bangkok. *Doc. de Trabajo*. Nº 26, Ginebra, OIT, 1985.
- MELLO, N.B. et al. *Empregos e salários na zona franca de Manaus*. FUAM/SUFRAMA, Manaus, 1983.
- PINTO, R.F. Como se produzem as zonas francas? In: *Trabalho e produção capitalista*. UFPA/SUFRAMA, Belém, 1987.
- TSUCHIYA, T. Free Trades Zones in Southeast Asia. In: Peet, Richard (ed.). *International capitalism and industrial restructuring*. Boston, Allen & Unwin, 1987.

RESUMO

Este artigo focaliza a importância de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) enquanto instrumento de política territorial, justificado pelo Estado como alternativa para a integração competitiva do País na economia-mundo e, concomitantemente, para a resolução dos problemas regionais das áreas periféricas do território brasileiro.

ABSTRACT

This article focus on the importance of creating an Export Processing Zone (EZP) to serve for an instrument of territorial politics justified by the state as an alternative for the competitive integration of Brazil into world economics, as well as the solution to the problems faced by the peripheral zones of the Brazilian territory.

COMUNICAÇÕES

Carta de Itamonte sobre a estruturação interna das cidades brasileiras

Realizou-se em Itamonte, MG, nos dias 24 a 27 de maio de 1993, o seminário Dinâmica Imobiliária e Estruturação Interna das Cidades Brasileiras, reunindo representantes (pesquisadores) de várias cidades brasileiras – relacionados mais abaixo. Concebido originalmente como uma oportunidade para o intercâmbio de experiências entre pesquisadores que vêm desenvolvendo (ou que pretendem desenvolver) estudos com base numa metodologia comum – baseada nas informações fiscais (ITBI) de transações de compra e venda de apartamentos, casas, imóveis, comerciais novos e usados, e terrenos definidas no tempo (longas séries) e no espaço (localização interna) – o encontro contou ainda com o intercurso e aporte de notáveis representantes de estudos sobre outros temas afins. Por sua relevância para o avanço dos estudos sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras, estes participantes tornam público as seguintes considerações/recomendações resultantes dos debates ocorridos neste evento:

A – No plano Teórico/conceitual

i – Unificação conceitual

Tendo em vista a origem multidisciplinar da pesquisa, verifica-se a necessidade de se promover uma melhor definição e delimitação de conceitos básicos, como o de dinâmica imobiliária, estrutura interna da cidade etc;

ii – Papel da teoria

A precariedade e as dificuldades de adequação do corpo de teorias disponíveis ensejam a adoção de atitude de maior atenção e abertura em relação aos 'insights' oriundos de estudos informados pelos mais variados matizes paradigmáticos;

iii – Revisão e estado das artes

Complementarmente às recomendações dos dois itens acima, percebe-se enorme carência de estudos que proponham a sistematização do conhecimento acumulado e a revisão crítica do estado das artes, principalmente no que concerne os pressupostos analíticos, a atualização dos temas/objeto da investigação (percepção de 'novas realidades?') e sobretudo, a contextualização dos aportes de novas propostas teóricas. A produção já expressiva de estudos sobre o processo de EIU deve ser devidamente compilada e submetida a análise comparativa, privilegiando-se a qualificação das comunalidades e singularidades dos mecanismos que substanciam este processo.

B – Metodologia e fontes de informação

i – Comparabilidade interespaçial e temporal dos dados

Há a necessidade de se estabelecer procedimentos de coleta sistemática de informações que permitam a comparabilidade de indicadores (ref. qualificação de comunalidades e singularidades referidas acima), definidos em locais e instantes diferentes, possibilitando inclusive a montagem de séries históricas. Nestes termos sugere-se maior transparên-

cia e explicitação dos critérios de regionalização e periodização, uma vez que afetam e são afetados pelos resultados das análises.

ii – Acesso a sistemas de informações existentes

Em vista das dificuldades enfrentadas, em geral, no acesso às fontes oficiais de informação, recomenda-se por parte dos pesquisadores a ampliação de contatos com as autoridades gestoras ou mantenedoras de arquivos e outras bases de dados relevantes (prefeituras, etc.), através, inclusive, de ampla divulgação da utilidade dos estudos sobre a EIU conforme o item C abaixo.

C – Utilização dos resultados da pesquisa na formulação de políticas

i – Maior interação universidade/administrações públicas

Foi ressaltada a importância de se buscar um maior aprofundamento da interação entre os estudos acadêmicos e o trabalho desenvolvido nas administrações públicas, bem como uma maior sensibilização dos pesquisadores ou uma maior internalização no esforço de pesquisa de questões e preocupações associadas ao processo de formulação, implementação e acompanhamento da política urbana.

ii – Instrumentos de política urbana

Identificou-se carência de estudos voltados para a avaliação da eficácia e impacto dos principais instrumentos de regulamentação e controle do processo de EIU em particular, e do desenvolvimento urbano em geral.

iii – Sistemas de informação

O conhecimento acumulado nas pesquisas sobre a EIU poderia ser apropriado pelas administrações públicas, para a montagem de sistemas de informação, tanto na definição de variáveis relevantes como nas práticas de coleta e levantamento das informações, com vistas à disposição de dados mais adequados para a análise intra-urbana.

D – A instituição do trabalho

Que seja ampliada, e reconhecida institucionalmente – ao nível da ANPUR e das agências de fomento à pesquisa – a Rede de Pesquisas “Dinâmicas Imobiliárias e Estruturação Intra-Urbana”, inclusive com a continuidade da publicação do Boletim da Rede, como forma de comunicação e divulgação de resultados importantes dos estudos em curso.

Assinam esta Carta: Agostinho Anachoretta, André F.S. Castelo, Angela Gordilho, Carlos Wagner, Clovis Ultramarí, Cristina Leme, Daniel van Wilderde, Denise Maria A. Martins, Emilio Haddad, Everaldo Melazzo, Irene Lea Bossois, Fânia Fridman, Fernanda Furtado, Flávio Villaça, Heliana C. Vargas, Ignácio Kunz, João Luiz G. Mendes, Jorge Dantas, Luciana C. do Lago, Luiz Cesar Q. Ribeiro, Luiz Henrique M. Ventura, Manuel Perlo, Marcus Andre Mello, Maria Adelia de Souza, Maria del Carmen Secasa, Maria Gorete C. Monteiro, Martim O. Smolka (Cordenador do Seminário), Nadia Someck, Neio Campos, Neiva O. Shaffer, Paulo Castilho, Ricardo Abbid Castillo, Ricardo Farret, Silvana T. Accurso, Suzana P. Taschner, Teresa Cristina de A. Faria, Weber Soares.

RESUMOS DE TESES

Espaço no poder – poder no espaço: uma análise do planejamento durante o governo Figueiredo

Autor: Sonia Vasconcellos

Banca Examinadora: Ana Clara Torres Ribeiro (Orientadora), Rainer Randolph e Milton Santos

Defesa: 1991

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPPUR/UFRJ, Mestrado.

Este trabalho é uma tentativa de entender as transformações ocorridas na sociedade brasileira, entre 1979 e 1985, utilizando o espaço como orientação metodológica.

Nessa perspectiva, busca-se recuperar os processos que motivaram as referidas transformações, especialmente seus principais atores: o Estado, seu planejamento e os interesses nele representados e o espaço... Em suma, as articulações de poder que através das ações do Estado produziram, reproduziram e transformaram a sociedade e o território brasileiro.

Espírito Santo: o perfil urbano após 1960

Autor: Irene Léia Bossois

Banca Examinadora: Carlos Bernardo Vainer (Orientador), Rainer Randolph, Martim Smolka e José Antonio Buffon

Defesa: 1992

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPPUR/UFRJ, Mestrado.

Trata-se do estudo da elaboração do perfil urbano do Estado do Espírito Santo após a década de 1960. Esse Estado, um dos menores do Sudeste e o menos desenvolvido até aquela década, passa por notáveis transformações em sua base econômica, com impactos importantes na mobilidade da população e no adensamento dos núcleos urbanos, redefinindo o tamanho e o papel das cidades.

Desigualdades sociais e infra-estrutura urbana – a produção dos equipamentos de saneamento no Rio de Janeiro

Autor: Eduardo Cesar Marques

Banca Examinadora: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Orientador), Ana Clara Torres Ribeiro e Philip Oliver Gunn

Defesa: 1993

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/ UFRJ, Mestrado.

Esta dissertação trata da distribuição recente dos investimentos em saneamento básico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estuda as inversões da CEDAE no período de 1975-1991, qualificando a hipótese de que teriam ocorrido transformações no padrão de distribuição dos investimentos, principalmente entre o núcleo metropolitano e suas periferias.

O trabalho analisa inicialmente os padrões históricos de produção dos serviços, determinando suas relações com a produção dos espaços urbano e metropolitano. Numa segunda etapa, distribuem-se, espacialmente, os investimentos da CEDAE, utilizando como base uma classificação dos municípios e Regiões Administrativas, a partir de dados sócio-econômicos da população moradora de cada espaço. Tomando como base o perfil obtido, analisa-se de que forma o novo padrão articula-se com os anteriores, e até que ponto pode ser explicado à luz das transformações ocorridas com a sociedade brasileira e seus espaços metropolitanos em período recente.

A renovação preservadora: um estudo sobre a genes de um novo modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro entre 1967 e 1987

Autor: Leonardo Marques de Mesentier

Banca Examinadora: Carlos Bernardo Vainer (Orientador), Martim Oscar Smolka, Ana Clara Torres Ribeiro e Regina Maria Proserpi Mayer

Defesa: 1992

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/ UFRJ, Mestrado.

Trata-se de um estudo sobre as transformações na relação entre o modo de urbanização da área central do Rio de Janeiro, entre 1966 e 1990 e a preservação do Patrimônio Cultural Edificado ali existente.

O estudo indica que há um período em que o modo de urbanização – o “rodoviarismo” – não incorpora a preservação arquitetônica e urbanística. Segue-se no qual a renovação do uso do solo se dá associada à preservação chamada aqui de “renovação preservadora”. Em seguida, propõe que o aparecimento da “renovação preservadora” se dá em presença de mudanças no processo, na divisão do trabalho e na organização espacial das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que se fortalece, na sociedade civil carioca, um sentimento contrário ao “rodoviarismo” e de valorização do patrimônio cultural e natural do Rio de Janeiro.

Elementos para análise do processo de crescimento das cidades brasileiras

Autor: Fernanda Furtado

Banca Examinadora: Martim Oscar Smolka (Orientador), Tamara Tania Cohen Egler, Ricardo Silvanéz Varret, Aduino Lucio Cardoso e Carlos Bernardo Vainer

Defesa: 1993

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, Mestrado.

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento do processo de crescimento das cidades brasileiras. O enfoque privilegiado é o estudo do crescimento extensivo, procurando avaliar a sua inserção em um padrão dominante de crescimento para as cidades. Para tanto, o trabalho procura identificar elementos teóricos que apontem para a tendência ao rompimento da seqüência Urbanização de terras/Ocupação do solo urbano, esvaziando a noção de que tais movimentos estejam inevitavelmente relacionados.

A observação da problemática na realidade concreta brasileira, na qual o processo de crescimento extensivo tem notória relevância, é empreendida através do estudo do caso de Uberaba-MG, sendo analisada a dinâmica espaço-temporal dos movimentos de expansão urbana e de crescimento urbano que ocorrem na cidade no período de 72/90. O referencial teórico e a pesquisa empírica conduzem à avaliação de que o processo de crescimento extensivo é movido por uma lógica que permite a sua realização, de forma sistemática, nos marcos do processo de valorização e de expansão do capital, não se caracterizando como uma etapa preparatória, residual ou menor em relação ao processo mais geral de crescimento das cidades. Desse modo, é contrária à visão usual de um modelo de crescimento caracterizado por movimentos seqüenciais e incrementais. A trajetória percorrida permite a identificação, no conjunto do processo, de um padrão espasmódico e modular de crescimento para as cidades.

Planejamento urbano e qualidade de vida. Reflexão a partir de um bairro em Curitiba

Autor: Gislene de Fátima Pereira

Banca Examinadora: Ana Clara Torres Ribeiro (Orientadora), Fania Fridman, Tamara Tania Cohen Egler e Denise Barcelos Pinheiro Machado

Defesa: 1993

Instituição/Grau: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, Mestrado.

Esta pesquisa constitui-se em uma reflexão sobre a relação planejamento urbano/qualidade de vida a partir do estudo das modificações ocorridas no espaço (e na vida cotidiana) do bairro Bigorriho, em Curitiba, após a implementação do Plano Diretor da cidade.

A abordagem do tema é feita a partir das seguintes questões: a) como a questão da qualidade de vida é inserida na prática do planejamento urbano; e b) como se relacionam os significados de qualidade do espaço e qualidade de vida no processo de planejamento.

Para explicitar esta discussão, a pesquisa analisa um bairro de Curitiba, onde se manifesta com clareza a ação interventora do planejamento urbano. Mediante a análise das transformações ocorridas no espaço do bairro, pretendemos avaliar o impacto da implementação do Plano Diretor e sua repercussão sobre a vida cotidiana da população.

NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGOS

Os CADERNOS IPPUR-UFRJ aceitam a colaboração de trabalhos nas áreas de planejamento urbano e regional, sociologia urbana, econômica regional e áreas correlatas.

Todos os originais serão submetidos a apreciação do Conselho Editorial, o qual se reserva o direito de publicação ou não e de informar aos autores sobre sua publicação. Os trabalhos a ele submetidos não serão devolvidos.

O nome do autor deverá ser acompanhado de dados, especificando a atividade que exerce, a instituição em que trabalha e a titulação acadêmica.

Os textos enviados poderão destinar-se às seguintes seções da revista: artigos, comunicações e resumos de teses.

Cada autor receberá 2 exemplares do número em que for publicado seu trabalho. Os originais devem ser encaminhados à coordenação de Documentação e Divulgação do IPPUR.

Apresentação dos artigos:

a) Datilografia: em espaço duplo, não devendo exceder 25 páginas, incluindo o resumo e a bibliografia.

b) Notas explicativas: numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, entre parênteses, agrupadas ao final do artigo, não comportando tabelas e gráficos.

c) Citações: as citações de textos devem ser transcritas entre aspas.

d) Resumo: os artigos devem ser precedidos de resumo temático em português e inglês e não devem ultrapassar 10 linhas.

e) Referências bibliográficas: apresentadas ao final do artigo, relacionadas em ordem alfabética de acordo com as normas da ABNT, como apresentamos a seguir:

Livro – sobrenome do autor, prenome, título completo, edição, local, editora e data, número de páginas, série ou coleção.

Capítulo de livro – sobrenome do autor, prenome, título do capítulo e a referência da publicação no todo precedida de In: e os números das páginas referenciadas.

Artigo de revista – sobrenome do autor, prenome, título do artigo, título da revista, local de publicação, número do volume, fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano da publicação.

Atenção: Pontuações, grifos, etc. devem ser utilizados de acordo com a norma da ABNT – NBR6023.

A apresentação da colaboração deve ser encaminhada aos CADERNOS IPPUR - UFRJ. Prédio da Reitoria, 5^o andar, sala 543 – Cidade Universitária – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-590.

